

UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

SÃO PAULO – SP

2018

ÓRGÃO VINCULADOR: Ministério do Trabalho

UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro

UNIDADE APRESENTADORA: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU no 63/2010, alterada pela IN TCU no 72/2013, da DN TCU no 146/2015, DN TCU no 147/2015, da Portaria TCU no 321/2015 e das orientações do Órgão de Controle Interno (Portaria CGU no 522/2015).

Rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – CEP 05409-002 – São Paulo/SP

Fones: (011) 3066-6000 / (011) 3066-6122

<http://www.fundacentro.gov.br>

Responsáveis pela Elaboração do Relatório

Sérgio Antonio dos Santos – Diretoria Executiva – Centro Técnico Nacional - Fundacentro

Marcelo Prudente de Assis – Diretoria Técnica - Centro Técnico Nacional - Fundacentro

Relatório de Gestão apresentado na forma individual:

Unidade Prestadora de Contas: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro

São Paulo – SP

2018

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
1. VISÃO GERAL.....	9
1.1 Finalidade e Competência.....	9
1.2 Identificação e Normas de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.....	10
1.3 Ambiente de Atuação.....	11
1.4 Organograma.....	13
1.5 Macroprocessos Finalísticos.....	16
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	18
2.1 Planejamento Organizacional.....	18
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	18
2.1.2 Estágio de implementação do Planejamento Estratégico.....	18
2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos.....	19
2.1.4 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução dos Resultados dos Planos.....	19
2.2 Desempenho Orçamentário.....	20
2.2.1 Execução Física e Financeira das ações da Lei Orçamentária anual de responsabilidade da Unidade.....	20
2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	20
2.3 Informações sobre a Execução das Despesas.....	21
2.3.1 Análise Crítica da Realização das Despesas.....	23
2.4 Desempenho Operacional.....	23
2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho.....	24
2.4.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	24
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	25
3.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	25
3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados.....	26
3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	27
3.3.1 Descrição e Escopo das ações de Auditoria Interna realizadas.....	28
3.3.2 Relato Gerencial sobre Gestão de áreas essenciais da unidade.....	33
3.3.3 Fatos Relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna.....	34
3.3.4 Desenvolvimento Institucional e capacitação da Auditoria Interna.....	34
3.3.5 Justificativa das ações do PAINT/2016 não realizadas no exercício.....	35
3.4 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos.....	36
3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	36
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	38
4.1 Gestão de Pessoas.....	38
4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	38
4.1.2 Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade.....	41
4.1.3 Política de capacitação e treinamento do pessoal.....	42
4.1.4 Análise Crítica.....	43
4.1.5 Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	45
4.1.6 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	46
4.1.7 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários.....	47
4.1.7.2 Contratação de Estagiários.....	48
4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	49
4.2.1 Gestão de Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	49
4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	52
4.2.3.1 Análise Crítica.....	52

4.2.3.2.1	Análise Crítica	55
4.2.3.2	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgão e Entidades Públicas ou Privadas.	55
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação.	55
4.3.1	Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.	55
4.3.2	Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.	56
4.3.3	Principais Sistemas de Informação da UPC.....	56
4.3.4	Descrição dos Projetos desenvolvidos no período e dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados nas unidades.	56
4.3.5	Plano de capacitação do pessoal de TI.....	56
4.3.6	Quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI.	56
4.3.7	Descrição dos Projetos Desenvolvidos no período e dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados nas unidades.	57
4.3.8	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.	57
4.4	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.	58
4.4.1	Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e Contratação de Serviços ou Obras ..	58
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	61
5.1	Canais de Acesso do Cidadão.	61
5.2	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários.	62
5.3	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a atuação da Unidade.....	62
5.4	Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.	62
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	63
6.1	Desempenho Financeiro no Exercício.	63
6.2	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.	63
6.2.1	Avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	63
6.3	Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da Unidade.	63
6.4	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e Notas Explicativas.	63
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.	64
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	64
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno - CGU.....	66
7.3	Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário.	68
7.4	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos e Obrigações com o Dispositivo no Art. 5 da Lei nº 8.888/1993.....	69
7.5	Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes firmados com empresas beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamentos.	69
8.	ANEXOS.....	70
8.1	Macroprocessos Finalísticos.....	70
8.2	Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias vigentes em curso em 2017.....	72
8.3	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC.....	73
8.4	Principais sistemas de Informação da UPC	75
8.4	Descrição dos Projetos de TI desenvolvidos no período	79
8.5	Relatório Estatístico de Atendimentos do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).....	80
8.6	Notas Explicativas e Conformidade Contábil.....	85
8.7	Balanço Patrimonial	96
8.8	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos e Obrigações com o Dispositivo no Art. 5 da Lei nº 8.888/1993.....	103

9.	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.	121
9.1	Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registros dos Atos de Administração e Concessão.	121
9.2	Declaração de Cumprimentos das Disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto a entrega das Declarações de Bens e Renda - DBR.	122
9.3	Declaração de Integridade das Informações do Orçamento Federal Anual SIOP.	123
9.4	Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.	124
9.5	Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI.	125
10.	APÊNDICES.	126
10.1	Despacho da Presidência da Fundacentro sobre o acolhimento do Relatório de Gestão TCU-2016 e Nota sobre a não vistas do mesmo pelo Conselho Curador.	126
10.2	Parecer da Auditoria Interna sobre o Relatório de Gestão TCU - 2017.	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.2	Identificação da unidade	11
Quadro 1.4	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	15
Quadro 2.2.1.	Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC– OFSS 20YW	20
Quadro 2.3.A	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	21
Quadro 2.3.B	Despesas por Grupo e Elementos de Despesa.	22
Quadro 4.1.1.A	Força de Trabalho da UPC	38
Quadro 4.1.1.B	Distribuição da Lotação Efetiva – Situação Apurada em 31/12/2016	39
Quadro 4.1.1.C	Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificas da UPC	40
Quadro 4.1.2.A	Qualificação da força de trabalho	41
Quadro 4.1.2.B	Escolaridade da força de trabalho	42
Quadro 4.1.2.3	Servidores que atendem aos requisitos para aposentadoria	42
Quadro 4.1.5	Despesas com Pessoal	45
Quadro 4.1.7.1	Contratos de Prestação de Serviços não Abrangido pelo Plano de Cargos da Unidade	47
Quadro 4.1.7.2	Contrato de Prestação de Serviço de Estagiário	48
Quadro 4.1.7.3	Composição do Quadro de Estagiários	49
Quadro 4.1.7.4	Evolução das Despesas com Estagiários	49
Quadro 4.2.1.A	Classificação, utilização e caracterização dos veículos oficiais – CTN	50
Quadro 4.2.1.B	Média Anual de quilometragem rodada por unidade – Exercício 2017	50
Quadro 4.2.1.C	Idade Média da Frota por Grupos de Veículos – Exercício 2017	51
Quadro 4.2.1.D	Despesas associada á manutenção da frota – Exercício 2017	51
Quadro 4.2.3.A.1	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional.	53
Quadro 4.2.3.A.2	Informações sobre imóveis locados de terceiros	54
Quadro 4.3.1	Composição de Servidores, Terceirizados e Estagiários da área de TI	57

Lista de Figuras

Figura 1	Presidência	14
Figura 2	Diretoria Executiva	14
Figura 3	Diretoria Técnica	15
Figura 4	Diretoria de Administração e Finanças	15

Anexos

8.1	Quadro 1.5 - Macroprocessos Finalísticos	70
8.2	Quadro 3.4 - Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias vigentes em curso em 2017	71
8.3	Quadro 3.5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC	72
8.4	Quadro 4.3.3.1 – Principais Sistemas de Informação da UPC	75
8.5	Quadro 4.3.7 – Descrição dos Projetos de TI Desenvolvidos no Período	79
8.6	Notas Explicativas e Conformidade Contábil	81
8.7	Balanco Patrimonial	92
8.8	Quadro 7.4.1- Contratos do CTN abaixo de R\$ 8.000,00	98
8.9	Quadro 7.4.2 – Contratos do CTN acima dos R\$ 8.000,00	103
8.10	Quadro 7.4.3 – Contratos das Unidades Descentralizadas abaixo de R\$ 8.000,00	111
8.11	Quadro 7.4.4 - Contratos das Unidades Descentralizadas acima de R\$ 8.000,00	116

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACS - Assessoria de Comunicação Social
AGIEL – Agência de Integração Empresa Escola
C&T - Ciência e Tecnologia
CAPDPE - Comissão de Acompanhamento de Processos Disciplinares e Procedimentos Especiais
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CTN - Centro Técnico Nacional
FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
LOA - Lei Orçamentária Anual
MTb- Ministério do Trabalho
MPDG- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial de Saúde
PAINT - Plano Anual das Atividades da Auditoria Interna – PAINT
PLANSAT - Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho
PNSST - Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho
PPA- Plano Plurianual
SEI - Serviço Eletrônico de Informações
SGPA - Sistema de Gestão de Projetos e Atividades
SST - Segurança e Saúde no Trabalho
STJ - Superior Tribunal da Justiça
TCU - Tribunal de Contas da União

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão de 2017 da **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro**, vinculada ao Ministério do Trabalho – MT, foi desenvolvido em consonância com a IN TCU no 63/2010, alterada pela IN TCU no 72/2013, e as DN TCU no 146/2015, DN TCU no 147/2015, da Portaria TCU no 321/2015, DECISÃO NORMATIVA-TCU Nº 161, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017 e das orientações do Órgão de Controle Interno (Portaria CGU no 522/2015).

A exemplo do período anterior, 2017 foi um ano de algumas dificuldades, destacando a redução no orçamento para despesas discricionárias e o credenciamento do curso de mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a redução no quadro de servidores.

O orçamento para despesas discricionárias que era de R\$ 28.500.000,00 em 2015, caiu para R\$ 24.938.337,00 em 2016, e para R\$24.248.671,00 em 2017, representando uma queda de 15% em relação a 2015, sem considerar a inflação.

As dificuldades enfrentadas nas atividades fim e meio só se agravaram neste ano de 2017, visto que a Fundacentro perdeu 14 servidores, principalmente por aposentadoria. Esse fato, acrescido com a não autorização de concurso público e com o credenciamento pela CAPES do curso de Pós-Graduação mantido pela instituição, acabará forçando-a até mesmo diminuir volume de pesquisas no importante campo da saúde e segurança do trabalho.

As tratativas com os órgãos competentes, iniciadas no ano de 2017, para a realização de um novo concurso para suprir seu quadro tanto na área administrativa como na área de pesquisa e disseminação do conhecimento, cujo montante de vagas solicitadas girará em torno de 190 novos servidores, encontram-se em processo estacionário primeiro pela discussão do cumprimento de prazo para entrega da solicitação e segundo pela impossibilidade da análise do pleito em função de atravessarmos ano eleitoral.

A estratégia iniciada em 2015 foi mantida em anos posteriores cujo foco foi intensificar as parcerias com instituições públicas e privadas, no país e no exterior, especialmente, com o Ministério Público do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho, para o desenvolvimento de projetos e atividades em Segurança e Saúde no Trabalho - SST, que pudessem contribuir ainda mais para reduzir os problemas de nossos trabalhadores ao nortear a elaboração de políticas públicas no campo da SST.

Mas também realizamos importantes ações no período: publicamos diversos estudos e pesquisas, criamos a Unidade de Corregedoria, iniciamos processo de avaliação dos servidores, intensificamos a difusão de informações via internet, descontinuamos nosso parque gráfico e iniciamos a implantação do Serviço Eletrônico de Informações – SEI, sendo que esses três últimos possibilitarão a redução de gastos, além da nomeação da senhora Leonice Alves da Paz ao cargo de Presidente da Instituição em substituição ao senhor Paulo Ricardo Arsego.

Por fim, a Fundacentro se coloca à disposição dos órgãos de controle e da sociedade, para maiores esclarecimentos sobre suas contas ordinárias e de seus processos de gestão.

1. VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e Competência.

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro foi instituída pela Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966, e se constitui numa fundação pública federal de direito público vinculada ao Ministério do Trabalho, com prazo de duração indeterminado, sede e foro na cidade de São Paulo, cuja gestão é regida por um Estatuto, aprovado pelo Decreto Nº 4.663, de 02 de abril de 2003, e por um Regimento Interno, aprovado pela Portaria Nº 123, de 7 de fevereiro de 1997.

Como instituição fundacional a Fundacentro goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme dispõe o § 2º do art. 207 da Constituição e de seu Estatuto, § 1º do art. 1.

Conforme seu Estatuto, a Fundacentro, tem por finalidade a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene, meio ambiente e medicina do trabalho e, especialmente:

- I. pesquisar e analisar o meio ambiente do trabalho e do trabalhador, para a identificação das causas dos acidentes e das doenças no trabalho;
- II. realizar estudos, testes e pesquisas relacionados com a avaliação e o controle de medidas, métodos e de equipamentos de proteção coletiva e individual do trabalhador;
- III. desenvolver e executar programas de formação, aperfeiçoamento e especialização de mão-de-obra profissional, relacionados com as condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador;
- IV. promover atividades relacionadas com o treinamento e a capacitação profissional de trabalhadores e empregadores;
- V. prestar apoio técnico aos órgãos responsáveis pela política nacional de segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como a orientação a órgãos públicos, entidades privadas e sindicais, tendo em vista o estabelecimento e a implantação de medidas preventivas e corretivas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- VI. promover estudos que visem ao estabelecimento de padrões de eficiência e qualidade referentes às condições de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador; e
- VII. exercer outras atividades técnicas e administrativas que lhe forem delegadas pelo Ministro de Estado do Trabalho.

Para o atendimento de sua finalidade, e conforme seu estatuto parágrafo único do art. 2, a Fundacentro, poderá celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com os governos das três esferas, universidades e estabelecimentos de ensino, bem como com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, para o fim de obter ou prestar colaboração e assistência em atividades destinadas à promoção e ao desenvolvimento de programas e projetos nas áreas de sua competência, observada a legislação pertinente.

Além destas atribuições, definidas em seu Estatuto, foram adjudicadas à Fundacentro ações pertinentes à Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), instituída pelo Decreto Nº 7.602, de 07 de novembro de 2011, são elas:

1. elaborar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador;
2. produzir análises, avaliações e testes de medidas e métodos que visem à eliminação ou redução de riscos no trabalho, incluindo equipamentos de proteção coletiva e individual;
3. desenvolver e executar ações educativas sobre temas relacionados com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho;
4. difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador;
5. contribuir com órgãos públicos e entidades civis para a proteção e promoção da saúde do trabalhador, incluindo a revisão e formulação de regulamentos, o planejamento e desenvolvimento de ações interinstitucionais; a realização de levantamentos para a identificação das causas de acidentes e doenças nos ambientes de trabalho; e
6. estabelecer parcerias e intercâmbios técnicos com organismos e instituições afins, nacionais e internacionais, para fortalecer a atuação institucional, capacitar os colaboradores e contribuir com a implementação de ações globais de organismos internacionais.

A aplicação prática da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho é realizada por meio do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PLANSAT, publicado em abril de 2012, e que foi construído a partir do diálogo e da cooperação entre órgãos governamentais e representantes dos trabalhadores e dos empregadores. De forma geral, a Fundacentro participa de todas as estratégias e ações estabelecidas por este Plano e, especificamente, das estratégias:

- **Estratégia 7.1** – Inclusão de Conhecimentos Básicos em Prevenção de Acidentes e Segurança e Saúde no Trabalho no Currículo do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada, sendo diretamente responsável pela ação 7.1.2 – Constituição de grupo de trabalho tripartite para definição dos conhecimentos básicos em prevenção de acidentes e segurança e saúde no trabalho a serem incluídos;
- **Estratégia 7.2** – Inclusão de Conhecimentos Básicos em Segurança e Saúde no Trabalho no Currículo dos Programas de Aprendizagem, do Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior, assim como nos Cursos para Empreendedores, sendo diretamente responsável pela ação 7.2.2 – Constituição de grupo de trabalho tripartite para definição dos conhecimentos básicos em segurança e saúde no trabalho a serem incluídos;
- **Estratégia 7.3** – Revisão de Referências Curriculares para a Formação de Profissionais em Segurança e Saúde no Trabalho de Nível Técnico, Superior e Pós-Graduação, sendo diretamente responsável pela ação 7.3.2 – Constituição de grupo de trabalho tripartite para revisão de referências curriculares em segurança e saúde no trabalho; e
- **Estratégia 8.1** – Realização e Apoio ao Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Pertinentes a Segurança e Saúde no Trabalho Atendendo Prioridades Nacionais e Regionais, sendo diretamente responsável pela ação 8.1.3 – Construção articulada e disponibilização *on-line* de diagnósticos e análises da infraestrutura e recursos do sistema nacional da segurança e saúde no trabalho, bem como da situação dos acidentes e doenças do trabalho, na forma de perfis nacionais a serem continuamente atualizados e aprimorados.

1.2 Identificação e Normas de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.

Seguem, no quadro a seguir, as informações relativas à identificação da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro:

Quadro 1.2 – Identificação da unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo		Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho	Código SIORG: 2844
Identificação da Unidade			
Denominação Completa: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho			
Denominação Abreviada: Fundacentro			
Código SIORG: 221		Código LOA: 38201	Código SIAFI: 264001
Natureza Jurídica: Fundação			CNPJ: 62.428.073/0001-36
Principal Atividade: Administração Pública Federal Indireta			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:		(11) 3066-6000	(11) 3066-6122
			(11) 3066-6152
Endereço Eletrônico: presidencia@fundacentro.gov.br			
Página na Internet: http://www.fundacentro.gov.br			
Endereço Postal: Rua Capote Valente, nº 710, Pinheiros, CEP 054009-002, São Paulo/SP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 5.161 de 21 de outubro de 1966, publicada no DOU de 25.10.1966 e retificada em 31.10.1966			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.663, de 02 de abril de 2003, e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 123, de 7 de fevereiro de 1997			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
264002	Escritório de Representação no Mato Grosso do Sul		
264003	Escritório de Representação em Campinas		
264004	Escritório de Representação da Baixada Santista		
264005	Centro Regional de Minas Gerais		
264006	Centro Regional de Brasília		
264007	Centro Regional de Pernambuco		
264008	Centro Regional da Bahia		
264009	Centro Estadual do Espírito Santo		
264010	Centro Estadual do Paraná		
264011	Centro Estadual de Santa Catarina		
264012	Centro Estadual do Rio de Janeiro		
264013	Centro Estadual do Rio Grande do Sul		
264014	Centro Estadual do Pará		

Nota: O Escritório de Representação da Baixada Santista, desativado no ano de 2010, foi reativado parcialmente em 2015, tendo sido obtida a cessão de imóvel com a Secretária de Patrimônio da União – SPU, situado na Avenida Ana Costa nº 21, Vila Mathias, Município de Santos, onde foram retomadas as atividades deste Escritório de Representação para as instalações definitivas.

1.3 Ambiente de Atuação.

A Segurança e Saúde do Trabalho – SST é considerada uma componente estratégica para qualquer nação, seja ela desenvolvida ou em desenvolvimento. Porém, a atuação das instituições e profissionais que atuam no incremento e cumprimento das atividades de SST, em muitas das vezes esbarra nos interesses econômicos dos empregadores e/ou na falta de informação tanto dos empregadores como dos empregados.

Os acidentes de trabalho, bem como as doenças advindas, direta ou indiretamente, das atividades laborais geram elevados custos financeiros e sociais para o sistema público de saúde, para o sistema previdenciário, para empregadores e para empregados. Entretanto, ainda são inúmeras as situações que precipitam em algum tipo de acidente do trabalho ou de doença profissional o que é agravado pelo fato de que, embora esforços múltiplos sejam dispendidos para eliminarmos parcela significativa dos fatores condicionantes dos mesmos, enfrentamos paralelamente o surgimento de

novos fatores em função de novas tecnologias de produção e de mudanças nas relações de trabalho. Tais mudanças têm levado à precarização e a uma série de outros problemas socioeconômicos, sendo o desemprego é o maior deles, que induz o trabalhador a aceitar qualquer trabalho em qualquer condição, muitas das vezes, num ambiente do trabalho bastante comprometido.

É neste espaço que a Fundacentro, como principal instituição, atua na produção e difusão de conhecimento em SST, buscando reduzir ou eliminar os riscos de acidentes e doenças profissionais, bem como minimizar os seus custos e, portanto, contribuindo para o crescimento econômico sustentável do Brasil. Cabe destacar que várias são as instituições que, no Brasil, atuam no campo da SST, como diversas universidades e escolas. Entretanto, deve-se considerar que estas instituições agem setorialmente e com interesses diversos, podendo até mesmo sofrer a influência do mercado. Contudo, somente a Fundacentro atua com a maior isenção possível, por possuir uma forte atuação tripartite ao analisar os problemas e soluções dos pontos de vistas do trabalhador x governo e empregador.

Esta atuação tripartite da Fundacentro se configura numa importante característica para o diferencial dos produtos e serviços de nossa instituição, sobretudo, ao nos preocuparmos não somente atuarmos de forma abrangente nos diversos ramos de atividades econômicas, mas, principalmente, focados na finalidade social e precípua que prioriza o interesse público no geral, e é, por esta razão, que ela é solicitada a atuar apoiando outros órgãos governamentais do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público além de sindicatos e confederações, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico, equidade social e proteção do meio ambiente. Esta forma de atuação e oferecimento de serviços em SST é bastante avançada frente ações similares de outros países.

Para atingir seus objetivos a Fundacentro se relaciona, além dos órgãos já citados, com outros parceiros por meio de Acordos de Cooperação, Protocolos de Intenções ou instrumentos congêneres. Já o relacionamento com os cidadãos-usuários concretiza-se por meio dos canais de serviço descritos no item 5 deste Relatório de Gestão.

Pelo conjunto das informações expostas até aqui, a Fundacentro tem o reconhecimento de sua excelência por todos os seus parceiros institucionais, pelo ineditismo e a importância de seus estudos, o que lhe confere a liderança, na América Latina, no campo da pesquisa na área de segurança e saúde no trabalho. Além disso, a instituição é oficialmente Centro Colaborador da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, encontra-se em processo de revalidação, como Centro colaborador, da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Por último, é importante destacar que estas diretrizes de trabalho são unificadas para toda a organização, não se aplicando, portanto, apenas ao Centro Técnico Nacional, sede da instituição, mas também a todas as Unidades Descentralizadas, que as observam no planejamento e execução de ações de pesquisa e difusão de conhecimentos.

Uma vez conhecido o ambiente de atuação da Fundacentro, veremos a seguir como a mesma se encontra estruturada tanto em sua alta gestão, destacado nos organogramas funcionais apresentados nas Figuras 1 a 4, bem como se comportou o quadro de seus principais gestores no ano de 2017 consolidado no Quadro 2.

1.4 Organograma.

O organograma funcional da Fundacentro é apresentado nas Figuras 1 a 4, a seguir.

Figura 1 - Presidência

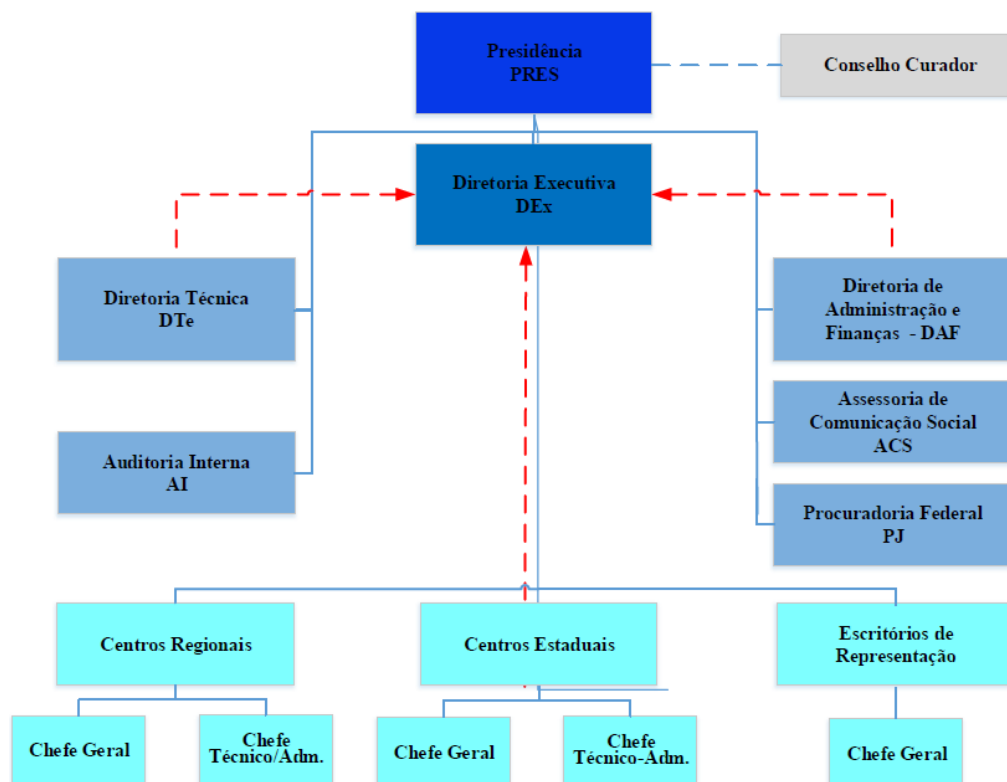


Figura - 2 Diretoria Executiva

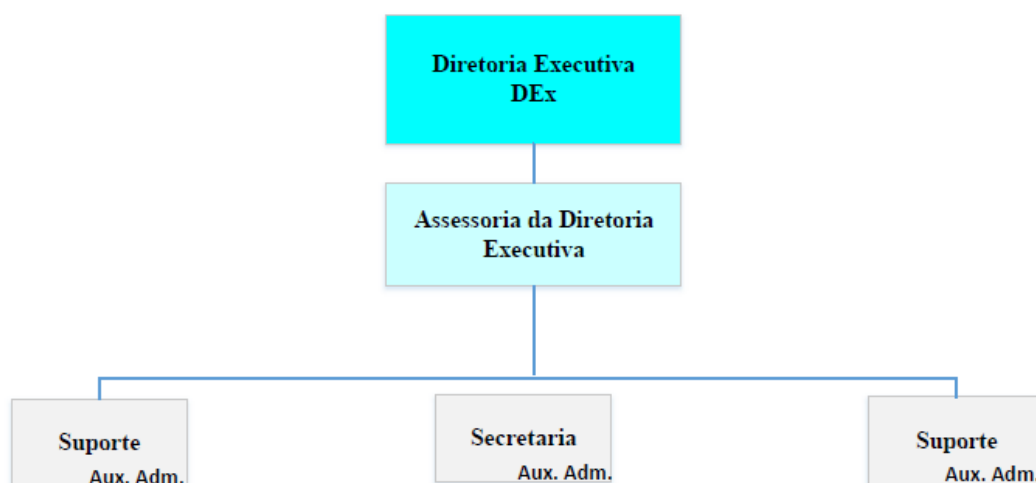
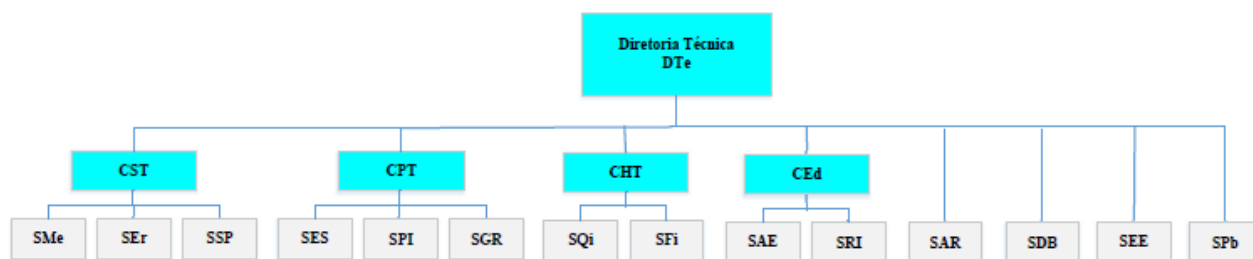
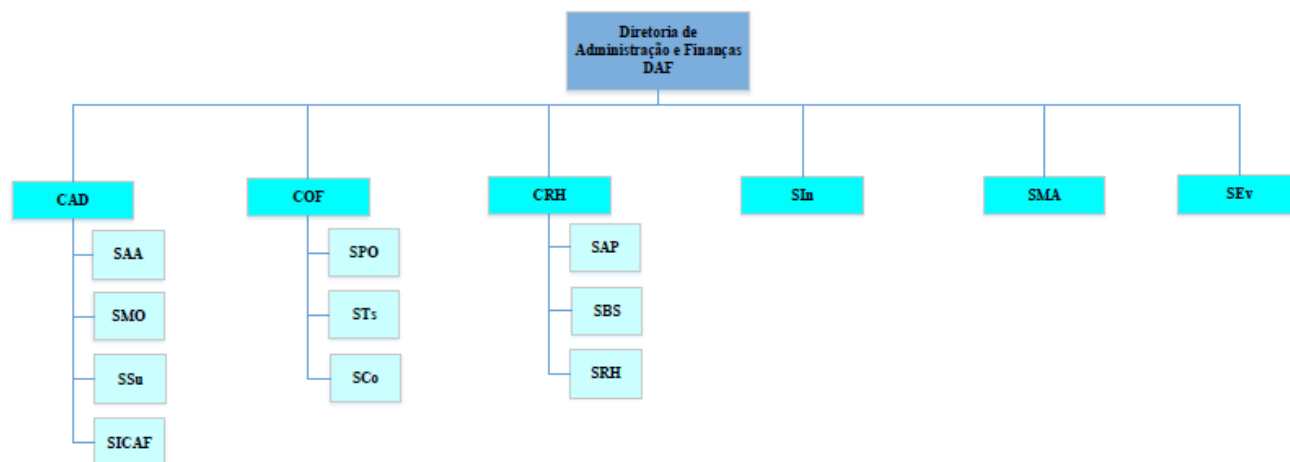


Figura 3 - Diretoria Técnica



DTe	– Diretoria Técnica	SGR	– Serviço de Gerenciamento de Riscos
CST	– Coordenação de Saúde no Trabalho	SQi	– Serviço de Riscos Químicos
CPT	– Coord. de Segurança no Proc. de Trabalho	SFi	– Serviço de Riscos Físicos
CHT	– Coordenação de Higiene no Trabalho	SIs	– Serviço de Instrumentação
CEd	– Coordenação de Educação	SAE	– Serviço de Ações Educativa
SMe	– Serviço de Medicina	SRI	– Serviço de Recursos Instrucionais
Ser	– Serviço de Ergonomia	SAR	– Serviço de Atividades Rurais
SSP	– Serviço de Sociologia e Psicologia	SDB	– Serviço de Documentação e Biblioteca
SES	– Serviço de Equipamentos de Segurança	SEE	– Serviço de Epidemiologia e Estatística
SPI	– Serviço de Processos Industriais	SPb	– Serviço de Publicações

Figura 4 - Diretoria de Administração e Finanças



DAF	– Diretoria de Administração Financeira	CRH	– Coordenação de Recursos Humanos
CAD	– Coordenação de Administração	SAP	– Serviço de Administração de Pessoal
SSu	– Serviço de Suprimento	SBS	– Serviço de Benefícios
SAA	– Serviço de Atividades Auxiliares	SRH	– Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos
SMO	– Serviço de Manutenção e Obras	SIn	– Serviço de Informática
SGr	– Serviço Gráfico	SMA	– Serviço de Organização e Modernização Administrativa
COF	– Coordenação de Administração e Finanças	SEv	– Serviço de Eventos
SPO	– Serviço de Planejamento e Orçamento		
STs	– Serviço de Tesouraria		
SCO	– Serviço de Contabilidade		

Quadro 1.4– Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas /subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de Atuação
Presidência	Representar e dirigir a Fundacentro de acordo com a missão da instituição e as disposições legais Divulgar as finalidades e realizações da Fundacentro para a sociedade Promover ações integradas da Fundacentro com o Ministério do Trabalho e outros órgãos governamentais	Presidente	Paulo Ricardo Arsego Leonice Alves da Paz (presidente em exercício) Leonice Alves da Paz (efetivo)	01/01 a 21/07/2017 28/07 a 16/08/2017 17/08 a 31/12/2017
Diretoria Executiva	Auxiliar o Presidente na formulação, direção e implementação das políticas técnico-científicas e administrativas Assistir ao Presidente no relacionamento com a imprensa e nas atividades de relações públicas, representação política e social da FUNDACENTRO Supervisionar e avaliar as atividades técnicas e administrativas da FUNDACENTRO Participar, na qualidade de membro nato, das reuniões do Conselho Curador	Diretor Executivo	Odair de Brito Franco	01/01 a 31/12/2017
Diretoria Técnica	Desenvolver, planejar, promover, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades técnico-científicas relacionadas ao campo da segurança e saúde no trabalho	Diretor Técnico	Robson Spinelli Gomes	01/01 a 31/12/2017
Diretoria de Administração e Finanças	Planejar, coordenar, controlar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à gestão e ao gerenciamento da Fundacentro	Diretor Administrativo Financeiro	Leonice Alves da Paz Valdeci Inocêncio de Moraes (em exercício) Ricardo Felix	01/01 a 16/08/2017 17/08 a 29/10/2017 30/10 a 31/12/2017
Assessoria de Comunicação Social	Assistir à Presidência no relacionamento com a imprensa e nas atividades de relações públicas, representação política e social da Fundacentro Coordenar e executar ações de divulgação e informação à imprensa e de publicidade institucional e social Assegurar ampla divulgação das atividades da Fundacentro para a sociedade.	Chefe da Assessoria de Comunicação Social	Alexandra Rinaldi	01/01 a 31/12/2017
Procuradoria Federal da Fundacentro	Representar judicial e extrajudicialmente a Fundacentro Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e coordenar as atividades jurídicas da Fundacentro Analisar previamente e emitir parecer sobre instrumentos e documentos com validade legal a serem firmados pela Fundacentro.	Procurador-Chefe	Ricardo Cardoso da Silva	01/01 a 31/12/2017
Auditoria Interna	Assistir à Presidência e ao Conselho Curador quanto ao controle do patrimônio e a gestão orçamentária, financeira, contábil e de recursos humanos Orientar tecnicamente quanto às normas de boa e regular aplicação dos recursos públicos Executar as atividades de auditoria interna	Chefe da Auditoria Interna	Benedito Silva Guimarães Filho	01/01 a 31/12/2017
Centros Regionais, Centros Estaduais e Escritórios de Representação	Executar ações específicas, em nível regional, estadual e local, respectivamente, nas áreas de atuação da entidade e coordenar a realização de estudos e pesquisas para atender a situações de interesse local.	Chefe de Centro / Escritório	Não se aplica	Não se aplica

1.5 Macroprocessos Finalísticos.

Desde 2014, quando a instituição passou a participar da elaboração do Planejamento Estratégico do Ministério do Trabalho - MTb, a Fundacentro vem trabalhando com três macroprocessos finalísticos, abaixo descritos. Todos esses macroprocessos estão voltados ao cumprimento de sua missão, que é a produção e difusão de conhecimentos que contribuam para a promoção da segurança e saúde dos trabalhadores em geral, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico, equidade social e proteção do meio ambiente.

Nesse sentido melhor consolidar as ações e seus consequentes resultados, e, seguindo as orientações do Tribunal de Contas da União - TCU, a Fundacentro fez com que seus macroprocessos se refletissem nas ações do Plano Plurianual - PPA. Dessa forma, foi apresentada, ao MTb, uma proposta para que a Fundacentro tivesse três metas, contudo, apenas duas foram aprovadas, sendo elas:

- Meta 0408 - Alcançar 4 milhões de pessoas por meio de ações de educação e de difusão de conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento da cultura de prevenção em segurança e saúde no trabalho;
- Meta 0409 - Desenvolver e publicar 180 estudos e pesquisas visando à melhoria das condições de trabalho e proposição de políticas públicas de prevenção em segurança e saúde no trabalho.

Uma vez estabelecidas estas duas metas, a Fundacentro passou a relacionar seus macroprocessos 2 e 3 à meta 0408 (alcançar 4 milhões de pessoas ...), enquanto que o macroprocesso 1 está refletido na meta 0409 (Desenvolver e publicar 180 estudos e pesquisas ...).

Diante deste escopo, no exercício de 2017 a Fundacentro apresentou os seguintes desempenhos para cada um de seus macroprocessos:

1. Realizar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador

Desenvolvimento do macroprocesso no ano de 2017:

O macroprocesso foi desenvolvido por meio de projetos sobre temas específicos em segurança e saúde no trabalho, que são avaliados e aprovados anualmente. Os projetos são agrupados em diferentes programas conforme os diferentes temas e são coordenados por servidores da Fundacentro, normalmente lotados nos setores subordinados à Diretoria Técnica, que tenham formação específica adequada à coordenação destes projetos. As equipes dos projetos são compostas por outros servidores da instituição, por profissionais pertencentes a outras instituições públicas ou privadas, ou ambos. Os cronogramas dos projetos normalmente envolvem a identificação e a contextualização de problema ou tema em segurança e saúde no trabalho, propondo, ao final medidas e recomendações aplicáveis à situação de trabalho investigada. Os projetos também podem ser iniciados a partir de demandas de órgãos públicos da União, Estados e Municípios, do Ministério Público, de entidades de classe, de organizações não governamentais, governos de outros países, organismos internacionais e outras instituições para emitir relatórios, informes e pareceres técnico-científicos na área de segurança e saúde no trabalho e meio ambiente.

Os resultados e conclusões obtidos são divulgados pelos canais mais adequados a cada situação, sendo que em 2017 foram publicados 22 artigos, 7 capítulos de livro, 12 trabalhos em anais de

evento, 9 relatórios e pareceres técnicos, 17 dissertações de mestrado/teses de doutorado, totalizando-se 67 pesquisas/estudos publicados.

Cabe destacar a relevância do Programa de Pós-Graduação de Mestrado stricto sensu da Fundacentro – Trabalho, Saúde e Ambiente, com 13 dissertações defendidas para a ampliação do número de pesquisas publicadas, o que tem permitido superar a meta nos últimos anos.

Também é importante salientar que a produção (execução física) em Ciência e Tecnologia não guarda uma relação direta com a execução financeira, já que as pesquisas têm diferentes prazos de maturação e a materialização dos produtos depende de fatores que não estão sobre controle da instituição, como por exemplo, os prazos para análise dos trabalhos submetidos aos periódicos.

Deve ser destacado também que essa produção tende a decrescer em função das aposentadorias, da falta de concursos para repor os servidores e do descredenciamento do Programa de Pós-Graduação pela CAPES.

2. Desenvolver ações educativas relacionadas com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho

Desenvolvimento do macroprocesso no ano de 2017:

As ações ocorrem por meio de cursos e outros eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga superior à 8 horas, normalmente organizados e gerenciados pela Coordenação de Educação e pelo Serviço de Eventos.

Para os cursos são elaborados ou atualizados materiais didáticos em função do conteúdo programático, da carga horária, do público-alvo e da metodologia de ensino que é utilizada. A divulgação do curso é feita pela Assessoria de Comunicação Social e no sítio da Fundacentro na internet. A Coordenação de Educação é responsável pela emissão dos certificados, que desde 2013 passaram a ser emitidos no formato eletrônico e atualmente podem, portanto, ser obtidos pelo próprio aluno após solicitação por meio de formulário próprio no sítio da Fundacentro na internet. Durante o ano, foram capacitadas 4015 pessoas por meio destes cursos/ eventos realizados no Centro Técnico Nacional-CTN em São Paulo e nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro, distribuídas por todo o território nacional.

3. Difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador

Desenvolvimento do macroprocesso no ano de 2017:

As ações ocorreram por meio de eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga inferior a 8 horas com a exposição de diferentes assuntos em SST, pela distribuição de materiais técnico-científicos em SST e pelo atendimento direto ao público, respondendo a dúvidas técnicas e recebendo visitantes em suas instalações para difusão de conhecimentos técnicos.

Estas ações são realizadas tanto no Centro Técnico Nacional em São Paulo, quanto nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro.

Vide Anexo 8.1 - Quadro 1.5 – Macroprocessos Finalísticos, fls. 70-71.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.

2.1 Planejamento Organizacional.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A Fundacentro não possui programa temático ou objetivo sob sua responsabilidade no PPA 2016-2019. A UPC participa do Programa: 2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária, no Objetivo: **0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador**, sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, sendo responsável pelas metas:

- **0408** - Alcançar 4 milhões de pessoas por meio de ações de educação e de difusão de conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento da cultura de prevenção em segurança e saúde no trabalho;
- **0409** - Desenvolver e publicar 180 estudos e pesquisas visando à melhoria das condições de trabalho e proposição de políticas públicas de prevenção em segurança e saúde no trabalho

A instituição é responsável pela ação orçamentária 20YW – Produção e Difusão de Conhecimentos para a Promoção de Políticas Públicas em Segurança e Saúde no Trabalho, que constitui a ação finalística da Instituição.

Em decorrência da fusão, em 2015, do Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social surgiu a necessidade de rever o Planejamento Estratégico. Este processo se iniciou no segundo trimestre de 2016, mas foi interrompido em decorrência da reversão da fusão. O processo foi reiniciado no segundo semestre de 2016, mas não foi concluído até o término do exercício, de forma que não foi implementado em 2017.

2.1.2 Estágio de implementação do Planejamento Estratégico

Como mencionado anteriormente, por conta da deficiência recursos humanos da Diretoria Executiva, a Fundacentro ainda não efetuou seu próprio Planejamento Estratégico, o qual deveria, mesmo que estejamos ligados ao Planejamento do Ministério do Trabalho, ser realizado todos os anos como principal forma a nortear as ações desta Instituição.

Quanto ao Planejamento do Ministério de Trabalho ele foi efetuado como base na metodologia do Balanced Score Card (BSC), sendo que sua Missão passa a ser: **Promover a cidadania pelo trabalho digno** e sua Visão **“Ser referência na promoção do trabalho digno, com excelência na prestação de serviços digitais até 2026”**. Dentro de seu escopo três resultados são esperados:

1. Fomentar oportunidade de trabalho, emprego e renda;
2. Garantir o direito ao trabalho digno; e
3. Facilitar o acesso aos serviços e as informações

Destes resultados derivam vários processos internos, sendo que a Fundacentro foi enquadrada no âmbito da **Disseminação do conhecimento e gestão participativa** e mais especificamente incrementar a produção e difusão de estudos, pesquisas, diagnósticos, inovações e avaliações relacionadas ao trabalho. Sendo que o indicador de cumprimento dos objetivos à Fundacentro determinados será **“Número de publicações de estudos e pesquisas voltados à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho”**.

2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos.

De acordo com a Lei nº 5.161/ 1966, que criou a Fundacentro, ela tem por objetivo principal realização de estudos e pesquisas relacionadas aos problemas de segurança, higiene e medicina do trabalho.

Já o Decreto nº 7.602/2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST, de certa forma específica e/ou reforça o objetivo da instituição, bem como atribui à Fundacentro outras responsabilidades: **a)** elaborar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador; **b)** desenvolver e executar ações educativas sobre temas relacionados com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho; e **c)** difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador. Sendo que estes encargos sempre estão presentes nas ações da Fundacentro e, sobretudo, em seu planejamento de forma a permitir o cumprimento de suas de suas responsabilidades.

2.1.4 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução dos Resultados dos Planos.

O monitoramento é realizado trimestralmente, com os dados obtidos no Sistema de Gestão de Projetos e Atividades - SGPA, sistema informatizado interno inteiramente desenvolvido pela área de tecnologia da informação da Fundacentro. Com ele é possível listar todas as atividades de pesquisa e disseminação de conhecimento, desde a concepção do projeto de pesquisa ou atividade até a finalização do mesmo, destacando-lhes, com base em dados alimentados pelos coordenadores de cada projeto, a evolução e/ou mesmo conclusão das etapas de cada um deles.

Este sistema, inclusive, permite que as áreas competentes, pelas funções atribuídas pelo estatuto da Fundacentro ou por seu Presidente, promovam o acompanhamento dos processos realizando tanto “críticas” à propositura de projetos como solicitação de correções ou prestação de contas sobre o não cumprimento de determinada objetivo. Contudo, a desarticulação das áreas competentes, quer por falta de servidores ou pela inadequada atuação de gestores anteriores, diminuiu e tem diminuído a eficácia deste monitoramento.

2.2 Desempenho Orçamentário.

2.2.1 Execução Física e Financeira das ações da Lei Orçamentária anual de responsabilidade da Unidade.

Quadro 2.2.1 – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC–OFSS 20YW

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		20YW				

Nota: Há um valor reinscrito em 2017 de R\$ 434.656,44.

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.

Deve ser destacado que a o orçamento efetivamente disponível para a ação, após contingenciamentos foi de R\$ 3.495.599,00.

Diversos fatores concorreram para que a execução financeira da ação finalística ficasse abaixo do previsto, incluindo a descontinuidade administrativa, problemas de fluxo de solicitações de compras, falta se pessoal na área administrativa e finalística.

Visando mitigar tais problemas algumas providências foram tomadas com destaque para alterações no fluxo de compras e contratações e a instituição de comissão para análise prévia de termos de referência.

Por outro lado, o cumprimento das metas foi possível, principalmente, em da consolidação da Pós-Graduação que tem contribuído para aumentar o número de pesquisas publicadas sem necessariamente aumentar nossos custos.

Dessa forma, entendemos que a execução física desta ação é compatível com a respectiva execução financeira, lembrando que no campo da Ciência e Tecnologia produção nem sempre guarda uma relação direta com esta última, uma vez as pesquisas têm diferentes prazos de maturação e a materialização dos produtos depende de fatores que não estão sob controle da instituição, como por exemplo, os prazos para análise dos trabalhos submetidos aos periódicos.

2.3 Informações sobre a Execução das Despesas

Quadro 2.3.A – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Modalidades de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f + g)	12.455.493,41	12,13	15.710.372,98	15,32	12.455.493,41	12,13	15.710.208,91	15,32
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	12.455.493,41		15.710.372,98		12.455.493,41		15.710.208,91	
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contrat. Públicas								
2. Contratações Diretas (h + i)	1.274.903,54	1,24	3.395.369,31	3,31	1.274.903,54	1,24	3.395.369,31	1,24
h) Dispensa	233.937,19		2.283.195,61		233.937,19		2.283.195,61	
i) Inexigibilidade	1.040.966,35		1.112.173,70		1.040.966,35		1.112.173,70	
3. Regime de Execução Especial	3.070,32	0	7.237,26	0,01	3.070,32	0	7.237,26	0,01
j) Suprimento de Fundos	3.070,32		7.237,26		3.070,32		7.237,26	
4. Pagamento de Pessoal (k + l)	88.953.046,67	86,63	83.410.006,58	81,36	88.952.112,64	86,63	83.412.081,25	81,36
k) Pagamento em Folha	88.771.278,61		83.241.243,79		88.770.344,58		83.240.354,26	
l) Diárias	181.768,06		171.726,99		181.768,06		171.726,99	
5. Total Despesas acima (1 + 2 + 3 + 4)	102.686.513,94	100	102.522.986,13	100	102.685.579,91	100	102.524.896,73	100
6. Total das Despesas da UPC	102.686.513,94	100	102.522.986,13	100	102.685.579,91	100	102.524.896,73	100

Quadro 2.3.B – Despesas por Grupo e Elementos de Despesa.

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. 1.Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	41.929.310	41.120.295	41.929.310	41.120.295			41.929.310	41.120.295
Aposentadorias	31.466.810	27.038.530	31.466.810	27.038.530			31.466.810	27.038.530
Obrigações Patronais	8.412.197	7.008.558	8.412.197	7.008.558			8.412.197	7.008.558
Demais elementos do grupo	8.412.197	4.284.525	8.412.197	4.284.525			8.412.197	4.284.525
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de mão de obra	15.712.616	14.561.756	13.006.394	12.492.304	2.706.221	2.069.452	13.006.394	12.492.140
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	5.268.146	4.622.194	4.245.786	4.021.570	1.022.359	600.624	4.245.130	4.021.570
Auxílio Alimentação	1.470.013	1.600.084	1.470.013	1.600.084	0,00	0,00	1.470.013	1.600.084
Demais elementos do grupo	3.600.435	4.136.825	3.526.432	3.942.855	74.003	193.969	3.524.946	3.941.966
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
Equip/tos e Material Permanente	119.508	981.195	50.088	210.353	69.420	770.842	50.088	210.353
Outros Serviços de Terceiros	142.904	979.964.43	31.128	887.080	111.776	92.884	31.128	887.080
Obras e Instalações		53.000		16.000	0,00	37.000		16.000
Demais elementos do grupo		5.995		5.995	0,00			5.995
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa								
...								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
...								
Demais elementos do grupo								

Dados Extraídos do Tesouro Gerencial

2.3.1 Análise Crítica da Realização das Despesas.

1. A Lei nº 13.414 de 10 de janeiro de 2017 – Lei Orçamentária Anual – LOA, estabeleceu o detalhamento dos créditos orçamentários à Fundacentro no valor de R\$ 28.058.671,00, sendo que, no ano de 2016 o orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual - LOA foi de R\$ 26.820.979,00.
2. Com base nos limites instituídos pelo Decreto nº 9.018/17, de 30.03.2017, o Ministério do Trabalho estabeleceu por meio do Ofício nº 085/SE-MTb de 20/04/2017, apenas o valor de R\$ 15.707.244,00, para execução de despesas discricionárias até o mês de dezembro/2017, sendo contingenciado o valor de R\$ 12.351.427,00.
3. Em 09/08/2017, através do Ofício nº 213/SE-MTb, o Ministério informa à Fundacentro a ampliação do limite de empenho até dezembro/2017, desbloqueando o valor de R\$ 4.000.000,00, totalizando assim o valor de R\$ 19.707.244,00, para execução de despesas discricionárias, do total de R\$ 28.058.671,00 aprovados na LOA, reduzindo assim o contingenciamento para R\$ 8.351.427,00.
4. A Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, SOF/MP realizou o desbloqueio adicional de R\$ 4.000.000,00, indicado para a Fundacentro no dia 22 de setembro de 2017 via SIAFI.
5. Nesse contexto, mesmo com a ampliação do limite de empenho para o valor de R\$ 19.707.244,00, os valores liberados ainda seriam insuficientes para o custeio da Fundacentro (CTN e UD's), tendo em vista que as estimativas/previsões para os pagamentos de contratos e despesas fixas para o corrente ano somavam aproximadamente R\$ 24.000.000,00.
6. Desta forma, e considerando os prazos para o encerramento do exercício, o Ministério por meio dos ofícios de nº 277/SE/MTb de 26/10/2017 e nº 311/SE/MTb de 05/12/2017, ampliou o limite orçamentário desbloqueando R\$ 1.000.000,00 e R\$ 3.541.427,00 respectivamente, fixando o mesmo em R\$ 24.248.671,00, reduzindo o contingenciamento para R\$ 3.810.000,00.
7. Com todas as limitações orçamentárias à Fundacentro executou em 2017 o valor de R\$ 24.100.721,56 entre custeio e investimentos, representando 99,39% do limite orçamentário autorizado, porém as contratações, licitações e aquisição de bens permanentes, foram prejudicadas diante deste contexto.
8. O processo interno de compras/contratação, bem como, o planejamento para execução de despesas na Fundacentro, ainda carece de aprimorado, para que a execução orçamentária seja mais adequada e eficiente, considerando o orçamento anual.
9. Outro aspecto importante é que o montante de recursos para diárias e passagens não são compatíveis com as necessidades da Instituição precisando ser ampliado.
10. Para o fortalecimento da atuação institucional da Fundacentro, é preciso ampliar a disponibilidade orçamentária e os limites para empenhos e pagamentos de diárias e passagens. Também registramos a necessidade de realizar novos concursos para reposição de pessoal.

2.4 Desempenho Operacional.

A atuação da Fundacentro no ano de 2017 procurou manter a vinculação com os demais órgãos públicos, de forma a garantir sinergia na ação governamental. Por esse caminho, a instituição adota como premissa que a implantação do trabalho decente em nível nacional só é factível com a articulação das diferentes políticas públicas, a saber: saúde, segurança ocupacional, previdência social, economia solidária, transportes, etc.

Tal contexto informou a elaboração do plano operacional, consubstanciado no SGPA – Sistema de Gerenciamento de Projetos e Atividades da Fundacentro, no qual se encontram detalhados os projetos com respectivos objetivos, metas, cronogramas e recursos necessários à sua consecução. Em síntese, pode-se frisar que, por meio de iniciativa associada à produção e difusão de conhecimentos em segurança e saúde no trabalho, missão institucional da Fundacentro detalhada no tópico 1.1, a instituição procurou incrementar a sua produção técnica e científica, além das ações de difusão desses conhecimentos gerados, o que foi detalhado anteriormente.

Os macroprocessos finalísticos espelham as metas do PPA sob a responsabilidade da Fundacentro. Seus principais resultados no exercício de 2017 estão detalhados no tópico 1.5.

É importante mencionar que a Fundacentro, assim como os demais órgãos, sofre as contingências do cenário socioeconômico brasileiro. Logo, restrição de recursos, problemas nas instalações, deficiências de pessoal, ausência de concursos públicos, aumento nas aposentadorias, são parte de um fenômeno compartilhado por toda a administração pública.

Vale destacar a redução dos limites de empenho para as despesas discricionárias. Esse valor, que era de R\$28.500.000,00 em 2015, caiu para R\$ 24.938.337,00 em 2016, e para R\$24.248.671,00 em 2017, representando uma queda de 15% em relação a 2015, sem considerar a inflação.

Nos últimos três anos, tem sido crítico especialmente o contingenciamento dos recursos destinados a passagens e diárias. O valor disponibilizado para o exercício foi menor que o de 2016 e representa em torno de 60% do valor do ano de 2014, sem considerar a inflação. As atividades de campo e os deslocamentos para a realização de cursos tiveram que ser reduzidos em função dessa perda de orçamento.

Outro risco para o alcance das metas e da missão da Fundacentro é o originado da perda gradativa dos recursos humanos da instituição, sem que haja a devida reposição por meio de concursos públicos. Em 2017, 115 servidores efetivos completaram os pré-requisitos para aposentadoria, o que permite antever uma grande perda de servidores para os próximos anos.

O risco poderia ser minimizado de forma mais efetiva mediante a realização de concurso para preenchimento de 150 vagas de nível superior, redistribuídas para a Fundacentro pela Portaria 2434, de 10/09/2010, publicada no DOU de 13/10/2010 pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Uma via alternativa para minimizar tal risco tem sido a de suprir tal deficiência por meio de parcerias com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, contratação de estagiários e ingresso de alunos no Programa de Pós-graduação “Trabalho, Saúde e Ambiente” mantido pela Fundacentro. Saliente-se, porém, que estas medidas são apenas paliativas e não eliminam o risco identificado.

2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho.

Não se aplica.

2.4.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.

Não se aplica

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.

3.1 Descrição das Estruturas de Governança.

Este item se propõe a evidenciar, conforme orientação do TCU, as instâncias que constituem a estrutura de governança da Fundacentro.

A estrutura de governança é delineada pelas instâncias interna de governança (Alta Administração) e representada pelo Presidente e três Diretorias, (Diretoria-Executiva, Diretoria Técnica e Diretoria Administração e Finanças) que analisam e decidem às matérias de competência da Entidade, em apoio à governança tem a Auditoria Interna e a Procuradoria Jurídica, e consta também na estrutura o Conselho Curador órgão de deliberação superior da Fundacentro que tem como competência:

- I. aprovar o plano de ação e a proposta orçamentária anual e suas alterações;
- II. autorizar a solicitação de abertura de créditos adicionais;
- III. autorizar a celebração de convênios, contratos, acordos ou ajustes, e seus respectivos termos aditivos;
- IV. decidir sobre a alienação e aquisição de bens imóveis, manifestando-se, inclusive, acerca da aceitação de doação, com ou sem encargo;
- V. examinar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas e o relatório anual de atividades da Fundacentro para encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e posterior julgamento do Tribunal de Contas da União;
- VI. examinar os assentamentos contábeis e administrativos, zelando pelo cumprimento da legislação pertinente e deste Estatuto;
- VII. examinar e emitir parecer sobre as propostas de alteração do Estatuto e do regimento interno da Fundacentro;
- VIII. examinar os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou por qualquer um de seus membros, emitindo pareceres conclusivos; e
- IX. representar ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer na administração da Fundacentro.

Além do Conselho e suas atribuições, consta de sua estrutura de governança a Auditoria Interna, órgão vinculado ao Sistema de Controle Interno do Governo Federal conforme estabelecido no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com competências de: **a)** assistir direta e indiretamente ao Presidente da Fundacentro e ao Conselho Curador quanto ao controle do patrimônio e à gestão orçamentária, financeira, contábil e de recursos humanos da Fundacentro; **b)** orientar tecnicamente os demais órgãos da Fundacentro quanto às normas de boa e regular aplicação dos recursos públicos; **c)** executar as atividades de auditoria interna, obedecendo ao estabelecido na legislação; e **d)** acompanhar procedimentos e processos administrativos e de convênios em curso na Fundacentro para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências, ou a correção de falhas.

Destaca-se a criação da Unidade de corregedoria em 2017, por força de Decreto Presencial. Entretanto a sua competência e organização não estão ainda definidas no Regimento Interno.

A Fundacentro não formalizou a sua política de Gestão de Riscos, que tem o escopo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidade para a gestão de riscos, quais sejam a identificação dos riscos, avaliação dos riscos, tratamento dos riscos e monitoramento, no intuito de minimizar os riscos das principais atividades.

Quanto aos Controles Internos, houve avanço no sentido de aprimorá-los na Fundacentro, por meio da implantação de vários sistemas: Compras, Estacionamento, Patrimônio, Almoxarifado, Veículos, Manutenção Predial, Sistema de Gestão de Projetos e Atividade (SGPA), Gestão de Documentação Interna (Gedi), mas carecem de melhorias. Tal carência afeta muito mais as Unidades descentralizadas, considerando que as mesmas não utilizam na totalidade os recursos tecnológicos desenvolvidos na busca da melhoria do controle Interno.

3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados.

A Fundacentro é dirigida por um Presidente e três Diretores, nomeados na forma da legislação pertinente. O Conselho Curador, órgão de deliberação superior da Fundacentro, é constituído por dezesseis membros e tem a seguinte composição:

- I. Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho;
- II. Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho;
- III. Presidente da Fundacentro;
- IV. Diretor Executivo da Fundacentro;
- V. um representante do Ministério da Fazenda (Secretaria da Previdência Social);
- VI. um representante do Ministério da Saúde;
- VII. dois membros indicados pelo Ministro de Estado do Trabalho;
- VIII. quatro representantes dos empregadores; e
- IX. quatro representantes dos trabalhadores.

A Presidência do Conselho Curador é exercida pelo Presidente da Fundacentro, sendo que ele e seus membros, mesmos os servidores, não recebem nenhum tipo de remuneração adicional para o exercício de suas funções no colegiado.

Compõem também o Conselho Curador, mas sem direito a voto, os Diretores Técnico e de Administração e Finanças da Fundacentro.

Em relação aos suplentes dos membros natos cabe é importante destacar que eles são escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho. Já os membros, titulares e suplentes, do Conselho Curador são indicados pelos respectivos órgãos governamentais e entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, no âmbito nacional, e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho.

3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.

a. Regimento Interno: disponível em:

http://intranet/v1/regulamentacao_interna/manual_de_organizacao.asp

Instrumentos de Estrutura Organizacional Referência: Port. 123/1997, disponível em:

Estatuto: <http://www.fundacentro.gov.br/institucional/estatuto>

b. Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de Auditoria Interna.

No regimento e estatuto vigentes, a Auditoria Interna está vinculada à Presidência da Fundacentro, ou seja, elevando a posição da Auditoria Interna no organograma para garantir a independência da área e a objetividade dos trabalhos. Contudo, sabemos que só isso não caracteriza a independência da unidade: o correto seria que a unidade tivesse o seu próprio regimento e manual, os quais delineariam claramente as competências e alguns elementos que caracterizariam a independência dos Auditores Internos no julgamento e na condução dos trabalhos.

Utilizamos a IN/SFC-MF N.º 01, de 06 de abril de 2001, disciplinada no capítulo X, que trata das atividades específicas da Unidade de Auditoria Interna das Entidades da Administração Indireta. Esta instrução define Auditoria Interna como um conjunto de procedimentos tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade.

c. Estratégia de Atuação em relação à Unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

Esta Entidade não possui unidades ou subunidades descentralizadas.

d. Estrutura da Auditoria Interna.

A estrutura organizacional da Auditoria Interna da Fundacentro iniciou o exercício de 2017, com uma equipe composta por um auditor chefe, um auditor comissionado e uma auxiliar administrativa terceirizada. Entretanto, este quadro perdurou somente até o início de abril de 2017, quando o comissionado foi exonerado, em função da conversão do DAS em Função Comissionada do Poder Executivo, privativa de servidores públicos de carreira.

Abaixo apresentamos o nome, o cargo/função e a formação acadêmica de cada integrante da Auditoria Interna.

- Benedito Silva Guimarães Filho, chefe da Auditoria, formação Ciências Contábeis e Administração de Empresas;
- Eliana Sales Mendonça, terceirizada na função de Secretária, graduada em Secretariado Executivo, nas funções do cargo a partir 27/05/2015, e
- Marcos Alexandre T. Espírito Santo, cursando Ciências Contábeis, Comissionado, exonerado em 23 de março de 2017, por força do Decreto 8.993/2017.

No que tange a escolha do Auditor chefe, função “DAS 3”, a dinâmica de nomeação e exoneração obedece ao previsto no Decreto nº 3.591/2000. Ou seja, após a decisão do Presidente de nomear ou exonerar, a referida decisão é submetida a CGU para aprovação.

- e. Processo de conhecimento e implementação, pela Alta Gestão, das recomendações realizadas pela Auditoria Interna.

De forma geral, a Alta Administração toma conhecimento das recomendações da Auditoria Interna por intermédio do dirigente máximo, pois ao final de cada trabalho recebe da auditoria os relatórios dele derivados. O Presidente da Fundacentro encaminha o relatório para a Diretoria de Administração e Finança- DAF para que a mesma também tome conhecimento e encaminhe para a área responsável ou para o gestor da Unidade Descentralizada para as devidas providências.

No tocante a informação sobre os riscos relativos da “Não Implantação das Recomendações” dos órgãos de controle, informamos que passaremos a fazê-lo somente a partir do exercício de 2018 visando adequar-nos à IN Conjunta 01 de maio de 2016.

- f. Sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho Curador da não implementação das recomendações da auditoria.

Convém salientar que, por questões da falta de recurso humano, a auditoria Interna da Fundacentro não possui processo de avaliação/ monitoramento sobre a implementação das recomendações, com periodicidade mensal, conforme preconiza a IN 24, da CGU.

Caso, no próximo exercício, a gestão estruture melhor a área, teremos a possibilidade de elaborar um instrumento, por meio de sistema informatizado, para registro e acompanhamento das recomendações da auditoria.

Dessa forma, caso alguma recomendação não seja cumprida auditoria interna terá condições de encaminhar relatório para o Conselho Curador para sua avaliação e providências.

- g. Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Não há informações sobre esse item. Ao contrário, **a situação da unidade é precária**, visto que conta apenas com o chefe de auditoria e uma terceirizada, o que ratifica a necessidade da mesma ser reestruturada.

3.3.1 Descrição e Escopo das ações de Auditoria Interna realizadas.

O Plano Anual das Atividades da Auditoria Interna - PAINT contemplou as diversas atividades da Auditoria a serem realizadas no decorrer do exercício de 2017. Os trabalhos foram realizados por um único servidor, visto que o outro servidor/comissionado lotado na área foi exonerado em abril daquele ano, em decorrência da publicação do Decreto 8.993/2017.

Os trabalhos foram realizados com a expedição de relatórios de auditoria, e análise de processos administrativos específicos com a emissão de pareceres e nota técnica, sem a exigência de prazo de retorno de atendimento das recomendações, o que se deveu à falta de recursos humanos para o controle das mesmas.

Nesse sentido, ressalta-se que foram expedidos pela unidade 6(seis) relatórios, 6 (seis) pareceres e 3 (três) Notas técnicas, contendo as recomendações às áreas gestoras da Fundacentro. O somatório de todas as recomendações constantes dos documentos expedidos pela Auditoria Interna foi de 63, ressaltando-se que há ocorrência de várias recomendações em um único documento, entretanto, são tratadas separadamente por se referirem a tópicos diferentes.

A auditoria Interna iniciou processo de monitoramento das recomendações por meio do relatório nº 2. Porém, em decorrência da falta de funcionário não foi possível dar continuidade ao mesmo, o que impossibilitou relatar a quantidade exata das recomendações expedidas e que foram ou não saneadas pela administração.

Informamos que os principais impactos na correção e aperfeiçoamento da gestão proveniente das análises da Auditoria Interna estiveram relacionados às áreas de compras, contrato e fiscalização, veículos, patrimônio e aperfeiçoamento/utilização do controle interno administrativo.

A equipe da Auditoria, no exercício de 2017, realizou as seguintes ações:

1. Efetuou 06 (seis) Pareceres de Auditoria

1.1 sobre a Prestação de Contas Anual da Entidade;

1.2 sobre a Repactuação no contrato de limpeza com a empresa Vip Sul;

1.3 sobre bens em processo de localização;

1.4 sobre Desfazimento de bens patrimonial de CRMG;

1.5 sobre furto de bens patrimonial do ERCA; e

1.6 sobre o Processo de pagamento com a empresa Vip Sul.

Os 06 (seis) Relatórios de Auditorias com visitas “in loco” para verificação nas Unidades descentralizadas e nas áreas do CTN:

2.1 no Centro Estadual do Espírito Santo (CEES);

2.2 no Escritório de Representação de Campinas (ERCA);

2.3 no Centro Regional de Pernambuco (CRPE);

2.4 na Área de Pessoal;

2.5 na área de RH e Benefícios; e

2.6 Monitoramento.

3. Efetuou três Notas Técnica

3.1 sobre contratos de locação

3.2 sobre Acordão 3877

3.3 sobre reenquadramento de servidor

4. Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN/17;

5. Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/18;

6. Encaminhamento de correspondências eletrônicas, ofícios e participações em reuniões;

7. Desenvolvimento dos trabalhos das ações previstas no PAINT/2017;

8. Ações de Planejamentos das Auditorias nas Unidades Descentralizadas;

9. Acompanhamento de todas as determinações do TCU e recomendações da CGU que tiveram manifestações dos Gestores da instituição.

Das atividades concluídas em 2017, cerca de 45% estavam previstas no Plano de Atividades Internas PAINT/2017¹. As demais foram relativas a trabalhos não programados, demandados pela alta Administração. Os trabalhos da Auditoria Interna concentraram-se na Sede da Fundacentro e nas Unidades Descentralizadas dos Estados do Espírito Santo, Campinas e Pernambuco. Assim, apresentaremos de forma resumida todas as ações desenvolvidas no exercício de 2017.

Relatórios: 001 a 006

Documento emitido: Relatório nº 001/2017

Nº da Ação no PAINT: 06

Unidade Auditada: Unidade Descentralizada Centro Estadual do Espírito Santo

Escopo examinado: As ações foram desenvolvidas na Unidade, focaram o controle das áreas de gestão de pessoas; gestão financeira e orçamentária; gestão patrimonial; gestão de suprimentos de bens e serviços e operacional da instituição, objetivando avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade.

A Auditoria Interna avaliou a regularidade dos processos licitatórios que se deram por pregão ou por dispensa de licitação em função do valor ou inexigibilidade, o que foi feito por meio do sistema SIAFI ao se verificar se as despesas correntes e de capital foram executadas dentro da conformidade e se estavam de acordo com a finalidade. Também se verificou se os pagamentos realizados correspondiam aos objetos que foram registrados nos empenhos, bem como se os tributos exigidos foram retidos e recolhidos.

Quanto ao patrimônio verificamos se houve levantamento anual, o estado dos bens, se estão identificados por setor/área com registro patrimonial e com os respectivos Termos de Responsabilidade.

No Relatório de Auditoria Interna nº **01/2017**, sobre avaliação na Gestão da Unidade Descentralizada do Estado do Espírito Santo-CEES, não houve manifestação do responsável pela Unidade sobre as recomendações expedidas. Elencamos abaixo as constatações e as recomendações:

Constatação: Ausência da conformidade de registro de gestão.

Recomendação: Que a Unidade cumpra a norma em especial o art. 7º da IN 24, que trata da finalidade da conformidade de registro de gestão.

Constatações: O imóvel no qual se encontra instalado a Unidade é alugado e está sendo subutilizado.

Recomendações: A Unidade Descentralizada do Espírito Santo, quando das futuras prorrogações do contrato, deverá providenciar pesquisa de mercado com descrição detalhada das características e necessidades, bem como procurar satisfazer adequadamente o interesse

¹ Cumpre ressaltar que o não cumprimento de cerca de 55% das atividades previstas no PAINT/2017 se deu, especialmente, devido à perda de 50% da força de trabalho lotada na Auditoria no início de 2017, sem a devida reposição.

público, com base no especificado no Decreto nº 7689, com vista a demonstrar a melhor oferta e as condições mais vantajosas na locação do imóvel para a administração, levando em consideração todos os custos que englobam a locação do imóvel.

Constatações: **a)** Ausência de Levantamento Físico dos Bens com o respectivo relatório relativo ao exercício de 2016, **b.** falta de atualização dos Termos de Responsabilidade e a depreciação dos bens.

Recomendações: **1.** O responsável deverá solicitar à área de Patrimônio do Centro Técnico Nacional - CTN, novos Termos de Responsabilidade, que estes reflitam a realidade atual da responsabilidade dos bens. Procedimento que deverá ocorrer em caso de troca de equipamentos, substituição, exoneração, aposentadoria, de modo que não venha prejudicar a apuração de responsabilidade por eventual dano ou perda do bem; **2.** A Unidade deverá obedecer às orientações contidas na IN/ SEDAP/205/88, quanto à necessidade da realização anual de inventário dos bens existentes em 31 de dezembro, fazendo constar no mesmo, informações determinadas na legislação pertinente; **3.** A área de Patrimônio do CTN deverá realizar a depreciação dos bens, conforme determina a legislação.

Constatação: **a)** Falta de informações no sistema de controle do desempenho e manutenção dos veículos, (total do valor gasto com manutenção, e ausência de registro de trechos na requisição de veículo), e falta do “Termo de Vistoria de Veículos”, do conforme anexo II, III e VII da IN/SLTI/MPGO/nº003/2008; e pela falta de controle de manutenção preventiva e corretiva.

Recomendações: **1.** A Unidade Descentralizada deve adotar as providências necessárias para a contratação de uma empresa para realizar a manutenção preventiva e corretiva de todos os veículos, visando o planejamento prévio para a manutenção de forma a preservar os veículos, bem como possibilitar se verificação de se o veículo está sendo útil ou antieconômico algum veículo da frota e se os mesmos terão condições de atender aos usuários de forma segura, além de evitar que haja fracionamento de despesas em decorrência dos serviços e peças na manutenção da frota; **2.** Que se promova mecanismo de controle do uso dos veículos oficiais da Regional, de forma a contemplar o disposto no art. 23 e §1º do art. 24 e anexo III da IN/SLTI/MPOG nº 03/2008, utilizando o sistema de uso do veículo oficial de forma correta com o preenchimento de todos os campos; **3.** Seja realizado Termo de Vistoria em conjunto com os profissionais habilitados, contratados, e que o servidor responsável pela frota realize periodicamente a vistoria nos veículos para detectar quaisquer avarias no mesmo, em tempo hábil para apurar a responsabilidade e o ressarcimento.

Constatações: **a)** Itens inativos e obsoletos; **b)** Itens fora do prazo de validade; Dimensionado inadequado de compras, e **c)** Falta de controle adequado sobre o registro de saída e entrada do material no almoxarifado.

Recomendações: **1.** Em relação às quantidades excessivas de alguns materiais de consumo, ou que não são mais utilizados em decorrência de não possuir mais o equipamento necessário, a unidade deverá providenciar estudo da sua necessidade para um período de doze meses. Com relação ao material excedente, sugerimos consultar as unidades descentralizadas e o CTN para verificar se tem necessidade/interesse em recebê-los; **2.** Que a liberação do material ao usuário sempre ocorra após a devida anotação na ficha de prateleira, conforme determina o item 12 da IN/Nº205/88 ou em um controle paralelo; **3.** A fiscal do contrato de limpeza deve verificar a possibilidade, junto à empresa, de estar diminuindo a quantidade e melhorando a qualidade dos

materiais entregue. Caso contrário, a Unidade correrá sério risco de ficar com certa quantidade de materiais de limpeza estocado no almoxarifado ao término do contrato.

Constatações: **a)** Falta de registro do contrato no cronograma físico/financeiro; Falta de planejamento das compras de matérias de informática; **b)** Dimensionamento equivocado da franquia na contratação do serviço de reprografia, e **c)** Ausência de procedimento licitatório para contratação dos serviços de telefonia fixa e móvel.

Recomendações: **1.** Providenciar o registro dos seus contratos no sistema SICON, cuja finalidade é acompanhar a devida execução do contrato; **2.** Que a Unidade faça um planejamento adequado de suas necessidades de compras para os materiais de informática para o ano, com vista a evitar a ocorrência de fracionamento da compra, porém as entregas dos materiais deverão ocorrer de forma parcelada conforme as necessidades; **3.** Apesar da complexidade técnica para elaborar o edital para contratação dos serviços de telefonia fixa e móvel, a regional deve somar esforços, inclusive junto ao CTN, para que, o mais breve possível, realize o processo licitatório, com vistas a atender aos ditames da Lei 8666/93. A unidade também deverá criar mecanismo de controle e ressarcimento das ligações particulares; **4.** Que a Unidade Descentralizada realize estudo quanto a real necessidade do quantitativo da franquia para a reprografia, promovendo, inclusive, uma redução já na próxima prorrogação, ou que a mesma verifique se não seria vantajoso à contratação de uma empresa para prestar serviços de outsourcing.

Constatações: Controle administrativo interno deficitário.

Recomendação: a Unidade deve passar a utilizar, na sua totalidade, os sistemas de controles existentes na Fundacentro, visando nortear as atividades administrativas.

Documento emitido: Relatório nº 002/2017

Nº da Ação no PAINT: 32

Unidade Auditada: Monitoramento das recomendações da Auditoria Interna

O trabalho de monitoramento das recomendações da Auditoria Interna ocorre de forma bastante limitada, em virtude principalmente da exoneração do comissionado da área sem que houvesse a não reposição de outro servidor.

3.3.2 Relato Gerencial sobre Gestão de áreas essenciais da unidade.

Ao considerarmos, com base no escopo das avaliações realizadas pela Auditoria Interna, e no acompanhamento dos principais aspectos da gestão no exercício de 2017, verificaremos a existência de alguns problemas nas Unidades Descentralizadas, os quais requerem um acompanhamento mais “pari-passu” por seus gestores.

No ano de 2017 a Auditoria Interna durante suas atividades de acompanhamento dos atos de gestão administrativa junto a algumas Regionais, pode-se perceber determinadas fragilidades em relação a alguns controles básicos utilizados.

As principais fragilidades referem-se:

- ✓ Irregularidade dos processos licitatórios, a unidade para fugir da modalidade de pregão eletrônico utiliza na maioria das vezes processo de dispensas ou utilizam embasamento inciso II do art.24 da Lei 8666/93.
- ✓ Deficiência no acompanhamento da execução dos contratos por parte de seus fiscais, ao designar o fiscal do contrato certifique se o mesmo não necessita de capacitação. Que o fiscal registre de forma sistemática as ocorrências sobre o contrato em andamento, visando um panorama da análise histórica da execução contratual.
- ✓ Evite a inclusão de cláusula em contrato que não tenha a possibilidade de realiza-las, a Fundacentro não promoveu as retenções e recolhimentos dos encargos à conta vinculada conforme previsto no edital e contrato.
- ✓ Deficiência no controle patrimonial, termo de Responsabilidade desatualizado e bens não localizados, falta de comunicação ao patrimônio quando houver troca de chefia para que haja nova conferência dos bens que estavam sob a responsabilidade do antigo gestor, e seja providenciada a atualização do Termo de Responsabilidade. Quanto aos bens não localizados por meio de inventário, concentre esforços na busca dos mesmos, além de realizar os procedimentos de apuração de responsabilidade ou instaurar TCA.
- ✓ Deficiência no acompanhamento da execução das metas aprimore o acompanhamento para permitir de forma minuciosa informações tanto das metas físicas quanto da execução orçamentária e financeira.
- ✓ Deficiência nas conclusões no processo de sindicância ou PAD, promover ações de capacitação e treinamento aos servidores designados evitando ao termino do trabalho que o presidente não acate a conclusão. Além disso, existe a morosidade para conclusão da sindicância ou PAD, fazendo com que o presidente tenha que emitir várias portarias de prorrogação e ou recondução.
- ✓ Deficiência na gestão dos Imóveis, a Fundacentro não realiza as avaliações ou reavaliações dos imóveis cadastrados e devem ser periodicamente realizadas/revisadas pelos Órgãos ou Entidades, para que os valores apurados estejam em consonância com o mercado imobiliário, conforme Manual SIAFI.
- ✓ Demora no procedimento de ressarcimento de valores recebidos indevidamente, que priorize a busca a sua devolução.
- ✓ Deficiência no controle interno administrativo, a não utilização na sua totalidade do sistema informatizado não possibilita a conformidade dos atos de gestão.
- ✓ Fragilidade nos controles de frequências dos servidores para minimizar os riscos e produzir confiabilidade das informações nos diversos trabalhos de auditoria que realizamos com recomendações e destacamos a necessidade da implantação no controle de frequência por meio

de ponto eletrônico, ressalte-se que o controle de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos federais está previsto no Decreto 1590/95.

3.3.3 Fatos Relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna.

Neste tópico serão descritos os fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da Unidade de Auditoria Interna e na realização das auditorias no decorrer do exercício de 2017.

Quanto aos Recursos da Unidade de Auditoria Interna, a exoneração do comissionado em 12/03/2017, em decorrência da conversão do DAS em FUNÇÃO, que acabou prejudicando a realização de algumas ações previstas no PAINT/2017, considerando que até o final do exercício não houve a reposição.

Destaca-se ainda que com apenas um servidor lotado na Auditoria, e com a responsabilidade da coordenação da área, o cumprimento das ações de capacitação, que embora tenha ocorrido cortes orçamentários, a Auditoria interna não conseguiu cumprir o previsto no PAINT/2017 para o servidor Benedito Silva Guimarães Filho.

Na Fundacentro não existe o cargo de Auditor, ou seja, suprir e qualificar a mão de obra para a Auditoria Interna é necessário buscar servidores dispostos a atuar em uma área específica, não relacionada com a atividade fim da entidade, e que demanda um grande esforço pessoal de aprendizado.

Quanto à Organização da Unidade de Auditoria Interna, a instalação física da Auditoria sempre esteve localizada na Sede da Fundacentro, entretanto houve mudança do espaço físico disponível para o funcionamento da Auditoria Interna.

Falta de software para execução do monitoramento das recomendações, através de acompanhamento e avaliações dos Planos de Ação e dos Planos de Providências.

3.3.4 Desenvolvimento Institucional e capacitação da Auditoria Interna.

No âmbito da programação das atividades da auditoria para o exercício de 2017, foram incluídas as ações de nº 22,23 e 33, cujo objetivo era capacitação dos servidores lotados na auditoria interna em obediência ao art. 4º, V, da IN/CGU/nº24/2015.

Além da redução do quadro de pessoal e apenas um servidor lotado na Auditoria e com a responsabilidade da coordenação da área, e a restrição orçamentária contribuíram para o não cumprimento das ações de capacitação.

A Auditoria Interna tem conhecimento da importância de ter os seus servidores bem capacitados para que possa atingir a excelência nos exames de auditoria. Utilizamos a ação de fortalecimento por meio de estudo da legislação pertinente aos trabalhos a serem realizados, o que visa uma pequena atualização e aperfeiçoamento contínuo.

Uma ação propriamente de capacitação foi à participação do Auditor chefe Benedito Silva Guimarães Filho no IX Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental, realizado no Auditório do Superior Tribunal da Justiça- STJ, em Brasília no período de 19 e 20/10/2017, com uma carga horária de 16 h, de modo a contribuir para o desenvolvimento.

3.3.5 Justificativa das ações do PAINT/2016 não realizadas no exercício.

Alguns trabalhos extras foram realizados pela Auditoria Interna e que não constavam como atividades a realizar, quando da elaboração do PAINT/2017, para a tomada de decisão dos gestores em determinados assuntos.

Quando elaboramos o PAINT/2017, o nosso quadro funcional contava com um comissionado e incluímos atividades para o mesmo, prejudicado pela exoneração em abril do corrente exercício. Assim, não foi possível a realização dos trabalhos a ele programados.

Assim sendo, decorrente aos fatos acima relatados relacionaremos as ações programadas no PAINT/2017, e que não foram possíveis de serem realizadas.

- ✓ A ação nº 9, prevista no anexo I do PAINT/2017, cujo objetivo era comprovar a legalidade na utilização dos recursos destinados a pagamentos de pequenas despesas de pronto pagamento (cartão corporativo), não houve utilização desse mecanismo por parte da Fundacentro. A Fundacentro não fez uso do cartão e também não tem previsão para 2018, por isso não houve a inclusão para o exercício de 2018.
- ✓ A ação nº 12, prevista no anexo I do PAINT/2017, cujo objetivo era avaliação nos processos licitatórios e de pagamento da contratação do serviço de suporte a informática CTN. A referida ação foi incluída novamente no PAINT de 2018, na ação de nº 5.
- ✓ A ação nº 15, prevista no anexo I do PAINT/2017, cujo objetivo era avaliação dos processos licitatórios e de pagamento da contratação do serviço de apoio administrativo operacional e técnico para a Sede e regionais. (Contrato com a Liderança Limpeza e Conservação LTDA). A referida ação foi incluída novamente no PAINT de 2018, na ação de nº 15.
- ✓ As ações nº 22, 23 e 33, prevista no anexo I do PAINT/2017, cujo objetivo era capacitação de servidores, em ações educacionais, voltadas para melhorar o seu desempenho.
- ✓ A ação nº 24, prevista no anexo I do PAINT/2017, cujo objetivo era avaliar os controles internos adotados na Unidade Descentralizada Escritório de Representação do Mato Grosso, verificando os processos de licitação, dispensas, contratos, concessão de diárias, pagamentos em geral, material de consumo, bens patrimoniais e veículos encontram-se em aderência às normas internas e da legislação pertinente. Não reprogramado.
- ✓ A ação nº 26, prevista no anexo I do PAINT/2017, cujo objetivo era verificar a conformidade das despesas com a manutenção baseado no contrato, e a gestão da utilização da frota dos veículos. A referida ação foi incluída novamente no PAINT de 2018, na ação de nº 29.
- ✓ A ação nº 29, prevista no anexo I do PAINT/2017, cujo objetivo era avaliação nos processos licitatórios e de pagamento da contratação das impressoras CTN. A referida ação foi incluída novamente no PAINT de 2018, na ação de nº 12.
- ✓ A ação nº 42, prevista no anexo I do PAINT/2017, cujo objetivo era avaliação nos processos licitatórios e de pagamento de serviços de reprografia e impressão, com fornecimento de equipamentos, operador, manutenção, suporte técnico, assistência técnica no CTN. Não foi reprogramado, devido ao cancelamento de contrato.
- ✓ A ação nº 48 prevista no anexo I do PAINT/2017, cujo objetivo era verificar a conformidade da concessão de diárias e passagens aos servidores da Fundacentro. Não foi reprogramado.
- ✓ A ação nº 49, prevista no anexo I do PAINT/2017, cujo objetivo era avaliação nos processos licitatórios e de pagamento no de serviços técnicos na área de TI, referente à infraestrutura de rede

e suporte remoto e presencial, com a empresa Algar Tecnologia da Informação e consultoria. Não foi reprogramado.

3.4 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos.

Em 13/06/2017 foram designados o coordenador da Comissão de Acompanhamento de Processos Disciplinares e Procedimentos Especiais (CAPDPE) e os membros, no total de 03 (três) servidores. O servidor coordenador ocupa o cargo de analista em ciência & tecnologia (cargo de nível superior) com formação em direito, sendo estável e efetivo. Os membros são assistentes em ciência & tecnologia (cargo de nível médio) e não são estáveis, considerando sua admissão, sem concurso, antes da Constituição de 1988.

Nenhum dos servidores se dedica exclusivamente a CAPDPE, considerando a falta de servidores da instituição (menos de 50% do quadro previsto). Tampouco há qualquer retribuição financeira (FG, DAS ou FCPE) pelo exercício da função. O próprio coordenador da comissão atua em outras 02 (duas) comissões (Comissão Interna da Fundacentro e Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho), além de exercer as atividades ordinárias do seu cargo. Os membros também exercem outras atividades correlacionadas a seus cargos. Nenhum dos servidores recebeu treinamento para o encargo.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD no período de junho a dezembro de 2017 foi alimentado corretamente e no prazo. Os procedimentos apurados no âmbito interno da Fundacentro são enviados após julgamento pela Presidência da instituição para a Corregedoria do Ministério do Trabalho, para verificação da conformidade, bem como são analisados pela Procuradoria Federal junto a Fundacentro, de modo que legalidade seja observada.

A CAPDPE não realiza sindicâncias ou processos administrativos disciplinares, pois nos termos da portaria de sua criação (Portaria nº 117/2017), a ela cabe apenas encaminhar informações e sugestões relativas à instauração de procedimentos e processos disciplinares, gerenciar e manter o registro atualizado das tramitações e dos resultados de processos e expedientes em curso e sugerir aprimoramento das atividades.

Vide Anexo 8.2 - Quadro 3.4 – Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias Vigentes em curso em 2017, fl. 72.

3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos.

De forma geral, existe a necessidade de implementação e aperfeiçoamento dos mecanismos de Gestão de Riscos, com procedimentos que permitam mapear e, principalmente, tomar decisões em termo de priorização e alocação dos recursos para monitoramento e avaliação de riscos, visando uma melhor integração das áreas ao atual insuficiente processo controle interno da instituição. Nesse contexto em 2017, a gestão adotou ações pontuais, com nomeação de grupos de trabalho para o atendimento e demandas específicas elencadas nas Instruções Normativas 04/2014 e 05/2017 do Ministério do Planejamento.

Destacamos que tais grupos procuraram aperfeiçoar e facilitar os procedimentos administrativos e de controle internos, sendo que a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, também contribuirá para maior transparência e agilidade nos expedientes.

Ainda com relação ao controle interno ressaltamos a nomeação de Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir e propor, em colaboração com as Unidades descentralizadas procedimentos de avaliação de desempenho institucional e individual, que organizou os procedimentos por meio de de

um plano de trabalho também contribuirá para ampliar os controles internos sobre as atividades desenvolvidas por cada área e servidor da instituição.

Cabe destacar que as informações internas são divulgadas no âmbito institucional de forma clara, via e-mail institucional, por meio da Assessoria de Comunicação Social – ACS.

A Fundacentro ainda não adota um processo de Gestão de Risco significativamente eficiente, entretanto com as IN 04/2014 e 05/2017, iniciamos a análise de risco dos processos de contratação de serviços conforme determinadas pelas mesmas. Inclusive a evolução da pontuação no item 8.3 Quadro 3.5 – Avaliação de Riscos deveu-se a implementação da IN 05.

A gestão de Patrimônio atualmente usa um sistema defasado de controle e levantamento, e quando da necessidade de realizar o inventário da instituição, é constituída uma comissão com tal finalidade, está em fase inicial. Para sanar tal deficiência existe Processo de Contratação de Sistema de Gerenciamento de Bens Patrimoniais com a Tecnologia de Identificação por Rádio Frequência, o que tornará nosso controle de patrimônios mais eficientes e seguro e consequentemente nos auxiliará no gerenciamento de riscos nessa esfera em andamento a contratação do sistema SIADS junto ao Serviço de Processamento de Dados.

Salientamos ainda, que contribui para um controle eficiente, mesmo com as dificuldades explanadas acima, são as orientações por parte das chefias imediatas, que delegam competências a suas áreas, permitindo que a fluidez das ações seja compartilhada para o alcance dos objetivos da instituição

Vide Anexo 8.3 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC em 2017, fls. 73-74.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas.

4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.

Quadro 4.1.1.A Força de Trabalho da UPC – Situação apurada em 31/12/2017

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	513	253	0	14
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	513	253	0	14
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	513	249	0	14
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	15	6	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	513	268	6	21

Fonte: DW SIAPE

Descrição dos Campos

1. Tipologias dos Cargos

- a. **Servidores em cargos efetivos:** Total de servidores que compõem o quadro de pessoal da UPC, segundo o resultado da soma das tipologias 1.1 Membros de poder e agentes políticos e 1.2 Servidores de carreira, conforme a seguinte especificação:
 - **Membros de poder e agentes políticos:** Compreende os titulares dos órgãos do Poder Judiciário (ministros e juízes), do Tribunal de Contas da União (ministros, auditores e membros do Ministério Público junto ao TCU) e dos cargos estruturais da organização política do País, compreendendo, no âmbito federal, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os auxiliares imediatos dos Chefes do Poder Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas Pastas, bem como os Senadores e Deputados Federais e os membros do Ministério Público, dentre outros.
- b. **Servidores de Carreira:** Compreende o conjunto de servidores de carreiras, ainda que de outros órgãos e esferas, que efetivamente atuam na UPC, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro (4) diferentes subtipos, quais sejam: Servidores de carreira vinculada ao órgão; Servidores de carreira em exercício descentralizado; Servidores de carreira em exercício provisório; Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, a seguir especificados:
 - ✓ **Servidores de carreira vinculada ao órgão:** servidores ocupantes de cargos efetivos de carreira da própria UPC ou do órgão supervisor da UPC;
 - ✓ **Servidores de carreira em exercício descentralizado:** servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na UPC mediante exercício descentralizado de atividade;

- ✓ **Servidores de carreira em exercício provisório:** servidores originários de carreira de outro órgão que esteja em exercício provisório na UPC. Enquadram-se nesta linha os servidores que foram removidos de outras unidades ou órgãos com base na previsão legal do art. 36, Parágrafo único, inciso III, alínea a, da Lei nº 8.112/90, com as modificações introduzidas pela Lei nº 9.527/97;
 - ✓ **Servidores requisitados de outros órgãos e esferas:** servidores que exercem atividades na UPC em razão de haverem sido requisitados conforme previsão do art. 93, inciso II, da Lei nº 8.112/90.
- c. **Servidores com Contratos Temporários:** Servidores em regime de contrato temporário com a Administração Pública, tomando-se como referência os termos da Lei nº 8.745/93, com as modificações da Lei nº 9.849/99 e Lei nº 10.667/2003.
- d. **Servidores sem Vínculo com a Administração Pública:** Servidores que compõem a força de trabalho da UPC que não têm vínculo com a administração pública, tais como os ocupantes de cargos em comissão.

2. Lotação

- **Autorizada:** Lotação autorizada por lei, quando for o caso, para provimento de cargos na UPC.
- **Efetiva:** Lotação efetiva de cargos providos na UPC. Deve ser demonstrada a quantidade de pessoas que efetivamente ocupam cargo de alguma das tipologias indicadas nas linhas.

3. Ingressos e Egressos

- **Ingressos no exercício:** Número de servidores que ingressaram na UPC no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas. Para as tipologias em que não houve ocorrência no exercício, informar o valor “0” (zero).
- **Egressos no exercício:** Número de servidores que saíram da UPC no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas. Para as tipologias em que não houve ocorrência no exercício, informar o valor “0” (zero).
- **Total de servidores:** Devem ser totalizadas somente as colunas “Lotação Efetiva”, “Ingressos” e “Egressos”).

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro 4.1.1.B Distribuição da Lotação Efetiva – Situação Apurada em 31/12/2017

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	109	144
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	109	144
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	105	144
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	15	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	124	144

Fonte: DW SIAPE, Relatório da Fonte de Pagamento (Dez/2017)

Descrição de Campos

A **DESCRIÇÃO DOS CAMPOS** deste quadro segue a dos campos concernentes dispostos no quadro “Força de trabalho da UPC”, sendo a seguir identificados apenas os novos campos:

Área Meio – Área de atividades da UPC que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas. Devem ser informados nos campos concernentes o número de servidores efetivos direcionados aos macroprocessos de apoio da UPC;

Caso a segregação entre as áreas meio e fim não seja clara, a UPC deve dispor sobre o critério utilizado na separação em nota de rodapé ou no corpo do relatório de gestão.

Área Fim – Área de atividades da UPC correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos. Deve ser informado nos campos concernentes o número de servidores efetivos direcionados aos macroprocessos finalísticos da UPC.

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC.

Quadro 4.1.1.C Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (31/12/2017)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	22	19	6	55
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	22	19	6	55
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		4	1	45
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		15	5	7
1.2.5. Aposentados		0	0	1
2. Funções Gratificadas	50	32	0	4
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		32	0	4
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Funções Comissionadas do Poder Executivo	50	42	41	3
3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		40	41	1
3.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2	0	2
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	122	93	47	62

Fonte: DW SIAPE, LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016 e DECRETO Nº 8.993, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Tipologias dos Cargos

Cargos em Comissão: Servidores que ingressaram na UPC mediante o instituto do provimento em comissão, tomando-se por referência o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112/90, nas diversas tipologias de cargos previstas na legislação vigente, quais sejam: Cargos de Natureza Especial; Grupo Direção e Assessoramento superior; Funções gratificadas, segundo as especificações a seguir:

- **Cargos de Natureza Especial:** Para efeito deste demonstrativo, cargos de natureza especial são os seguintes: Secretários Especiais da Presidência da República; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Secretário-Geral de Contencioso; Secretário-Geral de Consultoria; Subdefensor Público Geral da União; Presidente da Agência Espacial Brasileira e Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios;

- **Grupo Direção e Assessoramento Superior:** Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento superior (DAS), dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em cinco (5) tipos diferentes, a saber:
 - ✓ **Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão:** Servidores de carreira que estão vinculados diretamente à UPC ou ao órgão supervisor da UPC;
 - ✓ **Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado:** Servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades em outros órgãos da administração mediante exercício descentralizado de atividade;
 - ✓ **Servidores de Outros Órgãos e Esferas:** Servidores que ocupam cargo DAS na UPC, mas cujo cargo de origem está vinculado a outros órgãos e esferas, por exemplo: servidores originários de estados e municípios;
 - ✓ **Sem Vínculo:** Servidores que anteriormente ao exercício do cargo DAS não mantinham vínculo de qualquer espécie com a administração pública;
 - ✓ **Aposentados:** Servidores aposentados da Administração Pública e que exercem cargo DAS.
- **Funções Gratificadas:** Servidores ocupantes de cargos de Função gratificada, exclusivos de servidores públicos efetivos, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em três (3) subtipos diferentes, quais sejam: Servidor de carreira vinculada ao órgão; Servidor de carreira em exercício descentralizado; Servidor de outros órgãos e esferas, segundo a seguinte especificação:
 - ✓ **Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão:** Servidores de carreira que tenham sido vinculadas diretamente à UPC ou ao órgão supervisor da UPC;
 - ✓ **Servidor de Carreira em Exercício Descentralizado:** Servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na UPC mediante exercício descentralizado de atividade;
 - ✓ **Servidor de Outros Órgãos e Esferas:** Servidores que exercem atividades na UPC em razão de haverem sido requisitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na UPC, tomando-se por referência o disposto no art. 93, inciso I, da Lei n.º 8.112/90.

4.1.2 Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade.

Quadro 4.1.2.A Qualificação da força de trabalho

FAIXA ETÁRIA	QTD DE SERVIDORES EFETIVOS, SALVO CEDIDOS	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO QUADRO TOTAL
20 a 29 anos	6	2,44%
30 a 39 anos	38	15,45%
40 a 49 anos	55	22,36%
50 a 59 anos	96	39,02%
60 a 69 anos	49	19,92%
70 anos ou mais	2	0,81%

Quadro 4.1.2.B Escolaridade da força de trabalho

ESCOLARIDADE	QTD DE SERVIDORES EFETIVOS, SALVO CEDIDOS	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO QUADRO TOTAL
Fundamental	5	2,03%
Médio	30	12,20%
Graduação	65	26,42%
Especialização	44	17,89%
Mestrado	55	22,36%
Doutorado	40	16,26%
Pós-Doutorado	7	2,85%

Quadro 4.1.2.C Servidores que atendem aos requisitos para aposentadoria

SERVIDORES EFETIVOS QUE ATENDEM AOS REQUISITOS PARA APOSENTADORIA, INCLUINDO CEDIDOS	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO QUADRO TOTAL
115	46,56%

4.1.3. Política de capacitação e treinamento do pessoal.

As formas de capacitação aplicadas no âmbito da Fundacentro são:

- Organização/contratação de cursos abertos e fechados;
- Participação em seminários e congressos, nacionais e internacionais;
- Divulgação periódica de cursos à distância de escolas de governo (ex. ENAP/ESAF);
- Utilização de instrutores e multiplicadores pertencentes à Administração Pública Federal para disseminação de conhecimento;
- Avaliação quanto ao mérito e interesse da administração para concessão aos servidores de licença para capacitação, de afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu e de horário especial ao servidor estudante, observados os normativos legais e infralegais.

A definição da forma/metodologia pela qual as capacitações ocorrerão, quais demandas serão

atendidas ou priorizadas, são norteadas pela análise de informações abaixo:

- I. Análise das ações de capacitação realizadas no exercício anterior (planejado x realizado);
- II. Levantamento das Necessidades de Capacitação dos diversos setores da instituição;
- III. Previsão dos investimentos em capacitação considerando a racionalização e efetividade dos mesmos.

Em 2017 foram capacitados 40 servidores, totalizando 79 ações de capacitação.

4.1.4. Análise Crítica.

Atualmente a Fundacentro dispõe de quadro de servidores insuficiente para desempenho das funções. O quantitativo total de vagas é de 513, mas ao final de 2017 se encontravam em exercício na instituição apenas 268 servidores efetivos da carreira vinculada, representando apenas 52,24% do montante autorizado, e 15 servidores sem vínculo em cargos em comissão. Não há atualmente terceirizados irregulares trabalhando na Fundacentro, sendo que o concurso de 2014 foi feito justamente para resolver este problema; com as nomeações de 30 servidores do cargo de assistente em ciência e tecnologia. Assim, tal problema foi sanado apesar de não resolver os a carência de servidores da Instituição.

A Fundação contou com apenas três concursos em sua história, 2004, 2010 e 2014, que apenas mantiveram o número de efetivos por volta de 60% da lotação total prevista. Em 2017, 115 servidores efetivos completaram os pré-requisitos para aposentadoria. Estas possíveis aposentadorias, se concretizadas, prejudicarão ainda mais a realização dos trabalhos da instituição. Sendo que caso estas aposentadorias se concretizassem hoje teríamos nosso quadro de servidores efetivos reduzido para 153 servidores, o que representaria um decréscimo de 42,91% do quadro já reduzido de 268 servidores, e totalizaria apenas 22,42% do número de vagas autorizadas pelo MPOG para a instituição.

Assim, considerando-se o baixo número de servidores efetivos, o quantitativo de servidores em condições de aposentadoria e a baixa perspectiva de reposição, tem-se um cenário de extremo comprometimento do atendimento às demandas institucionais. A força de trabalho insuficiente impacta inteiramente a realização das ações diretamente relacionadas ao atendimento da missão da instituição; mas a consequência do pequeno número de servidores tem sido vivenciada de forma mais intensa pelos servidores que compõem a área administrativa, pois os controles e regulamentações relativos à gestão sofrem acréscimos e aperfeiçoamentos crescentes a cada ano.

O número insuficiente de servidores tem sido negativo para a execução de todas as rotinas administrativas da instituição, incluindo: a designação de membros para comissões e grupos de trabalho; procedimentos e controles administrativos/governamentais; e a gestão e o apoio administrativo relacionados a todas as atividades da Fundacentro.

Neste contexto a Alta Administração e Coordenação de Recursos Humanos identificaram diferentes processos administrativos que estão sendo prejudicados por esta crônica carência de servidores, relacionados a seguir:

- ✓ operacionalização dos sistemas estruturantes do Governo Federal, a exemplo de SIAPE, SIGEPE, SISAC, SIASG, SICONV, SCDP, SICAF, entre outros;
- ✓ gestão de contratos e revisão do processo de contratação;
- ✓ implantação do Sistema de Protocolo Integrado exigido pelas Portarias Interministeriais nº 2.320, de 30 de dezembro de 2014 e nº 851, de 03 de julho de 2015;

- ✓ implantação do Assentamento Funcional Digital, exigido pela Portaria Normativa MP nº 3, de 18 de novembro de 2011;
- ✓ manutenção de rotinas administrativas relacionadas a manutenção e obras, suprimentos e contabilidade;
- ✓ revisão dos procedimentos de compras e aquisições e de utilização do suprimento de fundos;
- ✓ implantação incompleta do Serviço de Informações ao Cidadão e do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses;
- ✓ implantação do sistema de correição e operacionalização do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD;
- ✓ Elaboração, pela Diretoria Executiva, do Planejamento Estratégico da Instituição;
- ✓ Estreitamento das Relações Institucionais e Internacionais de importantes organismos e instituições congêneres à Fundacentro;
- ✓ Desenvolvimento de Processos, , pela Diretoria Executiva, importantes para uma melhor gestão da Instituição.
- ✓ A descontinuidade de Pesquisas em alguns temas por falta de servidores com formação específicas para área;

A insuficiência de servidores na área administrativa também contribui para as falhas apontadas em relatórios da Controladoria-Geral da União, nos seguintes processos administrativos:

- ✓ construção de indicadores gerenciais para monitorar e avaliar a gestão administrativa;
- ✓ planejamento anual para o dimensionamento da força de trabalho da Fundacentro;
- ✓ gestão de riscos que permitam detectar a probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los;
- ✓ normatização interna e atualização dos processos administrativos, tendo sido observado que os processos administrativos encontram-se desatualizados e que, em alguns casos, não há normativos que estabeleçam atribuições, responsabilidades, fluxogramas, mapas do processo ou indicadores, restando assim prejudicada a gestão;
- ✓ estrutura e controles internos para o acompanhamento e atendimento das recomendações da CGU e do TCU; e
- ✓ instituição de controles administrativos visando minimizar as fragilidades quanto: **(i)** ao ambiente de controle; **(ii)** à avaliação de risco; **(iii)** ao procedimento de controle; **(iv)** à informação e comunicação.

4.1.5 Demonstrativo das Despesas com Pessoal.

Quadro 4.1.5 Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	17.811.164,36	1.155.669,02	19.138.138,74	1.022.129,76	1.899.435,28	1.232.333,68	224.759,41	124.269,45	63.434,84	42.671.334,54
	2016	17.580.414,72	1.118.255,45	19.019.832,61	1.062.428,19	2.145.623,42	1.167.793,51	359.067,84	247.214,61	103.575,48	42.804.205,83
Servidores de carreira SEM VINCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporário)											
Exercícios	2017	-	1.346.137,49	117.778,87	74.248,65	193.626,12	-	5.403,11	1.524,95	-	1.738.719,19
	2016	-250,88	955.829,38	76.750,77	109.000,79	130.034,83	-	29.455,41	1.764,76	-	1.302.585,06
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DW SIAPE

4.1.6 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.

A Fundacentro tem registrado quantidade expressiva de afastamentos para tratamento da própria saúde ou de membros da família, o que também tem impactado negativamente para o cumprimento da missão e das finalidades da instituição. Certamente contribui para esse quadro o fato de que a idade média dos servidores efetivos corresponde a pouco mais de 50 anos, o que também aponta para o fato de que não tem havido a renovação necessária no quadro, ainda mais em se tratando de entidade que atua na área de ciência e tecnologia, para a qual a atualização e o aperfeiçoamento constantes são vitais.

Por outro lado, o afastamento para participação em cursos de pós-graduação vem amenizando um pouco esta situação, pois os servidores não apenas adquirem novas competências e maior segurança para a realização de pesquisas e estudos em segurança e saúde no trabalho, finalidade da Fundacentro, mas também as próprias pesquisas e estudos realizados durante estes cursos têm sido convertidos em produtos para Fundacentro, contribuindo assim para o alcance da meta relativa à área fim descrita no item sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

A Fundacentro depende da autorização de novos concursos para manter-se em funcionamento. Caso contrário, em poucos anos, a instituição estará completamente sucateada e paralisada, deixando assim de atender definitivamente a sua missão junto à sociedade brasileira.

O quadro de servidores da Fundacentro pertence à Carreira de Ciência e Tecnologia do Governo Federal. Assim, é de extrema importância que haja um processo de transferência de conhecimentos entre os servidores mais experientes e os recém-chegados. Neste contexto percebemos um colapso estrutural, já que a quantidade de egressos supera em muito a de ingressos, especialmente em decorrência das aposentadorias, sem que exista a possibilidade de transferência de aprendizado.

Dessa forma, o risco mais sério ao adequado funcionamento da Fundacentro é a crônica falta de servidores. A este respeito, a Fundacentro tem solicitado periodicamente ao Ministério do Trabalho gestões junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a fim de que seja dada autorização para realização de novos concursos. Também tem se buscado fortalecer o diálogo junto ao Ministério do Trabalho de modo a se promover o melhor encaminhamento a esta questão.

Ainda com relação a falta de pessoal, a Coordenação de Recursos Humanos divulgou chamada no SIGEP visando a aceitação, por meio de redistribuição, de servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia, oriundos de outros órgãos. Com tal iniciativa, foi recebido durante o exercício de 2017, 03 novos servidores sendo um Analista em C&T e 02 Assistentes em C&T.

Os afastamentos por motivos de saúde do próprio servidor ou de familiares também podem ser considerados como um risco ao atingimento dos objetivos propostos para a instituição. Tendo em vista uma melhor compreensão do problema e a proposição de medidas para diminuí-lo a Coordenação de Recursos Humanos – CRH, além de atuar em conjunto com a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público – CISSP, que tem como um de seus objetivos propor ações voltadas à promoção da saúde e à humanização do trabalho, em especial a melhoria das condições de trabalho, prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças relacionadas ao trabalho enviou proposta de revisão regimental para complementação de atribuições com respectiva mudança de nomenclatura do Serviço de Apoio Social e Benefícios que deverá desenvolver ações de Gestão de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho visando a diminuição destes afastamentos.

4.1.7 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários.

Quadro 4.1.7.1 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangido pelo Plano de Cargos da Unidade

Ano do Contrato	Objeto	Tipo	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2016	E	O	11 – Agência de Integração Empresa Escola - AGIEL	01.406.617/0001-74	01/07/2016	30/06/2018	-	-	-	-	2		P
2014	V	O	07 – Albatroz Segurança e Vigilância Ltda.	66.700.295/0001-17	30/04/2014	23/07/2018	-	-	-	23	-	-	P
2016	R	O	08 – Digital Jundiá Ltda. – ME	04.839.879/0001-10	01/04/2016	31/03/2017	-	-	-	1	-	-	E
2017	M	O	02 – Engtech Construções e Comércio LTDA. - EPP	21.213.891/0001-34	27/03/2017	26/03/2018	-	2	-	4	-	-	A
2015	A, C	O	04 – Liderança Limpeza e Conservação Ltda.	00.482.840/0001-38	05/05/2015	31/10/2018	-	22	-	47	-	1	P
2017	L	O	09 - Paineiras Limpeza e Serviços Gerais LTDA.	55.905.350/0001-99	28/08/2017	27/08/2018	18	-	-	-	-	-	A
2015	L	O	07 – Vip Sul Construções e Serviços Ltda.	13.682.207/0001-35	01/06/2015	27/08/2017	24	-	-	-	-	-	E
Observações:													
Contrato nº 11/2016 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede) e demais Unidades Descentralizadas;													
Contrato nº 07/2014 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede), Parque Gráfico e Escritório Regional de Campinas (ERCA);													
Contrato nº 08/2016 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede);													
Contrato nº 02/2017 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede), Parque Gráfico e Escritório Regional de Campinas (ERCA).													
Contrato nº 04/2015 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede) e demais Unidades Descentralizadas;													
Contrato nº 09/2017 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede);													
Contrato nº 07/2015 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede) e demais Unidades Descentralizadas;													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva; (I) Informática; (C) Copeiragem; (R) Reprografia; (M) Manutenção de bens imóveis; (A) Apoio Administrativo e Menores Aprendizizes; (E) Estagiários													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
(P) Parcial e (C) Concluído													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado													

A respeito do Contrato de manutenção 018, com a empresa Brasanitas - Empresa Brasileira de Saneamento e Comércio Ltda., cabem algumas observações:

Os serviços continuaram sendo prestados pela Contratada mesmo após o término da vigência do Termo Aditivo 04/2014, pelos motivos já expostos no Relatório de Gestão de 2015.

Em junho de 2016, a Administração à época, a partir do conhecimento de uma Ata de Registro de Preços da AGU/SP – pregão nº 022/2016, de objeto semelhante, elaborou um estudo para avaliar a possibilidade de adesão.

Esse estudo (processo 590/2016), concluiu que a referida Ata não atendia as necessidades da FUNDACENTRO, sendo descartada a adesão e o processo foi encerrado em 18 de agosto de 2016.

Em 06 de outubro de 2016, a Administração comunicou à Contratada, através de ofício, que a prestação de serviços deveria encerrar-se em 07 de novembro de 2016, o que efetivamente ocorreu. Os trabalhadores aqui alocados cumpriram aviso prévio e todos os valores devidos à Contratada até tal data foram pagos através de reconhecimento de dívida.

Desde então a FUNDACENTRO permanece sem prestadora de serviços na área de manutenção predial.

Dos procedimentos de licitação iniciados em 2015, quais sejam o emergencial (processo 765/2015) e o normal (processo 754/2015) apenas o normal prosseguiu até a fase de pregão.

Assim, foi realizado o Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 03/2017, no qual se sagrou vencedora a empresa Engtech Construções e Comércio Ltda. EPP. O Contrato, elaborado em consonância à minuta constante no Edital do referido Pregão Eletrônico, encontra-se atualmente em fase de assinatura.

4.1.7.2 Contratação de Estagiários.

Quadro 4.1.7.2 - Contratos de Prestação de Serviços de Estagiários

Unidade Contratante						
Nome: Fundacentro – CTN Centro Técnico Nacional						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo, apoio de planejamento e controle, apoio operacional e apoio Técnico.	004828400001/38	05/05/2015	31/10/2018	Fundamental e Ensino Médio	Ativo Prorrogado (P)

Fonte: CRH/AAD

Com base na lei n. 11.788/2008 e na Orientação Normativa MP n. 02/2016, a Fundacentro firmou convênio com Agente de Integração AGIEL – Agência de Integração Empresa Escola para promoção de estágios para estudantes de nível médio e superior.

Não há no momento norma interna que regulamente os estágios na Fundacentro, as solicitações de vagas de estágio são avaliadas pelo Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos quanto ao atendimento da legislação relacionada. Formação/experiência do supervisor e quantidade de estagiários já supervisionados, atividades propostas e quantidade de estagiários por unidade são verificadas e, caso sejam necessários acertos, a unidade demandante é orientada.

Por meio do agente de integração são divulgadas as vagas disponíveis e inicia-se a triagem dos estudantes. O processo seletivo é realizado no âmbito da Fundacentro e compreende análise de currículo, elaboração de redação e entrevista.

Observa-se que no ano de 2017 houve redução significativa das despesas relacionadas aos estágios. Em decorrência de restrição orçamentária, houve suspensão na admissão de estagiários.

Quadro – 4.1.7.3 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(R\$ 1,00)
1. Nível superior (1)	6	5	2	2	R\$ 26.957
1.1 Área Fim	3	2	-	-	-
1.2 Área Meio	3	3	2	2	-
2. Nível Médio (2)	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	6	5	2	2	R\$ 26.957
Valor pago em Contribuição Institucional (Contrato Agente de Integração) em 2017: R\$ 1.339					

Quadro – 4.1.7.4 – Evolução das Despesas com Estagiários

Evolução das Despesas				
2013	2014	2015	2016	2017
R\$ 164.790	R\$ 164.978	R\$ 184.696	R\$ 73.697	R\$ 26.957

4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.

4.2.1 Gestão de Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a. Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Legislação	Lei nº 1081, de 13/04/1950
	Lei nº 9.327, de 09/12/1996
	Decreto nº 6.403, de 17/03/2008
	Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03, de 15/05/2008
	Norma Interna 6.03.001, de 21/06/2006, atualizada em 30/11/2016
Estrutura de Controles	Sistema de controle de requisição de uso de veículos
	Formulário do sistema para controle de saída/entrada, hora e quilometragem
	Sistema de controle de abastecimento de combustível, manutenção e troca de óleo.

b. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

A Fundacentro possui frota de veículos automotores próprios, conduzidos por motoristas contratados, através da empresa prestadora de serviços de apoio e mão de obra especializada, utilizados para realização de trabalhos administrativos e, principalmente, técnicos, relacionados a produção e difusão de conhecimentos sobre Segurança e Saúde no Trabalho e Meio Ambiente, que é basilar à Instituição de pesquisa.

c. Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Quadro 4.2.1.A – Classificação, Utilização e Caracterização dos Veículos Oficiais – CTN/SP e Unidades Descentralizadas.

Grupo	Utilização	Quantitativo	Características	Usuário
III - Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço.	01	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Presidente da FUNDACENTRO (Inciso II do art. 5º do Decreto 6.403/08)
IV - Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal e de diversos materiais, a serviço.	59	Veículo básico - automóvel – capacidade e motorização compatíveis com o serviço.	Servidor em serviço externo

d. Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Quadro 4.2.1.B – Média Anual de quilometragem rodada por unidade – Exercício 2017

	VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS		VEÍCULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL	
	KM TOTAL NO ANO	MÉDIA MENSAL	KM TOTAL NO ANO	MÉDIA MENSAL
CTN	69413	5784	2815	235
CEES	9477	790	0	0
CEPA	4097	341	0	0
CEPR	27330	2278	0	0
CERJ	9423	785	0	0
CERS	39353	3279	0	0
CESC	4600	383	0	0
CRBA	11939	995	0	0
CRDF	29993	2499	0	0
CRMG	17900	1492	0	0
CRPE	17159	1430	0	0
ERBS	17135	1428	0	0
ERCA	6310	526	0	0
ERMS	12196	1016	0	0
TOTAL	276325	1645	2815	235

e. Idade média da frota, por grupo de veículos;

Quadro 4.2.1.C – Idade Média da Frota por Grupo de Veículo – Exercício 2017

TIPO	IDADE MÉDIA
Veículos de Serviços Comuns	15,98
Veículo de Transporte Institucional	16

f. Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Quadro 4.2.1.D – Despesas associadas à Manutenção da Frota – Exercício 2017

TIPO	VALOR (em R\$)
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	114.229,72
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	49.432,82
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	65.659,75
SEGURO	33.959,97
DPVAT	3.977,04
Custo Motoristas (Contrato com empresa prestadora de serviço)	2.156.779,20
TOTAL	2.420.060,53

g. Plano de substituição da frota;

Não há plano de substituição formalizado.

h. Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Tendo em vista que não há plano de substituição de frota, a resposta a esse item não se aplica.

i. Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Além da legislação vigente são utilizados: norma de uso e manutenção de veículos oficiais, endereço: http://intranet/v1/regulamentacao_interna/Norma%20Uso%20e%20Manut.%20dos%20Veiculos%20Oficiais%20-%20Versão%202%20-%20Aprovada%20em%2030-11-2016.pdf

A unidade dispõe de Sistema de Gerenciamento de Veículos, endereço: <http://intranet/v3/veiculo/> e utiliza sistema SIAG (da empresa contratada para abastecimento), para controle de abastecimentos.

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Esse item tem por finalidade informar sobre os imóveis sob responsabilidade da unidade prestadora de contas.

Primeiramente, relacionamos os imóveis pertencentes pela Fundacentro em tabela constante da próxima página, contendo informações tais como: endereço do imóvel e as despesas relacionadas aquele respectivo imóvel.

Atualmente o controle e atualizações são realizados via sistema SPIUNET. O Serviço de Patrimônio iniciou a elaboração de um Manual de Patrimônio baseando-se no Manual do TCU e está em processo de finalização.

A área de patrimônio atualmente está a cargo do Serviço de Contabilidade, sendo solicitada à Administração em o realinhamento do serviço de patrimônio através do processo nº 324/2017. O servidor que atuava no serviço de patrimônio teve que ser removido para o Serviço de Tesouraria, devido à falta de servidores para realizar os pagamentos da Instituição.

Assim sendo, o novo Regimento Interno da Fundacentro, encaminhado para o Ministério do Trabalho, melhor adequara a área de Patrimônio para a Coordenação de Administração, onde irá realizar o controle mais efetivo dos bens imóveis e móveis.

O **Quadro 4.2.3.A.1** apresenta tanto a distribuição espacial dos bens imóveis em uso pela Fundacentro como também alguns de seus dados de identificação e se houve gastos no exercício.

4.2.3.1 Análise Crítica

Embora os imóveis da Fundacentro estejam registrados e regularizados no sistema SPIUNET, é necessário desenvolver uma gestão local de bens imóveis, de forma a que possa ter um acompanhamento das instalações e suas manutenções garantindo a fidelidade das informações contábeis. O Serviço de Patrimônio iniciou a elaboração de um Manual de Patrimônio baseando-se no Manual do TCU e se utilizando da experiência adquirida com as situações rotineiras que ocorrem no serviço, o manual de bens móveis está pronto para publicação e a parte de bens imóveis ainda não foi totalmente finalizada.

Os imóveis não tiveram seus preços alterados de um exercício para o outros, pois para que isto ocorra é necessária uma correta avaliação, só possível se efetuada por um profissional da área de imóveis que determinará o correto valor de mercado de cada imóvel.

Diante o exposto, o Regimento Interno da Fundacentro está em vias de aprovação adequando a área de Patrimônio para a Coordenação de Administração, onde irá realizar o controle mais efetivo dos bens imóveis e móveis.

Quadro 4.2.3.A.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional.

Unidade Gestora	RIP	Imóvel	Empenho de Despesa com o Imóvel	Despesas com o Imóvel em 2017	Despesas com o Imóvel em 2017 (restos a pagar 2018)	Descrição do Serviço
264001	7107.00475.500-8	Rua Capote Valente, 710 - Pinheiros, São Paulo/SP	2017NE800148	R\$ 414.689,59	R\$ 45.201,65	manutenção predial
264002	9051.00246.500-4	Rua Geraldo Vasques, 66 - Lote 09 - Quadra 01, Vila Costa Lima, Campo Grande/MS				
264003	6291.00071.500-9	Rua Marcelino Velez, 43 - Botafogo, Campinas/SP				
264004	7071.00182.500-0	Avenida Ana Costa, 21 - Vila Matias Santos/SP				
264005	4123.00192.500-5	Avenida AFONSO PENA, 726 - Centro, Belo Horizonte/MG	2017NE000003	R\$ 71.771,64	R\$ 0,00	Condomínio
264005	4123.00303.500-7	Rua Guajajaras, 40 Centro, Belo Horizonte/MG	2017NE000001	R\$ 208.692,15	R\$ 0,00	Condomínio
264006	9701.17145.500-4	Setor SDS Bloco A Lote 44, Centro Comercial Boulevard, ASA SUL Salas 501 a 520 - Brasília/DF	2017NE000001	R\$ 221.995,08	R\$ 0,00	Condomínio
264006	9701.17244.500-2	Lote SGAS 607, s/ nº Módulo 51 da Quadra 607, ASA SUL - Brasília/DF				
264007	2531.00503.500-0	Rua DJALMA FARIAS, 126 TORREÃO - Recife/PE	2017NE000005 e 2017NE000006	R\$ 4.214,95	R\$ 0,00	Taxa de ocupação de terreno da marinha
264008	3849.00525.500-7	Rua Alceu Amoroso Lima, 142 - Quadra A, Lot. Centro Empresarial Metropolitano, Pituba - Salvador/BA	2017NE800045	R\$ 7.199,46	R\$ 0,00	Manutenção predial
264011	8105.00193.500-4	Rua Silva Jardim, 213 Praia Centro - Santa Catarina/SC				
264013	8801.00427.500-7	Avenida IPIRANGA, 6143 PARTENON - Porto Alegre/RS	2017NE800003	R\$ 69.397,06	R\$ 5.050,96	Condomínio
264014	0427.00685.500-5	Travessa Caldeira Castelo Branco, 1440 entre Av. Gentil e Av. Conselheiro Furtado, São Braz - Belém PA				

Abaixo, seguem informações sobre os imóveis locados pela Fundacentro em suas unidades gestoras, demonstrando o endereço, empenho de pagamento realizado em 2017, e os valores pagos.

Quadro 4.2.3.A.2 – Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Unidade Gestora	imóvel	Empenho da Locação	Despesa com locação em 2017	Despesa com locação em 2017 (restos a pagar em 2018)	Empenho de Condomínio	Despesa com Condomínio em 2017	Despesa com condomínio em 2017 (restos a pagar em 2018)
264001	Rua Capote Valente, 706 - Pinheiros, São Paulo/SP	2017NE800044	R\$ 165.000,00	R\$ 15.000,00			
264009	Avenida Dante Michelini c/Rua Cândido Ramos nº 30, 1377 - Edifício Chamonix, Jardim da Penha - Vitória/ES	2017NE800003	R\$ 226.919,00	R\$ 20.629,00	2017NE000001	R\$ 67.339,91	R\$ 5.936,73
264010 *	Rua da Glória, 175, Centro - Curitiba/PR	2017NE800008	R\$ 305.679,81		2017NE800009	R\$ 66.831,07	**
264010	Rua Paula Gomes, 313 - São Francisco, Curitiba/PR	2017NE800119	R\$ 42.583,33	R\$ 17.500,00			
264013	Avenida Borges de Medeiros, 659 10 o. Andar, sala 1001, Centro - Porto Alegre/RS	2017NE800002	R\$ 177.794,85	R\$ 16.548,03	2017NE800003	R\$ 69.397,06	R\$ 5.050,96
264014	Rua Bernal do Couto, 781 - Belém/PA	2017NE800103	R\$ 276.000,00				

Fonte:COF

Obs.: * Contrato finalizado em agosto

** Sem restos a pagar

4.2.3.2.1 Análise Crítica

Os imóveis em regime de locação estão inseridos no sistema SPIUnet. Os imóveis de terceiros também requerem a inserção em um modelo de gestão, de forma a viabilizar que o processo decisório ocorra adequadamente.

O Serviço de Patrimônio iniciou a elaboração de um Manual de Patrimônio o qual conterá informações para realização do controle mais efetivo dos imóveis locados de terceiros.

4.2.3.2 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgão e Entidades Públicas ou Privadas.

A Fundacentro celebra os seguintes termos de permissão de uso:

Banco do Brasil S/A permissão de uso, a título precário, de uma sala de aproximadamente 39,54 m², no andar intermediário do imóvel de sua propriedade, situado na Rua Capote Valente, 710 no Município de São Paulo – SP. Esta permissão ainda está vigente, por prazo indeterminado e sem remuneração.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação.

A Gestão de Tecnologia da Informação na FUNDACENTRO é executada pelos três servidores de TI que compõe o quadro do Serviço de Informática.

A Gestão de TI contempla, principalmente, as seguintes atividades:

- Fiscalização de Contratos
- Implantação de novos serviços de TI (infraestrutura computacional – rede e sistemas de informação)
- Manutenção e sustentação da infraestrutura computacional e dos sistemas

4.3.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

A FUNDACENTRO reuniu, em 2017, em duas oportunidades o Comitê de TI, que é fundamental para as tratativas referentes ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

O Plano abrange toda a FUNDACENTRO, tanto a Sede/CTN, quanto as Unidades Descentralizadas. Mais que um instrumento legal necessário, é um mecanismo que norteará as decisões da FUNDACENTRO referentes à aplicação dos recursos de tecnologia da informação, tão fundamentais em quaisquer empresas e órgãos, estritamente para atender à missão da Instituição.

Mesmo assim, convém citar que o Serviço de Informática atua sempre com planejamento mesmo sem a existência de um documento formalmente escrito. Todas as ações de TI são previamente planejadas no sistema interno ano a ano e a concretização de implantação de novos serviços de TI, tais como desenvolvimento de novos sistemas, novos serviços de infraestrutura de rede, constam no planejamento.

4.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê de TI reuniu-se em duas oportunidades no segundo semestre de 2017, deliberando sobre sua composição, a estratégia de TI e os próximos passos, tendo como primeira deliberação o Regimento Interno.

Na última reunião o Regimento Interno do Comitê foi aprovado e apresenta definições importantes sobre a característica do comitê (deliberativo), bem como dará início para a elaboração do PDTI.

Embora não haja um documento formal, consta no sistema interno de planejamento da FUNDACENTRO – Sistema de Gestão de Projetos e Atividades (SGPA) as propostas SIN.001.2017, SIN.002.2017 e SIN.003.2017, que norteiam o planejamento e a execução de TI em 2017.

O Comitê de TI é composto por: (a) Presidente, (b) Substituto do Presidente, (c) Diretor Executivo, (d) Substituto do Diretor Executivo, (e) Diretor de Administração e Finanças, (f) Diretor de Administração e Finanças Substituto, (g) Chefe do SIN e (h) Chefe Substituto do SIN. Cabe à Presidência a coordenação do Comitê.

4.3.3 Principais Sistemas de Informação da UPC.

A seguir segue quadro contendo descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Vide Anexo 8.4 - Quadro -. 4.3.3.1 Principais Sistemas de Informação da UPC, folha 75 -78.

4.3.4 Descrição dos Projetos desenvolvidos no período e dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados nas unidades.

Processo de Software: a Metodologia de Desenvolvimento de Software e demais documentos referentes ao Processo de Software da Fundacentro encontram-se disponíveis em: <http://srvts/Fundacentro/Compras/Process%20Guidance/index.htm>.

4.3.5 Plano de capacitação do pessoal de TI.

Formalmente não há um Plano de Capacitação específico para à área de TI. Contudo, em 2017 três servidores participaram de treinamento específico para conhecimento da nova solução de segurança lógica (firewall) da Instituição.

Dois servidores também concluíram o Treinamento SEI Usar para operação do novo sistema SEI a ser implantado.

4.3.6 Quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI.

Compõem a força de trabalho de TI da FUNDACENTRO:

Quadro 4.3.1 Composição de Servidores, Terceirizados e Estagiários da área de TI

A	B	C	D	E*	F
3	1	0	0	7	0

Legenda: 1. (A) servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade;
2. (B) servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade;
3. (C) servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades;
4. (D) servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades;
5. (E) terceirizados*; e
6. (F) estagiários.

Nota: * constam como terceirizados nessa listagem os prestadores de serviço de atendimento de suporte técnico presencial (rede, operação, *service desk*) e as eventuais presenças dos prestadores de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação (não são mão-de-obra)

4.3.7 Descrição dos Projetos Desenvolvidos no período e dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados nas unidades.

Processo de Software: a Metodologia de Desenvolvimento de Software e demais documentos referentes ao Processo de Software da Fundacentro encontram-se disponíveis em: <http://srvts/Fundacentro/Compras/Process%20Guidance/index.htm>.

Controles Internos

Controles Internos	
Atividade	Efetividade
01. Registro de Ocorrências Contratuais	Para cada evento, para cada contrato
02. Fiscalização de Contratos – Entrega de produtos e serviços	Mensal/A cada entrega/Em caso de não Conformidade
03. Planejamento de TI	Anual
04. Execução do Planejamento de TI	Anual / Revisão semestral
05. Planilha de vencimento de contratos	Mensal
06. Planilha de acompanhamento dos links das Regionais	Mensal

Vide Anexo 8.4 - Quadro - 4.3.7 Descrição dos Projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e o Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão, folha 79.

4.3.8 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Desde 2010 a área de TI tem tomado providências para diminuir dependência tecnológica de empresas terceirizadas. Nesse sentido, os sistemas de informação desenvolvidos utilizam tecnologias e ferramentas de conhecimento de um dos servidores do quadro e são integrados em ambientes de

domínio de infraestrutura dos servidores de TI da área. Obviamente que, com o atual quadro de servidores é impossível prestar toda a assistência técnica necessária coberta pelos contratos de rede, sustentação de servidores, suporte e atendimento ao usuário e desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação.

Contudo, é de conhecimento dos servidores de TI do Sin todo o arcabouço tecnológico da instituição, guardadas as devidas qualificações específicas que exijam um profissional altamente qualificado para execução de tarefas como *tunning* de banco de dados, mitigação de defeitos de pacotes de rede/regras de firewall, entre outras atividades extremamente específicas.

O papel atual dos servidores de TI do Sin contempla a gestão de TI e não execução de atendimentos, embora em alguns casos esses atendimentos ocorram e (como explicado anteriormente) sejam, em sua maioria, de conhecimento dos servidores.

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e Contratação de Serviços ou Obras

a. Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;

Conforme portaria 254, de 07 de julho de 2016, foi formado grupo de trabalho para reestruturar os termos de referências, composto por equipe multidisciplinar e especialmente pelos novos assistentes que entraram na Administração, através de concurso público, em novembro de 2015.

A gestão de 2017 patrocinou curso de licitações sustentáveis para alguns servidores envolvidos nos processos de trabalho. Atualmente, em obediência à IN-MPDG nº 05/2017 são nomeados, através de portarias, Equipes Multidisciplinares de Planejamento para Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos, para cada processo de aquisição, de forma que se abarque, entre outras práticas, a prática institucionalizada de critérios para sustentabilidade ambiental.

A instituição adota também as seguintes práticas sustentáveis:

- Coleta seletiva;
- Aquisição de lâmpadas vinculando o fornecedor à coleta e destinação corretas;
- Coleta de telefones celulares e componentes de informática por cooperativas que dão correta destinação aos resíduos.
- Uso de papel reciclado por toda a administração

A instituição, após estudo de custo, benefício e novas ferramentas de inserção e divulgação de informações relativas à saúde do trabalhador, optou pelo fechamento do seu Parque Gráfico, com doação dos maquinários para a Polícia Militar e entrega do prédio alugado na Rua Capote Valente, número 706, que, na esteira da sustentabilidade ambiental representa redução de custos e de rejeitos poluentes gráficos.

b. Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

Sim, participa, e, atendendo o disposto na Portaria MPOG nº 023/2015, é efetuado registro de consumo de água e luz no SISPEs - Sistema Projeto Esplanada Sustentável

c. Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;

Sim, ocorre a separação de resíduos recicláveis descartados, programa supervisionado pela Comissão de Coleta Seletiva da FUNDACENTRO, bem como sua destinação a associação de catadores como dispõe o Decreto 5.940/2006. Com a constituição, a partir de 2008, de comissões regionais, compostas por servidores, para implantação da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos – Centro Técnico Nacional/SP e Unidades Descentralizadas, estas tem sido responsáveis por realizar as seguintes atividades:

- ✓ levantamento dos tipos de resíduos e estabelecimento de um diagnóstico quanto à situação do material reciclável na Fundacentro;
- ✓ levantamento da forma de acondicionamento dos resíduos;
- ✓ levantamento da destinação dos resíduos;
- ✓ realização de campanhas de sensibilização;
- ✓ definição e distribuição dos recipientes para coleta de resíduos e material reciclável;
- ✓ estabelecimento e manutenção de parcerias com cooperativas de catadores de material reciclável;
- ✓ convênio com associações/cooperativas de catadores que recolhem o material reciclável periodicamente; e
- ✓ contratação de empresa especializada na destinação de lâmpadas fluorescentes.

d. Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;

Sim. A Fundacentro vem priorizando, quando possível, a aquisição de materiais sustentáveis, como sacolas ecologicamente corretas, lâmpadas LED, papel reciclado, além de ter substituído o uso dos garrafrões de água mineral por filtros de água.

Os Termos de Referência para aquisições atuais trazem um item chamado “REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE”, como por exemplo, um Termo de Referência do Serviço de Informática que exige, na entrega dos produtos, em conformidade com a IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva *RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)*, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), *bifenil-polibromados (PBBs)*, éteres difenil-polibromados (PBDEs) e respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, entre outros.

e. Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;

O Art. 16. Versa que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes, deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, conforme ato editado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que preverá, no mínimo:

- ✓ atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição
- ✓ práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- ✓ responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

- ✓ ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Atualmente, em obediência à IN-MPDG nº 05/2017 são nomeados, através de portarias, Equipes Multidisciplinares de Planejamento para Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos, para cada processo de aquisição, de forma que se abarque, entre outras práticas, a prática institucionalizada com critérios para sustentabilidade ambiental.

- i.* Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;

Não há uma comissão constituída formalmente, porém há, conforme acima, diversas situações e iniciativas que se complementam.

- ii.* Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;

Não há uma comissão constituída formalmente, porém há, conforme acima, diversas situações e iniciativas que se complementam.

- iii.* Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);

No site da FUNDACENTRO, endereço <http://intranet/v1/ccss/default.asp>, encontramos as informações sobre a Comissão de Coleta Seletiva, que faz parte das práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais, bem como, ações de divulgação, conscientização e capacitação.

- iv.* Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

No site da FUNDACENTRO, endereço <http://intranet/v1/ccss/default.asp>, encontramos as informações sobre a Comissão de Coleta Seletiva, que faz parte das práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais, bem como, ações de divulgação, conscientização e capacitação.

f. Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

Entendemos que a FUNDACENTRO, tem, na sua governabilidade, incluído critérios de sustentabilidade, em seus editais para aquisição conforme dispõe a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, analisados pela Procuradoria Jurídica, que auxilia na garantia da implementação das legislações correspondentes ao meio ambiente, sustentabilidade e certificação quando necessários de acordo com seu objeto.

Alguns exemplos de licitações sustentáveis que realizamos são as aquisições de papel reciclado e a aquisição de cartuchos e toners, na qual incluímos cláusula prevendo a necessidade da licitante participante demonstrar por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente à marca referência mencionada no edital, para uma utilização mais econômica e racional destes insumos.

Nos editais de licitações para aquisição de bens/produtos/materiais de consumo são solicitadas amostras dos mesmos, visando aspectos como a durabilidade e qualidade e, nos caso em que é possível, a instituição exige no Termo de Referência que o fornecedor deva se responsabilizar pela logística reversa.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso do Cidadão.

Atualmente a Fundacentro conta com dois serviços para acesso do cidadão, cuja finalidade é atender às solicitações de informações gerenciais e estatísticas, reclamações, denúncias, sugestões, etc., são eles:

1. Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC é o órgão responsável por receber e responder os pedidos de informação feitos com base na Lei de Acesso à Informação.

Os pedidos são realizados por meio dos seguintes canais: **a)** eletronicamente, por meio do sistema e-SIC ou no link do sistema disponível no portal da Fundacentro; **b)** por meio de correspondência física, para o endereço: Fundacentro – SIC/Biblioteca – Rua Capote Valente, 710, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002; e **c)** presencialmente, no endereço: Fundacentro – SIC/Biblioteca – Rua Capote Valente, 710, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002.

O Relatório Estatístico de Atendimentos deste serviço, obtido no portal da CGU, é apresentado no Anexo 8.5 folha 80-84.

A Fundacentro disponibiliza ainda em seu link Acesso à Informação no portal (<http://www.fundacentro.gov.br/acessoainformacao/inicio>) informações gerenciais como agendas da presidência e diretor executivo, ações e programas, relatórios de auditoria, convênios, despesas, licitações e contratos, informações sobre a LAI e sobre a Lei de conflito de interesses, sobre o SIC, as informações classificadas, serviços prestados.

Cabe destacar que nesse período o SIC contou com apenas 1 (um) servidor, que tem de dividir sua atenção com um significativo número de outras atividades dentre elas a Assessoria da Diretoria Executiva e a fiscalização do contrato nacional de Prestação de Serviços de Terceirizados, além de que duas reformas físicas na área onde o servidor se encontra, prejudicou o andamento das respostas às solicitações de informações.

2. Fale Conosco

O atendimento do serviço é feito por meio de formulário *online* disponível em <http://www.fundacentro.gov.br/servicos/fale-conosco>, no qual o cidadão-usuário pode selecionar a área de interesse com a qual deseja se comunicar e enviar sua sugestão, solicitação, denúncia e reclamação. Este serviço está sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social.

A exemplo do exercício anterior, não temos estatísticas publicadas do serviço em 2017 ou mecanismos institucionalizados para este fim. Continua em estudo a criação de mecanismo que nos possibilite publicar estatísticas serviços prestados, incluindo os mecanismos de aferição, os padrões, os indicadores, os canais de divulgação e a coleta de dados da satisfação dos cidadãos-usuários.

3. Carta de Serviços Fundacentro ao Cidadão

Foi elaborada em atenção ao Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, visa oferecer aos cidadãos conhecimentos acerca dos serviços prestados pela Instituição, suas formas de acesso, assim como seus compromissos com o atendimento e seus respectivos padrões de qualidade. Estão relacionados no instrumento os seguintes serviços prestados diretamente ao cidadão: Biblioteca, Cursos e Eventos, Pós-graduação, Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf), Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Fale Conosco.

Seu formato eletrônico está disponível para consulta no Portal da Fundacentro no link: [http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/acesso-a-informacao/carta de servicos ao cidadao.pdf](http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/acesso-a-informacao/carta_de_servicos_ao_cidadao.pdf).

Continua em análise uma Portaria Interna que institucionaliza a Carta de Serviços ao Cidadão e aponta os responsáveis pela revisão periódica, diretrizes para pesquisa de qualidade e sua divulgação. Encontra-se ainda em elaboração a versão impressa que ficará disponível nas recepções do Centro Técnico Nacional – CTN e das Unidades Descentralizadas, além dos postos de prestação de serviço.

4. Plataforma de Cidadania Digital

Conforme determina o Decreto 8.936, de 19/12/2016, a Fundacentro encaminhou ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão as informações sobre os serviços públicos oferecidos pela instituição. Dessa forma, as citadas informações estão disponíveis no Portal de Serviços do Governo Federal (www.servicos.gov.br).

5.2 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários.

Conforme Art. 20 do Decreto 9.094, de 17 de julho de 2017, que revoga o Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, órgãos e as entidades do Poder Executivo federal deverão utilizar ferramenta de pesquisa de satisfação dos usuários dos seus serviços, constante do Portal de Serviços do Governo federal. De acordo com essa ferramenta, em 27/03/18, o percentual de avaliações positivas da Fundacentro era de 89%.

5.3 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a atuação da Unidade.

O acesso às informações da **Fundacentro** está disponibilizado, conforme abaixo:

No link Acesso à Informação do portal da Fundacentro (<http://www.fundacentro.gov.br/acessoainformacao/inicio>) são fornecidas informações como agendas da presidente e do diretor executivo, ações e programas, relatórios de auditoria e de gestão, convênios, despesas, licitações e contratos, informações sobre a Lei de Acesso à Informação e sobre a Lei de Conflito de Interesses, informações classificadas e serviços prestados pela Fundacentro. Neste link também é possível ao cidadão acessar o Serviço de Informações ao Cidadão.

5.4 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.

A Fundacentro atende alguns dos requisitos estabelecidos pelas normas relativas à acessibilidade em seu Centro Técnico Nacional, contando com rampas de acesso, elevadores e banheiros adaptados a deficientes físicos. As Unidades Descentralizadas ainda não atendem a esta legislação, mas a Fundacentro tem buscado recursos e meios para iniciar a correção desta situação em breve.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

6.1 Desempenho Financeiro no Exercício.

Não se aplica, visto que nossos ingressos e dispêndios já são definidos na LOA, não utilizamos as entradas de receitas para determinar as liquidações das nossas despesas.

6.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.

A Fundacentro aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

A estimativa da vida útil econômica e do valor residual está apresentada pelo Manual SIAFI 02.03.30 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND”. Esse Manual foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional e apresenta os valores de vida útil, depreciação anual e valor residual por classe contábil.

No que se refere à metodologia, a Fundacentro segue a de quotas constantes que é determinada para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional pelo manual SIAFI 02.03.30.

No momento há a necessidade de revisão dos valores de depreciação acumulada e a sistematização de procedimento de depreciação mensal.

6.2.1 Avaliação e mensuração de ativos e passivos

No quadro abaixo apresentamos as metodologias de avaliação e mensuração aplicadas aos principais grupos contábeis.

Grupo Contábil	Metodologia de Avaliação e Mensuração
Disponibilidades	Valor Original
Aplicações Financeiras	Valor original atualizado até a data do balanço Patrimonial
Obrigações	Valor Original
Imobilizado	Valor de Aquisição, Produção ou Construção
Intangível	Valor de Aquisição ou Produção

Vide Anexo 8.6– Notas Explicativas e Conformidade Contábil, fl. 85-95.

6.3 Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da Unidade.

Não se aplica, pois não há sistemática para apuração de custos no Âmbito da Unidade, pois está a cargo da Secretária do Tesouro Nacional através do Sistema de Informações de Custos – SIC.

6.4 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis constam no Anexo 8.7, fl. 96-102 deste relatório.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.

A respeito do tratamento sobre as deliberações feitas pelo TCU em acórdãos expedidos em 2017, a Auditoria verifica, uma vez por semana, no site do TCU a existência ou não de Acórdão, e em caso positivo é encaminhada para a Presidência, após tomar ciência do mesmo é encaminhado a Diretoria de Administração e Finanças que o direciona para a área responsável pela matéria. Destaca-se, no entanto, que **não** existe na entidade um sistema de registro, um servidor ou uma área responsável, para que haja o tempestivo atendimento da demanda, do Órgão de Controle Externo, ou para discussão do tema e para a melhor forma de aplicação das determinações do acórdão no âmbito interno.

No exercício de 2017, o Órgão de Controle Externo, TCU, emitiu 12 (doze) Acórdãos, de números 10.353/2017, 10.248/2017, 11204/2017, 10.578/2017, 2582/2017, 2434/2017, 7613/2017, 6110/2017, 4673/2017, 1131/2017, 3877/2017, 3578/2017, dentre os quais foram de julgamento da conta da Fundacentro, embargo de declaração, somente 3 (três) acórdãos com recomendações para a Fundacentro, conforme discriminados abaixo:

ACÓRDÃO Nº 2434/2017 - TCU - Plenário

Trata-se de atos de concessão de aposentadoria, com proventos integrais, emitidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – *Fundacentro*, a favor das Sras. Maria das Graças Silva e Maria Magdalena Schuskel e do Sr. Ivo de Fátima da Silva, com fundamento no art. 186, inciso I e §1º da Lei 8.112/1990 e com parecer do órgão de controle interno pela ilegalidade das concessões.

6.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos de concessão de aposentadorias das Sras. Maria das Graças Silva e Maria Magdalena Schuskel, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, com base nos artigos. 262, **caput**, do RI/TCU, 8o, **caput**, da Resolução/TCU 206/2007 e 15, **caput**, da Instrução Normativa/TCU 55/2007;

6.4.2. emita novos atos de concessão de aposentadorias em favor das Sras. Maria das Graças Silva e Maria Magdalena Schuskel, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, com fundamento nos arts. 262, § 2o, do RI/TCU e 15, § 1o, da Instrução Normativa/TCU 55/2007;

6.4.3. informe às interessadas o teor do acórdão que vier a ser proferido, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência de cada interessada, a teor do art. 4o, § 3o, da Resolução/TCU 170/2004.

ACÓRDÃO 7613/2017 - SEGUNDA CÂMARA

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de aposentadoria, com proventos integrais, emitidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, a favor das Sras. Maria das Graças Silva e Maria Magdalena Schuskel e do Sr. Ivo de Fátima da Silva, com fundamento no art. 186, § 1º, da Lei 8.112/1990.

9.3.1. No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. Comunique às duas interessadas constantes do subitem 9.1 acima a respeito deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o

TCU não as eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. Emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU via sistema vigente, no prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento nos arts. 262, § 2º, do RI/TCU e art. 15, § 1º, da IN/TCU 55/2007;

9.3.4. Informe às duas interessadas o teor deste Acórdão e encaminhe ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelas respectivas interessadas, de acordo com o art. 4º, § 3º, da Resolução/TCU 170/2004;

O atendimento total da recomendação por parte da Fundacentro conforme justificativa a seguir:

Maria Magdalena Schuskel – SIAPE 0877032

- ✓ A servidora foi aposentada por invalidez com proventos integrais por meio da Portaria 093/2002 publicada no DOU de 29/08/2002.
- ✓ Com a publicação do Acórdão 7613, foi realizado pelo SAP revisão do ato de aposentadoria da mesma para Aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais com a publicação da portaria 293/2017 publicada no DOU em 02/10/2017.
- ✓ Após atendermos as determinações do TCU, a servidora Maria Magdalena Schuskel interpôs pedido de Tutela junto a Justiça Federal – 3ª Região que finalizou com o Parecer de Força Executória nº 61/2017/CCM/PRU3R/PGU/AGU determinando o imediato restabelecimento do pagamento de sua aposentadoria de forma anterior à supressão (com proventos integrais).
- ✓ Em 03/01/2018, foi enviado à Fundacentro ofício 005/2018-TCU/Sefip solicitando providências para atendimento do Parecer de Força Executória e informando a suspensão dos efeitos do acórdão TCU nº 7613/2017.
- ✓ O SAP providenciou a integralização do pagamento da servidora a partir da folha de janeiro/2018.
- ✓ Está sendo providenciado novo ato tornando sem efeito a portaria 293/2017.

Maria das Graças Silva – SIAPE 0876950

- ✓ A servidora foi aposentada por invalidez com proventos integrais por meio da Portaria 057/2003 publicada no DOU de 27/05/2003.
- ✓ Com a publicação do Acórdão 7613, foi realizado pelo SAP revisão do ato de aposentadoria da mesma para Aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais com a publicação da portaria 292/2017 publicada no DOU em 02/10/2017.
- ✓ Após atendermos as determinações do TCU, a servidora Maria das Graças Silva interpôs pedido de reexame junto ao TCU o qual foi conhecido pelo Relator com efeito suspensivo em relação aos itens 9.1, 9.3.1 e 9.3.3 do Acórdão recorrido determinando o imediato restabelecimento do pagamento de sua aposentadoria de forma anterior à supressão (com proventos integrais).
- ✓ O SAP providenciou a integralização do pagamento da servidora a partir da folha de fevereiro/2018.
- ✓ Está sendo providenciado novo ato tornando sem efeito a portaria 292/2017.

ACÓRDÃO 3877/2017 - PRIMEIRA CÂMARA

Prestação de contas anual. Processo sobrestado em função de Tomada de Contas Especial - TCE que se encontrava em instauração junto à entidade. Identificação, mediante diligência, de que a TCE referida foi arquivada, tendo em vista o pagamento integral dos débitos nela tratados. Identificação de outras irregularidades, algumas causadoras de danos ao erário. Débitos recolhidos ou objeto das devidas providências com vistas ao seu recolhimento. Audiências. Rejeição de algumas razões de justificativas e

acolhimento de outras. Contas irregulares. Prescrição da pretensão punitiva. Contas regulares com ressalvas e quitação e regulares com quitação plena. Ciências.

9.6.1. pendências no registro de bens imóveis no Sistema Siafi, identificadas no item “a” do Relatório da Auditoria Interna e item 8.1.1.1 do Relatório da CGU-SP, em afronta aos arts. 94 a 96 da Lei 4.320/64;

9.6.2. ausência de controle dos bens patrimoniais, identificada no item 8.1.2.1 do Relatório de Auditoria da CGU-SP, em afronta aos arts. 94 a 96 da Lei 4.320/64;

O atendimento parcial da recomendação por parte da Fundacentro conforme justificativa a seguir.

O Serviço de Patrimônio carecia de servidor exclusivo dedicado às suas atividades. A nomeação de servidor ocorreu apenas em outubro de 2015, porém esse se exonerou em janeiro de 2016. Após um período novamente sem servidor houve nova nomeação apenas em abril de 2016, e em junho ocorreu troca de chefia. Assim, serviços se acumularam e não foi dada continuidade, além de a área perder conhecimentos.

Atualmente o controle e atualizações são realizados via sistema SPIUNET. A área de patrimônio atualmente está a cargo do Serviço de Contabilidade, sendo solicitada à Administração em o realinhamento do serviço de patrimônio através do processo nº 324/2017. O servidor que atuava no serviço de patrimônio teve que ser removido para o Serviço de Tesouraria, devido à falta de servidores para realizar os pagamentos da Instituição.

Assim sendo, o novo Regimento Interno da Fundacentro, está em vias de aprovação adequando a área de Patrimônio para a Coordenação de Administração, onde irá realizar o controle mais efetivo dos bens imóveis e móveis.

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno - CGU.

No âmbito da Fundacentro, as recomendações demandadas pelo Órgão de Controle Interno-CGU/SP tem o mesmo procedimento das demandas do TCU. O controle é realizado quando da necessidade de responder o Plano de Providência Permanente-PPP, e são apresentadas as providências adotadas, neste momento a Auditoria Interna toma conhecimento da situação das recomendações expedidas pelos órgãos de controle interno e externo, no sentido da quantidade de recomendações atendidas e não atendidas, bem como as recomendações pendentes de atendimento, com a indicação de prazo para atendimento. Realizamos uma avaliação, e se for necessário fazemos visita técnica com objetivo de assegurar que a área passou a cumprir a recomendação e ou determinações exaradas pela CGU. Acerca do atual estágio de atendimento das recomendações, com a respectiva análise da CGU/SP, considerou que 6 (seis) não foram atendidas, apesar das providências adotadas, conforme demonstramos a baixo:

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 244509 - Nº Constatação: 049 - Nº identificação: 87323

Para todos os servidores da unidade que recebam auxílio-transporte e utilizem transportes seletivos ou especiais, realizar o pagamento contra apresentação do quantitativo de bilhetes de passagem apresentados no mês anterior, consoante jurisprudência do TCU (Acórdão TCU2211/2005-plenário e 511/2006-Segunda Câmara).

Análise da Auditoria Interna: Tendo em vista que a auditoria interna realizou trabalho, e abordou o referido tópico a fim de verificar se o mesmo foi atendido, verificamos uma melhora no aprimoramento dos controles internos do setor e o **atendimento da recomendação**, tendo em vista

que as concessões do benefício de auxílio transporte seletivos ou especiais, as despesas passaram a ser ressarcida no mês posterior com apresentação dos comprovantes ou recibo. Entretanto, houve pagamento indevido do referido benefício, que por meio da Portaria nº 326/2013, de 30/10/2013 a Presidente da Fundacentro constituiu Comissão de Sindicância Apuratória, a comissão terminou os trabalhos, e tem uns quatro ex-servidores que não realizou a reposição ao erário público.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 201405872 - Nº Constatação: 019 - Nº identificação: 130581

Recomendamos que a unidade implemente normativos para a área de Gestão do Patrimônio Imobiliário, que estabeleçam: as atribuições; as responsabilidades; os fluxogramas; os indicadores; etc., para bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade.

Análise da Auditoria Interna: A análise anteriormente realizada por esta Auditoria Interna, acerca do atendimento da referida recomendação, dizia que “recentemente, o Serviço de Patrimônio iniciou a elaboração de um manual de patrimônio baseando-se no manual do TCU”.

Por sua vez, considerando a atual resposta elaborada pela unidade, deixa claro que não concluiu o referido manual, nem tão pouco apresenta minuta de normativo em fase de implementação. Assim sendo, permanece pendente.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 201405872 - Nº Constatação: 017 - Nº identificação: 130582

Recomendamos que a Fundacentro renegocie com a empresa Alerta Security para reaver o valor de R\$ 26.309,83, devido às falhas na condução do processo licitatório que se refletiram na contratação.

Análise da Auditoria Interna: Foi ressarcido ao erário, através da GRU, o montante de R\$24.951,11. O valor foi apurado a partir da diferença entre os valores ofertados pela empresa no Pregão Eletrônico nº 46/2012 e aqueles apresentados em cotação prévia pela mesma, cotação essa ainda válida no momento de Pregão Eletrônico. Entretanto, a Fundacentro não convenceu a CGU/SP sobre a metodologia de cálculo utilizada, para que a mesma validasse o valor ressarcido como correto. Assim sendo, permanece a diferença de R\$ 1.358,72 (hum mil trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos) pendente a ser ressarcido ao erário.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 201405872 - Nº Constatação: 028 - Nº identificação: 130584

Recomendamos á Unidade que faça gestão junto ao MTE com o intuito de incluir na LOA as metas físicas de todas as quatro Ações Finalísticas da Fundacentro, para melhor apresentar a atuação desta.

Análise da Auditoria Interna: No que tange ao teor do recomendado, podemos dizer que há inexistência de competência natural para o atendimento da recomendação por parte da Fundacentro, pois necessita de ações externas, devendo ser anexada às ações que foram iniciadas junto ao MTE, para incluir as metas físicas com vistas a melhorar, demonstrar atuação das ações finalísticas da Fundacentro.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 201601333 - Nº Constatação: 025 - Nº identificação: 163177 e 163178.

Encerrar a execução do contrato nº 18/2010. Apurar responsabilidade sobre a continuidade á execução do contrato 018/2010 além da sua vigência.

Análise da Auditoria Interna: Foi constituída Comissão de Sindicância Investigativa (Portaria 88/2015 / Processo 264001.000295/2015-81). O Sr. Presidente à época não acatou o relatório final da Comissão e determinou a anulação dos atos e a decisão da Comissão por vícios insanáveis (despacho de

julgamento em anexo III). Entretanto, considerando o fato da mesma ter sido anulada por vícios insanáveis e até a presente data não houve a instauração de nova comissão. Em razão disso, a recomendação não foi atendida.

RECOMENDAÇÃO

Nº 130571

Ao Gestor elaborar Plano Diretor de TI, com vistas a proporcionar a alocação dos recursos públicos, conforme as necessidades e prioridades da Fundacentro e de acordo com o Guia de Elaboração do PDTI do SISP.

Análise da Auditoria Interna: A recomendação não foi atendida, embora esteja formalmente constituído o Comitê, o referido comitê nem elaborou/ aprovou a regulamentação do mesmo até a presente data.

7.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário.

Em 2017 não houve nenhum caso de dano ao erário que tenha sido objeto de Tomadas de Contas Especiais.

A UPC conta com uma Auditoria Interna, com 01 (um) servidor, com uma unidade da Procuradoria Federal, com 02 (dois) procuradores, e desde 13 de junho de 2017 com membros designados para a Comissão de Acompanhamento de Processos Disciplinares e Procedimentos Especiais (CAPDPE), que atua com 03 (três) servidores (Portaria nº 177/2017), cuja função é a de encaminhar informações e sugestões relativas à instauração de procedimentos e processos disciplinares, gerenciar e manter o registro atualizado das tramitações e dos resultados de processos e expedientes em curso e sugerir aprimoramento das atividades. A UPC também conta com uma Diretoria Executiva, com 01 (um) servidor e 02 (dois) comissionados, cuja responsabilidade é a de supervisionar e avaliar as atividades técnicas e administrativas, nos termos do artigo 16 do Estatuto da Fundacentro (Decreto nº 4.663/2003).

7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos e Obrigações com o Dispositivo no Art. 5 da Lei nº 8.888/1993.

A Fundacentro observa o cronograma de pagamento por meio de uma planilha com a ordem cronológica de pagamentos das obrigações relativas a contratações de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

Elaboramos 4 planilhas divididas segundo critérios de Unidade Administrativa (Sede e Unidades Descentralizadas) e pagamentos que se incluam ou não no limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Embora a Fundacentro sempre tenha observado as disposições previstas no art. 5º da Lei 8.666/93, este controle formal foi implantado recentemente, em atendimento à Instrução Normativa nº 02/2016, de 2 de dezembro de 2016 – SISG (MPDG).

Como regulamento de licitações e contratações, esta UPC segue a Lei 8.666/93, bem como todas as legislações correlatas.

O cronograma é apresentado nas Planilhas constantes no Anexo 8.7, folha 103-120.

7.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes firmados com empresas beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamentos.

Não há conteúdo a declarar. Todos os contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, no exercício, já foram contratadas segundo a nova forma de contribuição sobre a receita bruta.

8. ANEXOS.

8.1 Macroprocessos Finalísticos

Quadro 1.5 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Realizar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador	Tem por objetivo desenvolver pesquisas e estudos visando a produção de conhecimento científico e tecnológico sobre segurança e saúde no trabalho. O macroprocesso é realizado por meio de projetos sobre temas específicos em segurança e saúde no trabalho, avaliados e aprovados anualmente. Os cronogramas normalmente envolvem a identificação e a contextualização de problema ou tema em segurança e saúde no trabalho, propondo, ao final, medidas e recomendações aplicáveis à situação de trabalho investigada. Os projetos também podem ser iniciados a partir de demandas de entes públicos ou privados nacionais ou estrangeiros. No final do processo, são emitidos relatórios, informes e pareceres técnico-científicos.	Artigos científicos em publicações especializadas; relatórios de pesquisas; apresentações, impressas ou orais, em eventos científicos nacionais e internacionais; relatórios técnicos; pareceres; laudos; regulamentos; normas, Teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias e trabalhos de conclusão de curso.	Órgãos de governo, sindicatos, profissionais em SST, empresas públicas e privadas.	Diretoria Técnica e setores subordinados, exceto os Serviços de Publicações, de Eventos, de Documentação e Biblioteca e de Recursos Instrucionais.
Desenvolver ações educativas relacionadas com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho	Tem por objetivo contribuir para promover um ambiente de trabalho seguro e saudável. As ações ocorrem por meio de cursos e outros eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga superior a 8 horas. Para os cursos são elaborados ou atualizados materiais didáticos em função do conteúdo programático, da carga horária, do público-alvo e da metodologia de ensino que é utilizada. Os cursos são realizados tanto no Centro Técnico Nacional em São Paulo, quanto nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro.	Pessoas capacitadas; cursos de curta duração; oficinas de trabalho; seminários, congressos, simpósios e outros eventos.	Sindicalistas, profissionais em SST, agentes de fiscalização, outros agentes públicos, empregadores e gestores.	Diretoria Técnica, setores subordinados e Serviço Gráfico.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador	Tem por objetivo contribuir para promover um ambiente de trabalho seguro e saudável. As ações ocorrem por meio de eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga inferior a 8 horas com a exposição de diferentes assuntos em SST, pela distribuição de materiais técnico-científicos em SST e pelo atendimento direto ao público, respondendo a dúvidas técnicas e recebendo visitantes em suas instalações para difusão de conhecimentos técnicos. Estas ações são realizadas tanto no Centro Técnico Nacional em São Paulo, quanto nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro.	Pessoas alcançadas; distribuição de materiais nas formas impressa, audiovisual ou eletrônica, como a Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, revista científica editada pela Fundacentro; outras publicações técnicas e de divulgação, como livros, manuais, regulamentos técnicos, anais, livretos, cartilhas, histórias em quadrinhos; outros materiais, como folhetos, cartazes e folders; filmes; programas de rádio; vídeos publicados na internet; materiais publicados no sítio da instituição na internet.	Profissionais de SST, estudantes e outros interessados.	Diretoria Técnica, setores subordinados e Serviço de Informática.

Fonte: DTe

8.2 Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias vigentes em curso em 2017.

Quadro 3.4 – Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias vigentes em curso em 2017.

DADOS CORRECIONAIS / FUNDACENTRO								
Relatório de Procedimentos Vigentes e Instaurados (PADs e Sindicâncias) em 2017.								
Data da Instauração	Nº Proc. Principal	Nome dos Investigados	Tipo	Nº da Portarias			Penalidade Aplicada	Data do Julgamento
			Sindicância / PAD	Instauração	Prorrogação	Recondução		
22/03/2017	2640010000962017	x	Sindicância	081/17	124/17	176/17	Arquivamento	07/06/2017
17/03/2017	2640010002522017	x	Sindicância	072/17	120/17 201/17 291/17	175/17 228/17 320/17	Em Andamento	
22/03/2017	2640010002812016	x	Sindicância	082/17	123/17		Arquivamento	31/05/2017
25/04/2017	2640010003652015	x	Sindicância	130/17	226/17	211/17		
14/02/2017	2640010010062016	x	Sindicância	036/17	071/17 157/17	110/17	Arquivamento	28/06/2017
16/09/2016	2640010004812015	x	Sindicância	371/16	431/16	475/16 212/17	Abertura de PAD	07/07/2017
04/11/2013	2640010006602009	x	Sindicância	326/13	389/13 158/14 338/16	041/14 076/14 199/14 292/16 392/16	Abertura Nova Sindicância Proc. 798/2016	13/05/2016
19/07/2016	2640010006602016	Marcos Paiva Matos 6876815	Sindicância	272/16	326/16 347/16 536/16 053/17 094/17	421/16 483/16 028/17 187/17	Anulado e Abertura nova Sindicância	05/02/2018
05/01/2015	2640010007672014	Jorge Luiz Ramos Teixeira 1795758	PAD	361/14	032/15 136/15 308/15 107/16 288/16 485/16 077/17 223/17	082/15 215/15 033/16 175/16 391/16 016/17 158/17 286/17 355/17	Encaminhado para Julgamento	01/02/2018
04/11/2017	2640010007982016	x	Sindicância	292/16	338/16 446/16 537/16 050/17	392/16 487/16 030/17 093/17	Restituição ao erário e enviado a Presidência da República	06/07/2017
30/08/2016	2640010008042016	x	Sindicância	332/16	401/16 503/16 086/17	450/16 544/16 042/17	Abertura de PAD	06/07/2017
29/09/2016	2640010008372016	x	Sindicância	372/16	432/16 525/16 043/17	472/16 011/17	Processo Arquivado	03/04/2017
14/02/2017	2640010010062016	x	Sindicância	036/17	071/17 157/17	110/17	Processo Arquivado	28/06/2017
22/03/2017	2640010002812016	x	Sindicância	082/17	123/17		Arquivamento	31/05/2017
05/01/2015	2640010007502014	Mauro Maia Laruccia 1942021	PAD	371/14	025/15 129/15 277/15 052/16 214/16 434/16 260/17	081/15 194/15 362/15 115/16 116/16 313/16 473/16 213/17 310/17	Anulação parcial do PAD e designação de nova comissão para a apuração. Portaria 213/2017	28/06/2017

8.3 Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

Quadro 3.5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES A SEREM AVALIADOS					
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.		X			
Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da				X	
Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.		X			
As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES A SEREM AVALIADOS					
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu		X			
Escala de valores da Avaliação: Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UPC. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua minoria . Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua maioria . Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UPC.					

8.4 Principais sistemas de Informação da UPC

Quadro -4.3.3.1 Principais Sistemas de Informação da UPC

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais Funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade*	Manutenção**
Acervo Digital	.Net 4.0	Sistema para gestão de teses e monografias	Norisvaldo Ferraz Júnior	SDB	2	T
Acesso	.Net 2	Controle de acesso aos sistemas da intranet	Norisvaldo Ferraz Júnior	SIN	3	P/T
Agenda de Salas	ASP/dll	Agendamento de salas de reunião	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE	1	T
Arquivos DAF	ASP/dll	Repositório de arquivos da DAF	Norisvaldo Ferraz Júnior	DAF	1	P/T
Atas – Conselho Curador	ASP/dll	Repositório de atas	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES	1	P/T
Audiovisual	.Net 2	Gestão de cds e dvds para publicação no portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRI	2	T
Banco de Fotos	ASP/dll	Banco de fotos da área técnica	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE	1	T
Benefícios (Documentos)	ASP/dll	Repositório de arquivos do SBS	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	1	P/T
CCSS	ASP/dll	Sistema de informações da Coleta Seletiva	Norisvaldo Ferraz Júnior	CCSS	1	P/T
CEF	ASP/dll	Sistema de informações da Comissão de Ética da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	CEF	1	P/T
CIF	ASP/dll	Sistema de informações da Comissão Interna da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	CIF	1	P/T
CISSP	ASP/dll	Sistema de informações da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público	Norisvaldo Ferraz Júnior	CISSP	1	P/T
Compras	.Net 4	Sistema com todo o processo de compras utilizado pela Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	SSU	3	T
Comunicados CRH	ASP/dll	Sistemas de comunicados do CRH	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	1	P/T
Controle de Estacionamento	.Net 2	Sistema para controle de entrada e saída do estacionamento da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	2	T
Controle de Pagamentos	ASP/dll	Sistema de controle de pagamentos	Norisvaldo Ferraz Júnior	CAD/COF/STS	3	T

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais Funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade*	Manutenção**
Controle de Recibos	.Net 4.0	Sistema de controle de recibos emitidos	Norisvaldo Ferraz Júnior	STS	2	T
Controle de Veículos	.Net 4.0	Sistema que gerencia as rotas realizadas pelos veículos oficiais	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	3	T
Diretoria Técnica	ASP/dll	Repositório de arquivos da DTE	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE	2	P/T
Eleições (CIF,AFF,CIPA,CISSP,CEF)	ASP/dll	Sistema que disponibiliza eleições internas	Norisvaldo Ferraz Júnior	SIN	1	T
Estoque e Requisição de Material – CTN e UD's	.Net 2	Controle de estoque de materiais do CTN e UDS	Norisvaldo Ferraz Júnior	CAD	3	T
Gerenciador Eletrônica de Documentação Interna – GEDI	.Net 4	Sistema de gestão de documentos como memorandos, ofícios e portarias	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES/DAF/DTE	3	T
Gerenciador de Cópias	.Net 2	Controla as solicitações de cópias de documentos internos	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	2	T
Gerenciador de Cursos	.Net 4	Gerencia os cursos publicados pelo CTN e UDS e que constam no Portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAE	3	T
Gerenciador de Eventos	.Net 2	Gerencia os eventos publicados pelo CTN e UDS e que constam no Portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SEV	3	T
Gerenciador de Notícias	.Net 4	Gerencia as notícias publicadas pelo CTN e UDS e que constam no Portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	ACS	3	T
Gerenciador de Pessoal	.Net 4	Gerencia os dados cadastrais de servidores e terceiros	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	3	T
Gerenciador do Portal	.Net 4	Sistema que permite criar/excluir/editar páginas no portal da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	ACS	3	T
Lista Telefônica	.Net 4	Sistema que permite consultar ramais internos	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	1	T
Mala Direta	.Net 4	Sistema de envio de e-mails em lote	Norisvaldo Ferraz Júnior	ACS	2	T
Moodle	PHP	Sistema utilizado pelo SAE para EAD	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAE	2	P/T
Patrimônio	ASP/dll	Sistema de controle de patrimônios	Norisvaldo Ferraz Júnior	SCO	3	T
Patrimônio	.Net 2	Sistema que calcula a depreciação de bens patrimoniados	Norisvaldo Ferraz	SCO	2	T

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais Funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade*	Manutenção**
(Depreciação)			Júnior			
Podcast e Videocast	.Net 4	Gestão de podcasts e videocasts para publicação no portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRI	2	T
Portarias Fundacentro	.Net 4	Repositório de portarias publicadas pela Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES	3	T
Procuradoria	ASP/dll	Repositório de arquivos da PJ	Norisvaldo Ferraz Júnior	AGU/PGF	1	P/T
CRH – Projeto Qualidade de Vida	ASP/dll	Repositório de arquivos do projeto Qualidade de vida	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	1	P/T
Protocolo	ASP/dll	Sistema de gestão de protocolos internos	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	3	P/T
Publicação	.Net 2	Sistema de gestão de publicação de cartilhas, livros e demais publicações no portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SPB		T
Regulamentação Interna	ASP/dll	Página com documentos e regulamentações internas	Norisvaldo Ferraz Júnior	SMA	2	P/T
SAD – Avaliação de Desempenho	.Net 2	Sistema de Avaliação de Desempenho de Servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRH	3	T
SAP – Download de Documentos	ASP/dll	Repositório de arquivos do SAP	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAP	1	P/T
SGPA 2006 e 2008	ASP/dll	Sistema de gestão, projetos e atividades (legado)	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES/DTE/DAF	1	P/T
SGPA v3	.Net 4	Sistema de gestão, projetos e atividades do órgão	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES/DTE/DAF	3	T
Sistema Curso de Leitura Radiológica	.Net 2	Sistema de gestão do curso de leitura radiológica	Norisvaldo Ferraz Júnior	SME	2	T
Sistema de Assistência Médica	.Net 4	Sistema que gerencia os benefícios de assistência médica dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	1	T
Sistema de Auxílio Transporte	.Net 4	Sistema que gerencia os benefícios de auxílio transporte dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	2	T
Sistema de Férias	.Net 4	Sistema que gerencia as solicitações de férias dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAP	2	T
Sistema de Licença Médica	.Net 4	Sistema que gerencia as licenças médicas dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	3	T
Sistema de Licença	.Net 4	Sistema que gerencia as licenças prêmio dos servidores	Norisvaldo Ferraz	SAP	2	T

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais Funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade*	Manutenção**
Prêmio			Júnior			
Sistema de Manutenção Predial	.Net 2	Sistema de solicitação de manutenção predial	Norisvaldo Ferraz Júnior	SMO	2	T
Sistema de Outras Licenças	.Net 4	Sistema de licença de afastamento	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAP	2	T
Sistema EPI – Pedido Técnico	.Net 2	Sistema de controle de Laudos de EPI	Norisvaldo Ferraz Júnior	SES	3	T
Sobrecarga Térmica	.Net 2	Sistema que exibe o índice de IBUTG em uma região	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE/ERCA	3	T
Sobrecarga Térmica Mobile	Android, IOS, Windows Phone	Sistema que exibe o índice de IBUTG em dispositivos móveis	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE/ERCA	3	T
SST Fácil	Android, IOS	Aborda diversos conteúdos da área de Segurança e Saúde no Trabalho propiciando ao usuário o aprendizado de conhecimentos da área, por meio de perguntas e respostas em consonância com os princípios do ensino dirigido	Fernando Timoteo Fernandes	SIN	3	P
Solicitação a Ced	.Net 2	Sistema de solicitação a CED	Norisvaldo Ferraz Júnior	CED	2	T
SRH – Arquivos Diversos SRH	ASP/dll	Repositório de arquivos do SRH	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRH	1	T

Notas: *1 a 3, onde: 1 – normal, 2 – importante, 3 – crítico

** T: terceirizada / P: própria

A FUNDACENTRO implantará, em 2018, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), uma vez que há dotação orçamentária específica para este item e propiciará mais agilidade administrativa no que tange ao trâmite e controle de processos administrativos.

8.4 Descrição dos Projetos de TI desenvolvidos no período

Quadro - 4.3.7 Descrição dos Projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e o Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Projetos de TI desenvolvidos em 2017	Resultados esperados	Alinhamento com o Planejamento Estratégico	Alinhamento com o Planejamento de TI
Atualização do Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD)	Aquisição de licenças de software para o servidor de banco de dados que fornece suporte a todas as aplicações da FUNDACENTRO, prevendo a conformidade com novos recursos, tecnologias, continuidade de suporte e melhor performance no acesso aos sistemas institucionais. O antigo Sistema Gerenciador de Banco de Dados da FUNDACENTRO fora implantado em 2008 (versão 2005) e apresentava obsolescência frente aos novos recursos e principalmente por não haver mais atualizações de segurança, deixando os dados vulneráveis. + 232,23 UST	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027, SIN.001.2016, SIN.002.2016
Aquisição de equipamentos e softwares de segurança lógica (firewalls)	Manter em operação o atual esquema de segurança da informação: - Manter segurança lógica da Sede/CTN e UD's - Manter conectividade entre os firewalls da Sede/CTN e UD's Aprimorar os serviços de segurança Atendimento a demandas do SLTI/MP: - Uso da nova geração de IP (IPv6)	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA SIN.001.2017, SIN.002.2017, SIN.003.2017
Atualização do sistema de videoconferência	Ampliação do sistema de videoconferência para permitir mais participantes em reuniões e transmissões; atualização do núcleo da videoconferência (MCU e pathfinder); implantação de novos equipamentos em salas de reunião	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027, SIN.001.2016, SIN.003.2016
Painel de Controle no Sistema de Compras	Esse dashboard (painel de controle) tem como finalidade propiciar para os usuários do sistema o correto acompanhamento das solicitações de compra emitidas no sistema. O acompanhamento é visual e indica a etapa/fase em que a compra está.	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA SIN.001.2017, SIN.002.2017
Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	O objetivo da implantação do processo eletrônico para tramitação de documentos a partir da utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é a redefinição do modelo de trabalho promovendo a eficiência da gestão e economia para os cofres públicos no que se refere ao trâmite eletrônico de processos administrativos.	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA SIN.001.2017, SIN.002.2017, SIN.003.2017
Sistemas Aleph e Primo para o gerenciamento da Biblioteca	O Serviço de Documentação e Biblioteca adquiriu em 2016 sistema informatizado para gerenciamento de bibliotecas (Sistemas Aleph e Primo). A atuação do SIN se deu na implantação da infraestrutura tecnológica necessária para a utilização dos sistemas, com disponibilização, configuração e parametrização de servidores de aplicação para esses sistemas.	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA SIN.001.2017, SIN.002.2017, SIN.003.2017
Melhoria da infraestrutura do núcleo de rede do CEES	O Centro Estadual do Espírito Santo apresentava frequentes quedas do link de Internet. O SIN identificou que a instabilidade se dava pela má organização e infraestrutura de cabeamento do núcleo de rede da UD. Esse projeto reorganizou toda a infraestrutura do núcleo de rede da UD (com novo cabeamento no núcleo de rede e organização de roteadores da operadora, swithes, firewall e servidor de rede)	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA SIN.001.2017, SIN.002.2017, SIN.003.2017
Implantação de novo serviço de páginas internas (Intranet)	Diante do exposto na O.S. nº 414224, depois da migração do servidor de banco de dados do SQL Server 2005 para o SQL Server 2016, solicito reunião para verificar os procedimentos para migração do atual servidor que hospeda os sistemas internos (Intranet) de Windows Server 2003/IIS 5.0 para o Windows Server 2015/IIS 8.0. Como resultado dessa O.S. deve ser apresentado relatório das atividades a serem executadas.	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA SIN.001.2017, SIN.002.2017, SIN.003.2017

Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

(*) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório podem ser encontradas na última seção.

Órgão(s) de referência

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat
Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho

Período de consulta: 1/2017 a 12/2017

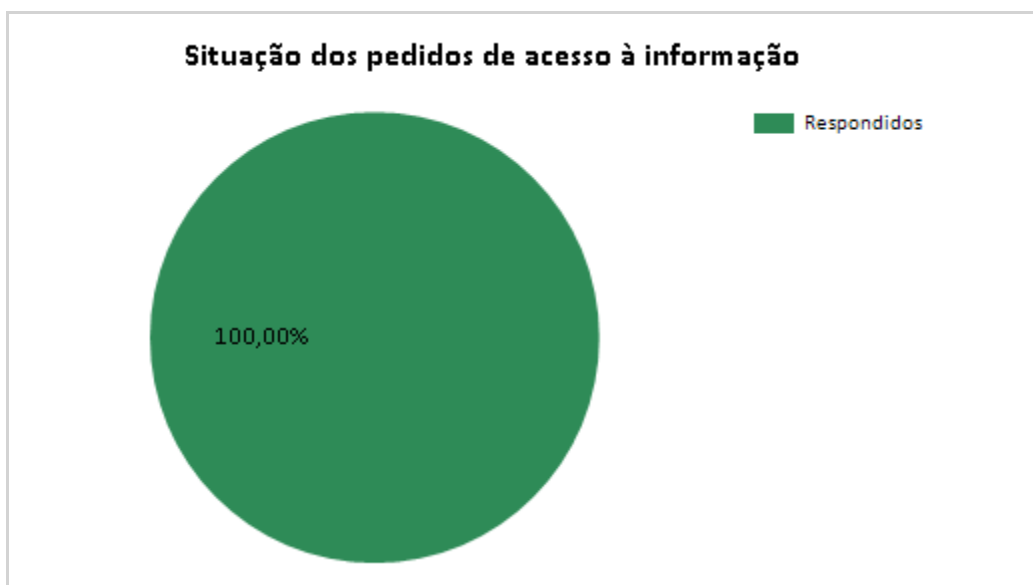
1. Quantidade de pedidos de acesso à informação

Quantidade de Pedidos: 41

Média mensal de pedidos: 3,42

2. Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	41



Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	52	Total de solicitantes:	34
Perguntas por pedido:	1,27	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	3
		Solicitantes com um único pedido:	28

Temas das solicitações (Top 10)

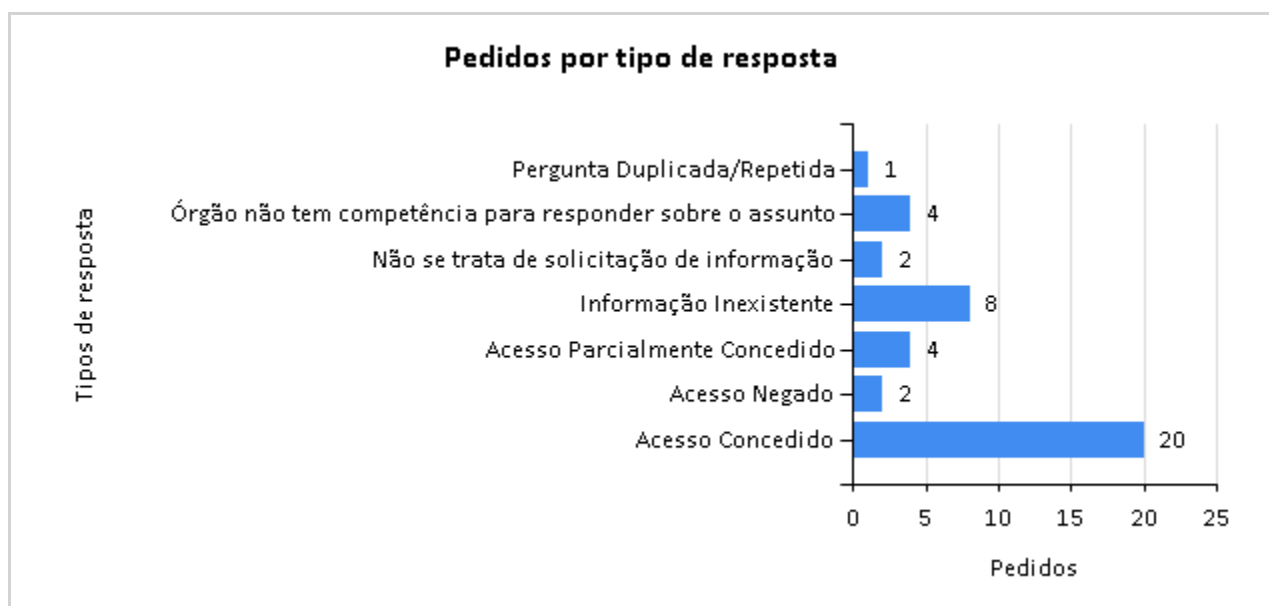
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Governo e Política - Administração pública	12	29,27%
Trabalho - Fiscalização do trabalho	4	9,76%
Trabalho - Legislação trabalhista	4	9,76%
Trabalho - Qualificação e aprendizagem profissional	3	7,32%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	2	4,88%
Justiça e Legislação - Justiça	2	4,88%
Trabalho - Profissões e ocupações	2	4,88%
Pessoa, família e sociedade - Sociedade Civil - Organização e participação	1	2,44%
Justiça e Legislação - Legislação e jurisprudência	1	2,44%
Habitação, Saneamento e Urbanismo - Urbanismo	1	2,44%

3. Resposta aos pedidos de acesso à informação

Tempo médio de resposta: 62,76 dias

Prorrogações:

Quantidade	% dos pedidos
0	0,00%



Razões da negativa de acesso			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	1	50,000%	2,44%
Processo decisório em curso	1	50,000%	2,44%
TOTAL:	2	100,000%	4,88%

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	41	100,00%

4. Perfil dos solicitantes

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	31	91,18%
Pessoa Jurídica	3	8,82%

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AM	1	3,23%	1
CE	1	3,23%	1
DF	6	19,35%	6

MG	4	12,90%	5
MS	1	3,23%	1
PE	1	3,23%	2
RJ	5	16,13%	6
SE	1	3,23%	1
SP	9	29,03%	11
TO	1	3,23%	1
Não Informado	1	3,23%	1

Perfil dos solicitantes pessoa física

Gênero	
M	67,74%
F	32,26%

Escolaridade	
Ensino Superior	32,26%
Pós-graduação	29,03%
Ensino Médio	19,35%
Mestrado/Doutorado	16,13%
Não Informado	3,23%

Profissão	
Servidor público federal	32,26%
Estudante	19,35%
Empregado - setor privado	12,90%
Profis. Liberal/autônomo	9,68%
Pesquisador	6,45%
Servidor público estadual	6,45%
Outra	6,45%
Não Informado	6,45%

Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

Tipo de pessoa jurídica	
Empresa - PME	66,67%
Outro	33,33%

8.6 Notas Explicativas e Conformidade Contábil

A análise contábil é realizada pelo Contabilista responsável Daniel de Freitas Bertolino - CRC 1SP304261. A seguir apresentamos as notas explicativas das contas mais relevantes e junto a elas relacionamos as restrições Contábeis identificadas.

1. Conta de Caixa e Equivalentes de Caixa e Conta de Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

O detalhamento de encerramento de 2017 com as contas de Caixa e Equivalente de Caixa encontra-se abaixo. Da tabela destaca-se a conta CTU- Recursos da Conta Única Aplicados cujo saldo é o mais relevante.

Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo
1.1.1.1.1.19.03	DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$ 94.886,88
1.1.1.1.1.02.06	CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	R\$ 49.601.646,88
1.1.1.1.1.19.03	DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$ 94.886,88
1.1.1.1.2.20.01	LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	R\$ 449.008,52

Abaixo, segue tabela com detalhamento da conta CTU-Recursos da Conta Única Aplicados.

Mês	Aplicações	Resgates	Saldo inicial
Saldo inicial			R\$ 45.901.907,33
Janeiro	R\$ 467.210,76	-R\$ 12.362,00	
Fevereiro	R\$ 442.305,45	-R\$ 356.787,31	
Março	R\$ 397.655,47	R\$ 0,00	
Abril	R\$ 436.282,49	R\$ 0,00	
Maio	R\$ 363.373,32	R\$ 0,00	
Junho	R\$ 433.628,48	R\$ 0,00	
Julho	R\$ 372.942,11	R\$ 0,00	
Agosto	R\$ 407.115,82	R\$ 0,00	
Setembro	R\$ 407.252,85	R\$ 0,00	
Outubro	R\$ 380.153,83	R\$ 0,00	
Novembro	R\$ 393.230,89	-R\$ 746.436,78	
Dezembro	R\$ 406.300,48	-R\$ 91.316,31	
Saldo final			R\$ 49.601.646,88

A seguir destacamos os rendimentos da conta detalhado mês a mês.

Mês	Rendimentos
janeiro	R\$ 464.837,76
fevereiro	R\$ 441.155,45
março	R\$ 373.620,47
abril	R\$ 436.282,49
maio	R\$ 363.373,32
junho	R\$ 419.539,26
julho	R\$ 364.266,11
agosto	R\$ 400.739,82
setembro	R\$ 407.252,85
outubro	R\$ 380.153,83
novembro	R\$ 374.959,89
dezembro	R\$ 400.173,28
	R\$ 4.826.354,53

2. Conta de Estoques - Restrição 302 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB

A conta de estoque da Fundacentro iniciou o ano com um saldo de R\$ 1.002,43 (valor expresso em milhares de reais) e encerrou com um saldo de R\$ R\$ 580,58 (valor expresso em milhares de reais). Em grande parte, essa variação se deu devido a acertos realizados durante o ano em

razão de saldos superavaliados. Saldos que não correspondiam aos estoques reais de almoxarifado das Unidades Gestoras.

Entramos em contato com as UGs e questionamos acerca do tamanho real e valor econômico dos estoques de material de almoxarifado, e assim, descobrimos que em grande parte das Unidades Gestoras, as compras são apenas para consumo imediato não existindo um estoque real de bens.

Portanto, para aquelas UGs das quais obtivemos informação da inexistência de saldo, zeramos os valores nas contas contábeis e orientamos às unidades para efetuar corretamente a liquidação das futuras compras como consumo imediato no SIAFI WEB.

Abaixo, relacionamos em quadro, a existência ou não de almoxarifado conforme informações prestadas pelas próprias unidades.

UG	Possuí estoque de Almoxarifado?
264001	Sim
264002	Não
264003	Não
264004	Não
264005	Sim
264006	Aguardando Retorno
264007	Aguardando Retorno
264008	Sim
264009	Aguardando Retorno
264010	Não
264011	Não
264012	Não
264013	Não
264014	Não

A conta de estoque foi marcada com a restrição 302, essa restrição é relacionada a não entrega ou entrega com atraso, à Contabilidade, dos relatórios de controle de movimentação de bens de estoque em almoxarifado e de bens móveis permanentes, RMA e RMB respectivamente.

3. Contas de Imobilizado e Intangível e conta Ganhos com Incorporação de Ativos - Restrições – 642 FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ. / 643 FALTA/EVOL.INCOMPATÍVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL / Restrição 634 FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓV/IMÓV/INTANG/OUTROS

Muitos bens móveis registrados têm 20 anos ou mais e não possuem arquivo de documentação de compra e muitos sem similares atualmente no mercado por terem uma idade já avançada.

A depreciação dos bens móveis e imóveis e a amortização dos bens intangíveis têm grande importância para atualização sistemática do valor dos bens imobilizados da Fundacentro.

Contudo, a entidade tem um sistema de Patrimônio falho com diversos dados incluídos errados, que não emite relatórios consistentes de depreciação, e além disso, nunca foi criada uma sistemática de registro de bens intangíveis.

Nesse ano, foi realizada uma tentativa de se criar uma sistemática de cálculo de depreciação através de planilha de Excel, contudo a iniciativa não foi bem sucedida pela dificuldade de lidar com número alto de itens (cerca de 20.000) e devido ao relatório de bens de Patrimônio não ser consistente.

Essa tentativa gerou na conta Ganho com Incorporação de Outros Ativos um valor incorporado de R\$ 2,470 milhões.

Em relação a reavaliação de bens móveis, imóveis e intangíveis quanto à recuperabilidade, no momento não existe sistemática na Fundacentro.

Bens Imóveis **R\$ 62.183,36**

(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis **R\$ -1.041,06**

Conta Contábil	Descrição da Conta Contábil	Valor
1.2.3.2.1.01.01	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	R\$ 772.014,27
1.2.3.2.1.01.02	EDIFICIOS	R\$ 47.439.669,58
1.2.3.2.1.01.03	TERRENOS/GLEBAS	R\$ 7.721.881,04
1.2.3.2.1.01.24	SALAS	R\$ 2.856.447,37
1.2.3.2.1.01.26	AUTARQUIAS/FUNDACOES	R\$ 2.589.942,68
1.2.3.2.1.02.01	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	R\$ 17.320,00
1.2.3.2.1.02.28	AUTARQUIAS/FUNDACOES	R\$ 778.113,28
1.2.3.2.1.04.09	GALPOES	R\$ 7.967,18

Intangível

Bens intangíveis **\$ 1.838,95**

(-) Amort. Acumulada Intangíveis **R\$ 269,77**

Conta Contábil	Descrição da Conta Contábil	Valor
1.2.4.1.1.01.01	SOFTWARES	R\$ 1.047.536,11
1.2.4.1.1.01.02	SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	R\$ 735.183,78
1.2.4.1.1.02.00	SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	R\$ 56.185,74

Móveis**R\$ 32.857,35****(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis****R\$ 22.393,95**

Conta Contábil	Descrição da Conta Contábil	Valor
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	R\$ 5.385.133,96
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	R\$ 483.037,89
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MÉDICOS, ODONTO,LAB E HOSP	R\$ 3.435.342,75
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSÕES	R\$ 771,00
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	R\$ 503.305,45
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDÚSTRIAS	R\$ 3.578,00
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	R\$ 333.448,95
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	R\$ 1.991.869,59
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	R\$ 156.904,62
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMÓVEIS	R\$ 6.385,06
1.2.3.1.1.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIÁRIO	R\$ 570,00
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	R\$ 8.539,16
1.2.3.1.1.01.24	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS	R\$ 1.428,54
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	R\$ 100.627,14
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 5.704.357,29
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	R\$ 1.674.069,76
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	R\$ 30.521,56
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	R\$ 5.782.866,29
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	R\$ 509.636,69
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	R\$ 970,00
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	R\$ 2.382.814,77
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	R\$ 95.252,00
1.2.3.1.1.05.01	VEICULOS EM GERAL	R\$ 23.311,61
1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	R\$ 3.059.058,70
1.2.3.1.1.99.01	BENS MOVEIS A ALIENAR	R\$ 651.805,95
1.2.3.1.1.99.02	BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS	R\$ 251.090,02
1.2.3.1.1.99.05	BENS MOVEIS EM TRANSITO	R\$ 9.274,50
1.2.3.1.1.99.07	BENS NAO LOCALIZADOS	R\$ 30.133,64
1.2.3.1.1.99.09	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	R\$ 183.554,77
1.2.3.1.1.99.10	MATERIAL DE USO DURADOURO	R\$ 57.692,62

4. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Ocorreu grande variação na conta, tendo encerrado 2016 com saldo de R\$ 31,456 milhões e o ano de 2017 com o saldo de R\$ 13,780 milhões, uma variação no ano de R\$ 17,675 milhões.

Ocorre que no ano de 2017 os saldos das contas relacionadas na tabela abaixo, foram realocados para contas de controle, tendo sendo excluídos de contas de ativo.

Assim, a variação dessa exclusão do ativo totalizou um valor de R\$ 17,948 milhões.

Conta Contábil	Descrição	Saldo
113410201	CRED A REC DECORRENTE DE PAGTOS INDEVIDOS TCE	R\$ 8.155.029,66
113410208	CRED A REC DECORRENTE DE FALTA/IRREG COMPROVAÇÃO TCE	R\$ 9.793.521,85
		R\$ 17.948.551,51

O saldo da conta Demais créditos e valores a curto prazo também é composto pela conta 13º. salário – adiantamento e pela conta adiantamento de férias que são contas correlacionadas a décimo terceiro a pagar e férias a pagar que serão descritas no item 5 a seguir, e portanto, o controle proposto abaixo irá controlar essas contas também.

5. Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo Restrição 674 – Saldo Alongado

Identificamos nas contas contábeis de folha de pagamento que existem saldos alongados desde 2015. A variação de R\$ 7,120 milhões em obrigações trabalhistas a pagar refere-se principalmente a Décimo Terceiro R\$ 5,489 milhões e férias a pagar R\$ 1,624 milhões. Demonstramos na tabela abaixo.

Conta Contábil	Descrição	2017 (saldo em milhares de reais)	2016 (saldo em milhares de reais)	Variação
211110100	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	20.891,22	13.770,59	7.120,63
211110102	DECIMO TERCEIRO SALARIO A PAGAR	16.695,19	11.205,42	5.489,78
211110103	FERIAS A PAGAR	4.187,74	2.563,26	1.624,48

É necessário nesse próximo ano ajustar os saldos e criar procedimentos de baixa sistemática conforme o princípio de competência, ou seja, conforme são usufruídos os décimos terceiro e as férias a pagar.

6. CONVÊNIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA 674 – Saldo Alongado

As contas de controle de convênios não tem sido atualizadas, não há hoje na Fundacentro área responsável por esse controle. Não há informações para atualização dos dados. Em levantamento verificamos que diversos dos saldos são de muitos anos. E portanto, entendemos que exigem a restrição contábil 674.

Conta contábil	Conta Contábil Origem	Número de Convênio no SIAFI	Saldo SIAFI 31/dez/2018	Data de Lançamento	Histórico SIAFI	Total
811210104 - CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGENERES APROVADOS	199610600	511786	R\$ 36.885,20	27/05/2010	PARECER TECNICO DICON N 01 DE 09/02/2010ASS VITOR ANTONIO G SAPATINI MAT 596679CONCLUSAO	R\$ 36.885,20
811210106 - CONVÊNIOS E INSTR. CONG. EM INADIMP EFETIVA	199610901	511786	R\$ 26.314,80	27/05/2010	PARECER TECNICO DICON N 01 DE 09/02/2010ASS VITOR ANTONIO G SAPATINI MAT 596679CONCLUSAO	R\$ 26.314,80
812210103 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES A APROVAR	199620500	398874	R\$ 266.901,72	12/3/2001 e 10/10/2001	PRESTAÇÃODECONTAS	R\$ 500.000,00
812210103 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES A APROVAR	199620500	402939	R\$ 902.480,58	24/06/2002 e 6/32001	PRESTAÇÃODECONTAS	R\$ 1.199.000,00
812210103 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES A APROVAR	199620500	423600	R\$ 642.085,53	29/09/2005	CI/APRES/ 11468/2005 DE 28/SET/2005 PROC 1638/01	R\$ 642.085,53
812210103 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES A APROVAR	199620500	423616	R\$ 1.360.850,00	24/08/2005	CONFORMECI/APRES 8807/ 2005 FOLHA 967 DO PROC 980/01 VOL II	R\$ 1.360.850,00
812210103 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES A APROVAR	199620500	423814	R\$ 173.195,84	29/09/2005 e 29/04/2002	Prestação de contas	R\$ 716.960,00
812210103 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES A APROVAR	199620500	424028	R\$ 901.254,39	29/09/2005	CI/APRES/ 11505/05 DE 28/SET/05 CONVENIO PROC 1230/01	R\$ 901.254,39
812210105 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES IMPUGNADOS	199620500	368027	R\$ 480.000,00	01/02/2005 e 1/12/2002	Registro de fev/2005 conforme CI/APRES 082/2005 DE 04/01/2005	R\$ 480.000,00
812210105 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES IMPUGNADOS	199620500	373754	R\$ 379.341,62	15/10/2013	FOLHAS 1771 E 1776 DO PROC 523/2007 VOL III	R\$ 379.341,62
812210105 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES	199620500	398874	R\$ 233.098,28	11/01/2005	CI/APRES 082/2005	R\$ 233.098,28

Conta contábil	Conta Contábil Origem	Número de Convênio no SIAFI	Saldo SIAFI 31/dez/2018	Data de Lançamento	Histórico SIAFI	Total
IMPUGNADOS						
812210105 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES IMPUGNADOS	199620500	402939	R\$ 296.519,42	08/10/2004 e 24/2/2003	Registro de fev/2003 DESPACHO AS FL2140IMPUGNACAO e registro de out/2004 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	R\$ 296.519,42
812210105 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES IMPUGNADOS	199620500	423814	R\$ 543.764,16	03/11/2011	PAGINA 36 DO RELATÓRIO DE TCE FLS 539 DO PROC 595/10	R\$ 543.764,16
812210105 - CONVÊNIOS E INSTRUM CONGENERES IMPUGNADOS	199620500	424761	R\$ 945.565,51	10/03/2006	PROC 982/01	R\$ 945.565,51
812210106 - CONVENIO E INSTR CONGENER EM INADIMP EFETIVA	199620400	423600	R\$ 430.274,47	11/01/2005	CI/APRES 082/2005	R\$ 430.274,47
812210106 - CONVENIO E INSTR CONGENER EM INADIMP EFETIVA	199620400	424028	R\$ 736.010,36	08/10/2004 e 26/03/2003	Registro do dia out/2004 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	R\$ 736.010,36

7. Contas 8.1.1.1.1.01.00 EXECUCAO DE GARANTIAS RECEBIDAS NO PAIS / 8.1.1.1.1.01.04 FIANCAS A EXECUTAR / 8.1.1.1.1.01.10 SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR / 8.1.1.1.1.01.11 SEGUROS-GARANTIA EM EXECUCAO / 8.1.1.1.1.01.13 CAUCAO A EXECUTAR Restrição contábil 674 - Saldo alongado

Em tentativa de realizar acerto nas contas de garantias contratuais elaboramos a planilha abaixo com os valores registrados no SIAFI, contudo até o momento não foi possível a finalização do ajuste, a Contabilidade depende de informações que não se encontram no setor. Em grande maioria os valores de garantias abaixo, se referem a contratos já encerrados.

Após a solução dessas contas temos como planejamento verificar os saldos de contratos.

CNPJ	Empresa	BALANCETE SIAFI	conta	descrição da conta
00000000264001	FUNDACENTRO - FUND.JORGE DUPRAT/CTN/SEDE - SP	R\$ 1.712,73	811110110	seguro garantia a executar
00351210000124	PERKINELMER DO BRASIL LTDA.	R\$ 233,17	811110110	seguro garantia a executar
00351210000124	PERKINELMER DO BRASIL LTDA.	R\$ 1.825,92	811110113	caução a executar
00482840000138	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	R\$ 15.571,84	218810402	caução CP
00482840000138	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	R\$ 1.710.819,07	811110110	seguro garantia a executar
00567892000107	VISOMES COMERCIAL METROLOGICA LTDA - EPP	R\$ 15,50	811110110	seguro garantia a executar
00604122000197	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	R\$ 6.015,00	811110104	fianças a executar
00604122000197	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	R\$ 12.030,00	811110110	seguro garantia a executar
00710799000100	ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA	R\$ 9.381,30	811110110	seguro garantia a executar
00772763000150	AACS TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 72.809,55	811110104	fianças a executar
01127357000106	SAS INSTITUTE BRASIL LTDA	R\$ 78,72	228810402	caução LP
01537699000196	CENTRO AUTOMOTIVO GAMA LTDA - ME	R\$ 3.398,87	228810402	caução LP
01537699000196	CENTRO AUTOMOTIVO GAMA LTDA - ME	R\$ 189,75	811110113	caução a executar
01812762000155	PRESSIGRAF COMERCIO E SERVICOS GRAFICOS LTDA - EPP	R\$ 690,00	811110110	seguro garantia a executar
01827447000100	ORBE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	R\$ 141.860,64	811110113	caução a executar
02041460000193	BRASIL TELECOM COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA.	R\$ 193,98	811110113	caução a executar
02558157000162	TELEFONICA BRASIL S.A.	R\$ 44.712,00	811110110	seguro garantia a executar
02558157000162	TELEFONICA BRASIL S.A.	R\$ 5.343,28	811110113	caução a executar
02865909000138	WORKING PLUS COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 6.780,00	811110104	fianças a executar
03037698000108	UNICA SEGUARANCA PATRIMONIAL LTDA	R\$ 109.826,39	811110110	seguro garantia a executar
03143862000161	EMPREITEC CONSTRUCOES E MANUTENCOES LTDA - EPP	R\$ 1.587,37	811110104	fianças a executar
03143862000161	EMPREITEC CONSTRUCOES E MANUTENCOES LTDA - EPP	R\$ 750,00	811110113	caução a executar
03257467000100	E SANTOS VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI	R\$ 32.906,54	811110104	fianças a executar
03257467000100	E SANTOS VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI	R\$ 25.582,09	811110110	seguro garantia a executar
03257467000100	E SANTOS VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI	R\$ 8.545,58	811110113	caução a executar
03265996000155	TRANSEGUR - SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES	R\$ 64.097,25	811110110	seguro garantia a executar
03290250000100	AGILENT TECHNOLOGIES BRASIL LTDA	R\$ 5.800,94	811110110	seguro garantia a executar
03328305000115	CLARITY SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - EPP	R\$ 732,50	228810402	caução LP

CNPJ	Empresa	BALANCETE SIAFI	conta	descrição da conta
03476184000159	NETSAFE CORP LTDA	R\$ 6.658,30	811110110	seguro garantia a executar
03476184000159	NETSAFE CORP LTDA	R\$ 2.127,41	811110111	Seguro Garantia Em execução
03619767000191	TORINO INFORMATICA LTDA..	R\$ 24.440,00	811110110	seguro garantia a executar
03694958000118	VELLONI COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA	R\$ 1.221,48	228810402	caução LP
03951766000140	W P SISTEMAS REPROGRAFICOS E IMPRESSAO LTDA - EPP	R\$ 16.582,71	811110110	seguro garantia a executar
04078456000125	SOPHO BUSINESS COMMUNICATIONS - SOLUCOES EMPRESARIA	R\$ 1.449,20	811110110	seguro garantia a executar
04457561000175	RODROLI SERVICOS EIRELI - EPP	R\$ 15.245,45	811110110	seguro garantia a executar
04972602000161	EQUUS COMPUTADORES E PERIFERICOS LTDA - EPP	R\$ 14,83	228810402	caução LP
05209385000115	ELEVADORES SAO PAULO LTDA - EPP	R\$ 1.200,00	228810402	caução LP
05423963000111	OI MOVEI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	R\$ 14.454,82	218810402	caução CP
05449286000100	SUL BRASIL SEGURANCA PRIVADA - EIRELI	R\$ 8.866,60	811110104	fianças a executar
05449286000100	SUL BRASIL SEGURANCA PRIVADA - EIRELI	R\$ 33.610,22	811110110	seguro garantia a executar
05508623000193	VISUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	R\$ 2.000,00	811110110	seguro garantia a executar
05578632000150	SAFETY VIEW ELETRONICA LTDA - EPP	R\$ 2.092,45	811110110	seguro garantia a executar
05969672000123	UNA MARKETING DE EVENTOS LTDA	R\$ 76.157,57	811110110	seguro garantia a executar
05989242000173	MULTIMICROS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 711,00	228810402	caução LP
06137042000155	COMPUADD DO BRASIL INDÚSTRIA DE INFORMATICA LTDA -	R\$ 51,64	228810402	caução LP
06137042000155	COMPUADD DO BRASIL INDÚSTRIA DE INFORMATICA LTDA	R\$ 10.375,00	811110110	seguro garantia a executar
06946041000151	ALERTA SECURITY SOLUTIONS INFORMATICA LTDA	R\$ 218,19	218810402	caução CP
06946041000151	ALERTA SECURITY SOLUTIONS INFORMATICA LTDA	R\$ 244,12	228810402	caução LP
06946041000151	ALERTA SECURITY SOLUTIONS INFORMATICA LTDA	R\$ 3.792,79	811110113	caução a executar
07447107000121	CR 5 BRASIL SEGURANCA LTDA	R\$ 95.293,80	811110110	seguro garantia a executar
07475870000166	EXLBR TECNOLOGIA SOLUCOES E SERVICOS EIRELI -	R\$ 21.479,40	218810402	caução CP
07724269000160	EMPREITEIRA GROTTTO LTDA - EPP	R\$ 1.416,00	811110110	seguro garantia a executar
07868948000102	DIONEX BRASIL INSTRUMENTOS CIENTIFICOS LTDA.	R\$ 0,80	811110110	seguro garantia a executar
08162032000103	ENGESSET - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S/A	R\$ 9.905,85	811110110	seguro garantia a executar
08165946000110	LISERVE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LT	R\$ 9.673,87	811110104	fianças a executar
08165946000110	LISERVE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LT	R\$ 22.885,14	811110110	seguro garantia a executar
08538011000131	DIAMOND SERVICE LTDA	R\$ 3.696,72	811110110	seguro garantia a executar
09032626000235	AGFA HEALTHCARE BRASIL IMPORTACAO E SERVICOS LTDA.	R\$ 832,47	228810402	caução LP
09032626000235	AGFA HEALTHCARE BRASIL IMPORTACAO E SERVICOS LTDA.	R\$ 873,11	811110113	caução a executar
10364152000127	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	R\$ 26.677,32	811110110	seguro garantia a executar
10364152000208	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	R\$ 12.602,95	811110111	Seguro Garantia Em execução

CNPJ	Empresa	BALANCETE SIAFI	conta	descrição da conta
10928126000184	REAK SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	R\$ 3.717,50	228810402	caução LP
10928126000184	REAK SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	R\$ 52.335,23	811110104	fianças a executar
10928126000184	REAK SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	R\$ 24.594,26	811110110	seguro garantia a executar
11170748000159	INOVHA IT SEGURANCA & INFORMATICA EIRELI - EPP	R\$ 10.684,00	811110110	seguro garantia a executar
11777162000157	BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.	R\$ 318.624,47	811110110	seguro garantia a executar
13493439000145	CECILIA DO CARMO RIBEIRO	R\$ 212,47	811110113	caução a executar
13682207000135	VIP SUL SERVICOS E TERCEIRIZACAO LTDA - ME	R\$ 79.979,46	811110104	fianças a executar
13682207000135	VIP SUL SERVICOS E TERCEIRIZACAO LTDA - ME	R\$ 252.727,90	811110110	seguro garantia a executar
15077313000115	CARLOS RAPHAEL DO VALLE EIRELI - ME	R\$ 1.300,00	811110110	seguro garantia a executar
15233108000100	FERNANDO HENRIQUE RECHE EIRELI	R\$ 6.576,00	811110110	seguro garantia a executar
17036710000174	INSTRUQUAL CALIBRACAO E MANUTENCAO EM EQUIPAMENTOS	R\$ 684,00	811110110	seguro garantia a executar
17073550000133	FACTH SERVICOS TECNICOS E CONSERVACAO LTDA - EPP	R\$ 11.122,50	811110110	seguro garantia a executar
18342807000178	MESO TELECOMUNICACOES E SISTEMAS LTDA - ME	R\$ 559,00	218810402	caução CP
19984892000130	POIATE & MONTOSA LTDA - EPP	R\$ 47.680,25	811110110	seguro garantia a executar
21213891000134	ENGTECH CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA - EPP	R\$ 66.060,83	811110110	seguro garantia a executar
21246699000144	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.	R\$ 18.238,58	811110104	fianças a executar
21246699000144	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.	R\$ 43.311,36	811110110	seguro garantia a executar
21899212000122	RQ ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA - ME	R\$ 2.832,00	811110113	caução a executar
33164021000100	TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.	R\$ 2.204,16	811110104	fianças a executar
33402892000106	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS ABNT	R\$ 37,30	218810402	caução CP
33402892000106	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS ABNT	R\$ 445,92	228810402	caução LP
35996800000199	CENTERMAQ COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP	R\$ 1.095,00	811110113	caução a executar
43159086000102	OFICINA MECANICA DE COMPRESSORES DE AR ARANTES LTDA	R\$ 600,00	811110110	seguro garantia a executar
43448117000145	SEC FIGUEIREDO LTDA - EPP	R\$ 3.000,00	811110110	seguro garantia a executar
49953581000175	PLURI SERVICOS LTDA	R\$ 1.462.543,97	811110104	fianças a executar
55905350000199	PAINEIRAS LIMPEZA E SERVICOS GERAIS LTDA	R\$ 44.512,69	811110110	seguro garantia a executar
56711567000120	PRIUS - COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E INSTALACO	R\$ 3.599,95	811110110	seguro garantia a executar
56941180000160	COMTEC CENTER COMERCIAL LTDA	R\$ 21.327,50	228810402	caução LP
56941180000160	COMTEC CENTER COMERCIAL LTDA	R\$ 1.372,50	811110113	caução a executar
56977937000176	RCA SERVICOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA - EPP	R\$ 4.924,45	811110110	seguro garantia a executar
60902939000173	BRASANITAS EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COM L	R\$ 157.239,66	811110110	seguro garantia a executar
61074175000138	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	R\$ 2,00	811110110	seguro garantia a executar
61304069000101	KON TATO COMERCIAL LTDA - EPP	R\$ 596,40	811110110	seguro garantia a executar

CNPJ	Empresa	BALANCETE SIAFI	conta	descrição da conta
66700295000117	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	R\$ 223.286,99	811110110	seguro garantia a executar
66849308000114	GERO COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	R\$ 30,25	218810402	caução CP
66849308000114	GERO COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	R\$ 622,19	811110110	seguro garantia a executar
67774679000147	NOVA ANALITICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	R\$ 853,80	811110104	fianças a executar
72024599000104	OFOS - TECNOLOGIA, COMERCIO E SERVICOS CONTRA INCEN	R\$ 6.112,41	811110110	seguro garantia a executar
84968874000127	ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA	R\$ 1.158,30	811110110	seguro garantia a executar
84968874000127	ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA	R\$ 1.158,30	811110113	caução a executar
87389086000174	PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO S/S LTDA	R\$ 47,51	218810402	caução CP
87389086000174	PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO S/S LTDA	R\$ 82,00	228810402	caução LP
92232081000173	PROCESSOR INFORMATICA S.A.	R\$ 8.890,00	811110104	fianças a executar
96669460000186	IMATEC IMAGEM E TECNOLOGIA LTDA	R\$ 1.158,30	811110110	seguro garantia a executar
96669460000186	IMATEC IMAGEM E TECNOLOGIA LTDA	R\$ 3.025,00	811110113	caução a executar

8. Demais restrições Contábeis

315 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO

A conformidade de gestão é importante para a identificação de erros com maior tempestividade, e para melhoria de procedimentos.

O registro da Conformidade dos Registros de Gestão é de responsabilidade de servidor formalmente designado pelo Titular da Unidade Gestora Executora, o próprio SIAFI enviar mensagem sobre a falta de conformidade de gestão da respectiva Gestora Executora.

Contudo, com frequência, nas UGs da Fundacentro identificamos movimentos nos quais não foi realizada a conformidade de gestão.

Foram elaborados manuais básicos com ampla divulgação via comunicado da DAF/COF com orientações e atribuições dos Ordenadores de Despesas - Chefes de UD's/ Substitutos e sobre as responsabilidades, conforme a legislação vigente.

8.7 Balanço Patrimonial

8.6 Balanço Patrimonial

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ORGÃO SUPERIOR	40000 - MINISTERIO DO TRABALHO

EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	07/03/2018

VALORES EM MILHARES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	64.507,11	78.439,10	PASSIVO CIRCULANTE	20.978,51	13.811,50
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.145,54	45.980,04	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	20.891,22	13.770,59
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	13.780,99	31.456,62	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	33,92	21,16
Estoques	580,58	1.002,43	Demais Obrigações a Curto Prazo	53,37	19,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	73.174,83	75.770,48	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	42,40	55,75
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	11,00	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	11,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	4,74	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	4,74	Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	4,74	Demais Obrigações a Longo Prazo	42,40	55,75
Imobilizado	71.605,70	74.227,50	Resultado Diferido	-	-
Bens Móveis	10.463,41	13.430,10	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	21.020,91	13.867,25
Bens Móveis	32.857,35	34.729,16	-		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-22.393,95	-21.299,06	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Bens Imóveis	61.142,30	60.797,40	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Bens Imóveis	62.183,36	61.035,57	Reservas de Capital	7,53	7,53
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.041,06	-238,17	Resultados Acumulados	116.653,50	140.334,79
Intangível	1.569,13	1.527,24	Resultado do Exercício	2.470,18	4.955,88
Softwares	1.569,13	1.527,24	Resultados de Exercícios Anteriores	140.334,79	135.405,28
Softwares	1.838,91	1.797,02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-26.151,47	-26,37
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-269,78	-269,78	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	116.661,03	140.342,32
TOTAL DO ATIVO	137.681,94	154.209,58	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	137.681,94	154.209,58

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	
ATIVO	50.145,54	45.980,04	PASSIVO FINANCEIRO	4.694,14	4.888,04	
FINANCEIRO						
ATIVO PERMANENTE	87.536,40	108.229,53	PASSIVO PERMANENTE	4.694,14	4.888,04	
			SALDO PATRIMONIAL	112.081,82	135.548,31	

Quadro de
Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5.722,70	5.165,82	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.182,10	7.679,81
Execução dos Atos Potenciais Ativos	5.722,70	5.165,82	Execução dos Atos Potenciais Passivos	9.182,10	7.679,81
Garantias e Contra garantias Recebidas a Executar	5.681,23	5.124,34	Garantias e Contra garantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	57,55	-
Direitos Contratuais a Executar	41,48	41,48	Obrigações Contratuais a Executar	9.124,55	7.679,81
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	5.722,70	5.165,82	TOTAL	9.182,10	7.679,81

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.764,76
Recursos Vinculados	48.216,16
Operação de Crédito	0,62
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	48.215,54
TOTAL	45.451,40

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	40000 - MINISTERIO DO TRABALHO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	07/03/2018
VALORES EM MILHARES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	125.398,92	120.684,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	81,25	204,04
Venda de Mercadorias	11,89	13,78
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	69,36	190,26
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.826,35	5.309,44
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4.826,35	5.309,44
Transferências e Delegações Recebidas	116.824,63	112.500,54
Transferências Intragovernamentais	116.793,80	111.345,04
Outras Transferências e Delegações Recebidas	30,82	1.155,50
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.285,88	2.592,21
Reavaliação de Ativos	879,57	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.405,98	2.589,94
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,33	2,27
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	380,81	78,05
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	380,81	78,05
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	122.928,74	115.728,40
Pessoal e Encargos	55.582,39	55.731,01
Remuneração a Pessoal	45.088,01	46.461,10
Encargos Patronais	8.839,66	7.446,22
Benefícios a Pessoal	1.654,72	1.823,69
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33.717,51	30.401,65
Aposentadorias e Reformas	29.876,23	27.169,48
Pensões	3.840,65	3.229,15
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,63	3,03
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	24.884,94	21.313,09
Uso de Material de Consumo	1.028,12	1.095,22
Serviços	20.971,12	20.016,58
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.885,70	201,30
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	91,56	-
Juros e Encargos de Mora	91,56	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.788,94	7.450,09
Transferências Intragovernamentais	6.273,29	5.233,86
Outras Transferências e Delegações Concedidas	515,66	2.216,24
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.118,17	9,83
Perdas Involuntárias	41,58	-
Incorporação de Passivos	-	9,83
Desincorporação de Ativos	1.076,59	-
Tributárias	47,12	20,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34,47	16,51
Contribuições	12,66	3,86
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	698,11	802,35
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	698,11	802,35
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.470,18	4.955,88

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ORGÃO SUPERIOR	40000 - MINISTERIO DO TRABALHO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	07/03/2018
VALORES EM MILHARES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.984,84	2.984,84	5.288,42	2.303,58
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	2.853,42	2.853,42	4.826,35	1.972,93
Valores Mobiliários	2.853,42	2.853,42	4.826,35	1.972,93
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	131,42	131,42	81,25	-50,17
Serviços Administrativos e Comerciais	131,42	131,42	81,25	-50,17
Gerais	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	380,81	380,81
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	380,81	380,81
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.984,84	2.984,84	5.288,42	2.303,58
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.984,84	2.984,84	5.288,42	2.303,58
DEFICIT			106.814,06	106.814,06
TOTAL	2.984,84	2.984,84	112.102,48	109.117,64
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	107.778,67	115.483,10	111.840,07	108.037,48	108.035,34	3.643,04
Pessoal e Encargos Sociais	81.068,30	88.772,73	85.788,85	85.788,85	85.788,85	2.983,88
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.710,37	26.710,37	26.051,21	22.248,63	22.246,49	659,16
DESPESAS DE CAPITAL	4.111,30	4.111,30	262,41	81,22	81,22	3.848,89
Investimentos	4.111,30	4.111,30	262,41	81,22	81,22	3.848,89
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	111.889,97	119.594,40	112.102,48	108.118,70	108.116,56	7.491,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	111.889,97	119.594,40	112.102,48	108.118,70	108.116,56	7.491,92
TOTAL	111.889,97	119.594,40	112.102,48	108.118,70	108.116,56	7.491,92

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	205,71	2.864,05	2.461,68	2.461,68	551,96	56,12
Outras Despesas Correntes	205,71	2.864,05	2.461,68	2.461,68	551,96	56,12
DESPESAS DE CAPITAL	823,53	900,73	1.083,97	1.083,97	100,97	539,32
Investimentos	823,53	900,73	1.083,97	1.083,97	100,97	539,32
TOTAL	1.029,24	3.764,77	3.545,65	3.545,65	652,93	595,43

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	17,67	1,05	0,89	-	17,83
Outras Despesas Correntes	17,67	1,05	0,89	-	17,83
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
TOTAL	17,67	1,05	0,89	-	17,83

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	40000 - MINISTERIO DO TRABALHO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	07/03/2018
VALORES EM MILHARES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	5.288,42	5.591,53	Despesas Orçamentárias	112.102,48	106.119,00
Ordinárias	380,81	78,07	Ordinárias	94.229,97	87.208,92
Vinculadas	4.907,61	5.513,71	Vinculadas	17.872,51	18.910,07
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.907,61	5.513,71	Seguridade Social (Exceto RGPS)	14.906,91	13.885,02
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-0,01	-0,24	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.965,60	5.025,05
Transferências Financeiras Recebidas	116.793,80	111.345,04	Transferências Financeiras Concedidas	6.273,29	5.233,86
Resultantes da Execução Orçamentária	113.323,01	106.111,16	Resultantes da Execução Orçamentária	5.436,37	4.692,61
Repasse Recebido	107.915,70	101.418,55	Repasse Concedido	29,06	
Sub-repasse Recebido	5.407,31	4.692,61	Sub-repasse Concedido	5.407,31	4.692,61
Independentes da Execução Orçamentária	3.470,79	5.233,89	Independentes da Execução Orçamentária	836,91	541,25
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.470,77	5.233,87	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	456,10	463,18
Movimentação de Saldos Patrimoniais	0,02	0,02	Movimento de Saldos Patrimoniais	380,81	78,07
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extra orçamentários	4.047,24	3.788,31	Despesas Extra orçamentárias	3.588,20	5.619,70
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2,14	1,05	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	0,89	820,19
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.983,78	3.764,77	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.545,65	4.762,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	61,31	22,49	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	41,66	37,34
Outros Recebimentos Extra orçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extra orçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	45.980,04	42.227,71	Saldo para o Exercício Seguinte	50.145,54	45.980,04
Caixa e Equivalentes de Caixa	45.980,04	42.227,71	Caixa e Equivalentes de Caixa	50.145,54	45.980,04
TOTAL	172.109,50	162.952,59	TOTAL	172.109,50	162.952,59

TÍTULO **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS**
 SUBTÍTULO 37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
 ORGÃO
 SUPERIOR 40000 - MINISTERIO DO TRABALHO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 07/03/2018
 VALORES EM MILHARES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	5.330,68	7.439,61
INGRESSOS	122.143,54	116.959,06
Receitas Derivadas e Originárias	5.288,42	5.591,53
Receita de Serviços	81,25	204,04
Remuneração das Disponibilidades	4.826,35	5.309,44
Outras Receitas Derivadas e Originárias	380,81	78,05
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	116.855,12	111.367,53
Ingressos Extra orçamentários	61,31	22,49
Transferências Financeiras Recebidas	116.793,80	111.345,04
DESEMBOLSOS	-116.812,85	-109.519,45
Pessoal e Demais Despesas	-101.563,46	-96.684,08
Previdência Social	-35.158,06	-30.275,46
Trabalho	-66.405,40	-66.408,62
Transferências Concedidas	-8.934,45	-7.564,17
Intragovernamentais	-8.934,45	-7.564,17
Outros Desembolsos das Operações	-6.314,94	-5.271,19
Dispêndios Extra orçamentários	-41,66	-37,34
Transferências Financeiras Concedidas	-6.273,29	-5.233,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.165,18	-3.687,27
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.165,18	-3.687,27
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.094,05	-2.650,41
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-71,13	-1.036,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.165,50	3.752,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	45.980,04	42.227,71
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	50.145,54	45.980,04

8.8 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos e Obrigações com o Dispositivo no Art. 5 da Lei nº 8.888/1993.

Tabela 7.4.1 - Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
024/2013	SMO	Fornecimento de gás natural canalizado	Inexigibilidade	265/2013	Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	61.856.571/0001-17	R\$ 450,00	R\$ 5.400,00	10/12/2013	09/12/2018	III - Prestação de serviços
001/2015	SAA	Prestação de serviços de digitalização e guarda de documentos	Pregão	385/2014	Imatec Imagem e Tecnologia Ltda.	96.669.460/0001-86	R\$ 6.601,05	R\$ 79.212,56	16/04/2016	15/04/2017	III - Prestação de serviços
002/2016	RBSO	Prestação de serviço técnico especializado de editoração sob demanda	Pregão	691/2015	Tikinet Edição Ltda. - EPP	15.267.097/0001-70	R\$ 5.995,00	R\$ 71.940,00	27/07/2016	26/07/2017	III - Prestação de serviços
014/2014	SAA	Prestação de serviços de manutenção para a frota de veículos oficiais	Pregão	092/2014	Centro Automotivo Gama Ltda. - ME	01.537.699/0001-96	R\$ 5.981,05	R\$ 71.772,61	24/09/2016	23/09/2017	III - Prestação de serviços
013/2015	SGr	Coleta, transporte e destinação final de resíduos gráficos	Pregão	223/2015	Marcos César Riquena Consultoria - ME	21.899.212/0001-22	R\$ 5.263,09	R\$ 63.157,09	16/11/2016	15/11/2017	III - Prestação de serviços
006/2016	CAd	Prestação de serviços de frete e despacho aduaneiro	Pregão	348/2015	Sec Figueiredo Ltda. - EPP	43.448.117/0001-45	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00	05/04/2016	04/04/2017	III - Prestação de serviços
007/2013	SIn	Prestação de serviços continuados de link lan-to-lan 100MBPS fibra ótica com redundância para interligar o CTN ao NARA/ANSP/TERRE MARK - NAP do Brasil	Pregão	707/2012	Telefônica Brasil S/A	02.558.157/0001-62	R\$ 4.944,59	R\$ 59.335,10	28/03/2016	27/03/2017	III - Prestação de serviços
004/2016	CHT	Prestação de serviços de manutenção do equipamento de espectrometria de plasma induzido acoplado a espectrômetro de massa - ICP-MS	Inexigibilidade	530/2015	Agilent Technologies Brasil Ltda.	03.290.250/0001-00	R\$ 4.648,99	R\$ 55.787,88	05/04/2016	04/04/2017	III - Prestação de serviços

Tabela 7.4.1 - Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
022/2014	SIn	Renovação de licença de antivírus corporativo	Pregão	344/2014	Netsafe Corp Ltda.	03.476.184/0001-59	R\$ 3.900,26	R\$ 46.803,11	01/12/2016	30/11/2017	III - Prestação de serviços
015/2015	SIn	Prestação de serviços com renovação de licenças e serviços de segurança lógica: antispam e antiphishing	Pregão	225/2015	Alerta Security Solutions Informática Ltda. - EPP	06.946.041/0001-51	R\$ 3.524,32	R\$ 42.291,83	16/12/2016	16/12/2017	III - Prestação de serviços
014/2015	SGr	Prestação de serviços de manutenção das máquinas gráficas	Pregão	368/2015	MSE Tecnologia Digital Eireli - EPP	14.255.730/0001-48	R\$ 3.466,00	R\$ 41.592,00	09/12/2015	08/12/2016	III - Prestação de serviços
010/2011	SIn	Renovação de licenças de software do equipamento UTM SONICWALL NSA 3500, bem como a prestação de serviços de suporte técnico	Pregão	483/2011	Alerta Security Solutions Informática Ltda.	06.946.041/0001-51	R\$ 3.266,32	R\$ 39.195,86	27/12/2015	26/12/2016	III - Prestação de serviços
006/2014	SMO	Prestação de serviços de manutenção do sistema da central de telefonia	Inexigibilidade	500/2013	Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda.	04.078.456/0001-25	R\$ 2.990,51	R\$ 35.886,07	09/03/2016	08/03/2017	III - Prestação de serviços
004/2014	SSU	Prestação de serviços de distribuição e publicidade legal impressa e/ou eletrônica dos atos da FUNDACENTRO	Inexigibilidade	564/2013	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	09.168.704/0001-42	R\$ 2.833,33	R\$ 34.000,00	17/04/2016	17/04/2017	III - Prestação de serviços
001/2012	CAd	Prestação de serviços de publicação no D.O.U	Inexigibilidade	058/2012	Imprensa Nacional	04.196.645/0001-00	R\$ 2.530,83	R\$ 30.370,00	02/05/2016	01/05/2017	III - Prestação de serviços
019/2016	SMO	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da cabine primária do CTN	Pregão	0734/2016	Empreiteira Grotto Ltda. - EPP	07.724.269/0001-60	R\$ 2.360,00	R\$ 28.320,00	06/12/2016	05/12/2017	III - Prestação de serviços

Tabela 7.4.1 Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
024/2014	SIn	Fornecimento de licenças e segurança lógica (firewall, controle de conteúdo e VPN)	Pregão	395/2014	Alerta Security Solutions Informática Ltda. - EPP	06.946.041/0001-51	R\$ 2.262,81	R\$ 54.307,50	04/12/2016	03/12/2017	III - Prestação de serviços
016/2016	SRI	Contratação de serviços de produção de vídeo institucional, criação e produção de programas de rádio web (podcast) e roteirização e locução para vídeos	Pregão	0309/2016	Carlos Raphael do Valle Eireli - ME	15.077.313/0001-15	R\$ 2.166,67	R\$ 26.000,00	07/12/2016	06/12/2017	III - Prestação de serviços
011/2015	SAA	Aquisição de serviço móvel pessoal (SMP), com fornecimento de Sim Cards (chips)	Pregão	476/2015	Telefônica Brasil S/A	02.558.157/0001-62	R\$ 1.646,90	R\$ 9.881,40	04/11/2016	03/05/2017	III - Prestação de serviços
013/2013	SME	Prestação de serviços de manutenção do sistema de digitalização de imagem	Inexigibilidade	512/2012	Agfa Healthcare Brasil Importação e Serviços Ltda.	09.032.626/0002-35	R\$ 1.520,49	R\$ 18.245,87	07/10/2016	06/10/2017	III - Prestação de serviços
008/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de medição e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	252/2016	Gero Comércio e Serviços Ltda.	66.849.308/0001-14	R\$ 1.036,98	R\$ 12.443,76	23/09/2016	22/09/2017	III - Prestação de serviços
006/2015	DTE	Prestação de serviços de manutenção do sistema de geração e tratamento de ar comprimido	Pregão	441/2014	Oficina Mecânica de Compressores de Ar Arantes Ltda.	43.159.086/0001-02	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00	20/08/2016	19/08/2017	III - Prestação de serviços
014/2016	SME	Manutenção preventiva do aparelho de raios-X do Serviço de Medicina.	Pregão	0774/2016	KON TATO COMERCIAL LTDA. - EPP	61.304.069/0001-01	R\$ 999,00	R\$ 11.928,00	17/11/2016	16/11/2017	III - Prestação de serviços
010/2014	SDB	Prestação de serviços especializados de visualização, atualização, impressão e gerenciamento de coleção de normas técnicas ABNT, Mercosul e internacionais via web	Inexigibilidade	573/2013	Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	33.402.892/0001-06	R\$ 753,52	R\$ 9.042,26	05/05/2016	04/05/2017	III - Prestação de serviços

Tabela 7.4.1 - Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
011/2013	SDB	Prestação de serviços de manutenção do leitor e copiador de microficha e microfilme	Pregão	188/2012	Multimicros Comércio e Serviços de Informática Ltda.	05.989.242/0001-73	R\$ 592,50	R\$ 7.110,00	03/04/2016	02/04/2017	III - Prestação de serviços
009/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de mediação e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	254/2016	Instruqual Representação, Calibração e Assistência Técnica em Equipamentos de Medição Laboratorial e Industrial Ltda.	17.036.710/0001-74	R\$ 570,00	R\$ 6.840,00	28/08/2016	27/08/2017	III - Prestação de serviços
009/2014	SIn	Prestação de serviços de manutenção do nobreak sinus triphases	Inexigibilidade	443/2013	GL Eletro-Eletrônicos Ltda.	52.618.139/0030-31	R\$ 479,21	R\$ 5.750,51	04/04/2016	03/04/2017	III - Prestação de serviços
010/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de mediação e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	253/2016	Visomes Comercial Metrológica Ltda. - EPP	00.567.892/0001-07	R\$ 310,00	R\$ 310,00	23/09/2016	22/09/2017	III - Prestação de serviços
004/2013	SIS	Prestação de serviços de monitoração e controle dosimétrico	Dispensa	063/2012	Pro-Rad Consultores em Radioproteção S/S Ltda.	87.389.086/001-74	R\$ 172,69	R\$ 2.072,24	01/04/2016	31/03/2017	III - Prestação de serviços
		Contratação de serviço avulso de manutenção preventiva no espectrômetro de absorção atômica	Dispensa	443/2016	PerkinElmer do Brasil Ltda	00.351.210/0001-24	R\$ 7.780,00				III - Prestação de serviços
023/2014	SAA	Fornecimento de sistema de monitoramento por vídeo, controle de catracas eletrônicas e portão automático	Pregão	300/2014	Inovha System Tecnologia em Informática Ltda. - EPP	11.170.748/0001-59	R\$ 7.400,00	R\$ 88.800,00	13/11/2016	12/11/2017	I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1031/2016	Solaris Teleinformática Ltda	11.099.588/0001-07	R\$ 7.412,90				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de Café torrado e moído	Pregão	082/2017	Micron Gêneros Alimentícios	11.517.200/0001-32	R\$ 5.400,00				I - Fornecimento de bens
		Serviço avulso de manutenção e qualificação das capelas COMTEC	Pregão	102/2016	F.F.Controle e Certificação Ltda.	03.089.876/0001-44	R\$ 3.694,00				III - Prestação de serviços
		Contratação de Serviços de calibração de dosímetro de ruído	Dispensa	155/2016	Almont do Brasil Com. Representação Ltda.	01.236.739/0001-60	R\$ 3.680,00				III - Prestação de serviços

Tabela 7.4.2.1 - Contratos do CTN Abaixo de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
015/2016	SEE	Contratação de serviços de renovação da licença do software de análise estatística SAS versão 9.20 com as unidades: BASE, STAT, GRAPHS e ACCESS e suporte técnico	Pregão	0399/2016	Tech Solutions Soluções em Gestão e Tecnologia da Informação Ltda. - ME	10.517.288/0001-20	R\$ 1.822,50	R\$ 22.590,00	19/12/2016	18/12/2017	I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1029/2016	Star Networks Com. Eletro Eletrôn.Ltda.-EPP	11.420.095/0001-19	R\$ 1.440,00				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1034/2016	DWL Com. Servs. De Informática Ltda - ME	13.347.993/0001-14	R\$ 960,00				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1033/2016	BG Comércio e Materiais Eirelli - ME	24.101.048/0001-14	R\$ 260,08				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1032/2016	Cook Energia e Telec., Com. e Ind. Ltda - ME	10.645.411/0001-98	R\$ 184,73				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1030/2016	Lan Tecnologia Redes Ltda	18.680.580/0001-70	R\$ 72,39				I - Fornecimento de bens

Quadro 7.4.2 - Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
023/2014	SAA	Fornecimento de sistema de monitoramento por vídeo, controle de catracas eletrônicas e portão automático	Pregão	300/2014	Inovha System Tecnologia em Informática Ltda. - EPP	11.170.748/0001-59	R\$ 7.400,00	R\$ 88.800,00	13/11/2016	12/11/2017	I - Fornecimento de bens
016/2013	SGr	Locação de imóvel para instalação do Parque Gráfico	Dispensa	410/2013	Élcio Coronato	006.767.789-32	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00	01/11/2016	31/10/2017	II - Locação
015/2016	SEE	Contratação de serviços de renovação da licença do software de análise estatística SAS versão 9.20 com as unidades: BASE, STAT, GRAPHS e ACCESS e suporte técnico	Pregão	0399/2016	Tech Solutions Soluções em Gestão e Tecnologia da Informação Ltda. - ME	10.517.288/0001-20	R\$ 1.822,50	R\$ 22.590,00	19/12/2016	18/12/2017	I - Fornecimento de bens
019/2013	SMO	Fornecimento de água potável e tratamento de esgoto	Inexigibilidade	293/2013	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	43.776.517/0001-80	R\$ 27.928,28	1675696,8	21/10/2013	20/10/2018	III - Prestação de serviços
015/2013	SMO	Fornecimento de energia elétrica para o CTN	Inexigibilidade	268/2013	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A	61.695.227/0001-93	R\$ 14.455,18	R\$ 173.462,16	02/12/2013	01/12/2018	III - Prestação de serviços
010/2011	SIn	Renovação de licenças de software do equipamento UTM SONICWALL NSA 3500, bem como a prestação de serviços de suporte técnico	Pregão	483/2011	Alerta Security Solutions Informática Ltda.	06.946.041/0001-51	R\$ 3.266,32	39195,86	27/12/2015	26/12/2016	III - Prestação de serviços
001/2012	CAAd	Prestação de serviços de publicação no D.O.U	Inexigibilidade	058/2012	Imprensa Nacional	04.196.645/0001-00	R\$ 2.530,83	R\$ 30.370,00	02/05/2016	01/05/2017	III - Prestação de serviços
004/2015	DAF	Prestação de serviços de apoio administrativo, operacional e técnico para o CTN e Regionais	Pregão	758/2014	Liderança Limpeza e Conservação Ltda.	00.482.840/0001-38	R\$ 850.798,97	10209587,65	05/05/2016	04/05/2017	III - Prestação de serviços

Quadro 7.4.2 - Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
004/2013	SIS	Prestação de serviços de monitoração e controle dosimétrico	Dispensa	063/2012	Pro-Rad Consultores em Radioproteção S/S Ltda.	87.389.086/001-74	R\$ 172,69	R\$ 2.072,24	01/04/2016	31/03/2017	III - Prestação de serviços
007/2013	SIn	Prestação de serviços continuados de link lan-to-lan 100MBPS fibra ótica com redundância para interligar o CTN ao NARA/ANSP/TERRE MARK - NAP do Brasil	Pregão	707/2012	Telefônica Brasil S/A	02.558.157/0001-62	R\$ 4.944,59	59335,1	28/03/2016	27/03/2017	III - Prestação de serviços
011/2013	SDB	Prestação de serviços de manutenção do leitor e copiador de microficha e microfilme	Pregão	188/2012	Multimicros Comércio e Serviços de Informática Ltda.	05.989.242/0001-73	R\$ 592,50	R\$ 7.110,00	03/04/2016	02/04/2017	III - Prestação de serviços
013/2013	SME	Prestação de serviços de manutenção do sistema de digitalização de imagem	Inexigibilidade	512/2012	Agfa Healthcare Brasil Importação e Serviços Ltda.	09.032.626/0002-35	R\$ 1.520,49	18245,87	07/10/2016	06/10/2017	III - Prestação de serviços
002/2014	SIn	Prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação	Pregão	196/2013	Basis Tecnologia da Informação S/A	11.777.162/0001-57	R\$ 165.789,46	1989473,48	24/03/2016	23/03/2017	III - Prestação de serviços
007/2014	SAA	Prestação de serviço continuado de vigilância desarmada e segurança patrimonial para o CTN, ERCA e Parque Gráfico	Pregão	494/2013	Albatroz Segurança e Vigilância Ltda.	66.700.295/0001-17	R\$ 91.423,37	1097080,44	30/04/2016	29/04/2017	III - Prestação de serviços
023/2013	CAd	Autorização para acesso ao SISBACEN	Inexigibilidade	705/2012	Banco Central do Brasil	00.038.166/0009-54	Sem custos		11/10/2013	10/10/2018	III - Prestação de serviços
024/2013	SMO	Fornecimento de gás natural canalizado	Inexigibilidade	265/2013	Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	61.856.571/0001-17	R\$ 450,00	5400	10/12/2013	09/12/2018	III - Prestação de serviços

Quadro 7.4.2 - Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
005/2015	SIn	Prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação, referente a infraestrutura de rede e suporte remoto e presencial	Pregão	045/2015	Algar Tecnologia da Informação e Consultoria S/A	21.246.699/0001-44	R\$ 68.906,49	R\$ 826.877,82	12/05/2015	11/05/2017	III - Prestação de serviços
004/2014	SSU	Prestação de serviços de distribuição e publicidade legal impressa e/ou eletrônica dos atos da FUNDACENTRO	Inexigibilidade e	564/2013	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	09.168.704/0001-42	R\$ 2.833,33	34000	17/04/2016	17/04/2017	III - Prestação de serviços
006/2014	SMO	Prestação de serviços de manutenção do sistema da central de telefonia	Inexigibilidade e	500/2013	Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda.	04.078.456/0001-25	R\$ 2.990,51	R\$ 35.886,07	09/03/2016	08/03/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	SMO	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização para o CTN e Regionais	Pregão	570/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda.	13.682.207/0001-35	R\$ 66.361,79	199085,37	01/12/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
		Contratação de Serviços de impressão gráfica com sistema CTP	Pregão	203/2016	Cromos Editora e Indústria Ltda - ME	82.581.406/0001-70	R\$ 43.040,00				III - Prestação de serviços
009/2014	SIn	Prestação de serviços de manutenção do nobreak sinus triphases	Inexigibilidade e	443/2013	GL Eletro-Eletrônicos Ltda.	52.618.139/0030-31	R\$ 479,21	5750,51	04/04/2016	03/04/2017	III - Prestação de serviços
010/2014	SDB	Prestação de serviços especializados de visualização, atualização, impressão e gerenciamento de coleção de normas técnicas ABNT, Mercosul e internacionais via web	Inexigibilidade e	573/2013	Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	33.402.892/0001-06	R\$ 753,52	R\$ 9.042,26	05/05/2016	04/05/2017	III - Prestação de serviços
007/2016	ERBS	Reforma e adequação de imóvel para abrigar futuras instalações do ERBS	Pregão	667/2015	Poiate & Montosa Ltda. - EPP	19.984.892/0001-30	R\$ 39.733,55	953605,08	10/02/2016	09/02/2018	III - Prestação de serviços

Quadro 7.4.2 - Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
014/2014	SAA	Prestação de serviços de manutenção para a frota de veículos oficiais	Pregão	092/2014	Centro Automotivo Gama Ltda. - ME	01.537.699/0001-96	R\$ 5.981,05	R\$ 71.772,61	24/09/2016	23/09/2017	III - Prestação de serviços
022/2014	SIn	Renovação de licença de antivírus corporativo	Pregão	344/2014	Netsafe Corp Ltda.	03.476.184/0001-59	R\$ 3.900,26	46803,11	01/12/2016	30/11/2017	III - Prestação de serviços
024/2014	SIn	Fornecimento de licenças e segurança lógica (firewall, controle de conteúdo e VPN)	Pregão	395/2014	Alerta Security Solutions Informática Ltda. - EPP	06.946.041/0001-51	R\$ 2.262,81	R\$ 54.307,50	04/12/2016	03/12/2017	III - Prestação de serviços
001/2015	SAA	Prestação de serviços de digitalização e guarda de documentos	Pregão	385/2014	Imatec Imagem e Tecnologia Ltda.	96.669.460/0001-86	R\$ 6.601,05	79212,56	16/04/2016	15/04/2017	III - Prestação de serviços
001/2016	SAA	Prestação de serviços de seguro de veículo para a frota da FUNDACENTRO	Pregão	402/2015	Tóquio Marine Seguradora S.A	33.164.021/0001-00	R\$ 33.959,97	R\$ 2.830,00	26/01/2017	25/01/2018	III - Prestação de serviços
022/2015	SIn	Prestação de serviços de link de acesso dedicado à internet para as regionais	Pregão	099/2015	Oi Móvel S/A	05.423.963/0001-11	R\$ 24.091,36	289096,26	15/01/2017	14/01/2018	III - Prestação de serviços
006/2015	DTE	Prestação de serviços de manutenção do sistema de geração e tratamento de ar comprimido	Pregão	441/2014	Oficina Mecânica de Compressores de Ar Arantes Ltda.	43.159.086/0001-02	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00	20/08/2016	19/08/2017	III - Prestação de serviços
011/2016	SRH	Prestação de serviços de agente de integração (estágio)	Pregão	622/2015	Agência de Integração Empresa Escola Ltda. - ME	01.406.617/0001-74	R\$ 21.060,00	421200	01/07/2016	30/06/2017	III - Prestação de serviços

Quadro 7.4.2 - Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
008/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de mediação e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	252/2016	Gero Comércio e Serviços Ltda.	66.849.308/0001-14	R\$ 1.036,98	R\$ 12.443,76	23/09/2016	22/09/2017	III - Prestação de serviços
009/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de mediação e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	254/2016	Instruqual Representação, Calibração e Assistência Técnica em Equipamentos de Medição Laboratorial e Industrial Ltda.	17.036.710/0001-74	R\$ 570,00	6840	28/08/2016	27/08/2017	III - Prestação de serviços
010/2015	SES	Prestação de serviços de calibração dos instrumentos de mediação e equipamentos dos laboratórios de ensaio do SES	Pregão	253/2016	Visomes Comercial Metrológica Ltda. - EPP	00.567.892/0001-07	R\$ 310,00	R\$ 310,00	23/09/2016	22/09/2017	III - Prestação de serviços
011/2015	SAA	Aquisição de serviço móvel pessoal (SMP), com fornecimento de Sim Cards (chips)	Pregão	476/2015	Telefônica Brasil S/A	02.558.157/0001-62	R\$ 1.646,90	9881,4	04/11/2016	03/05/2017	III - Prestação de serviços
013/2015	SGr	Coleta, transporte e destinação final de resíduos gráficos	Pregão	223/2015	Marcos César Riquena Consultoria - ME	21.899.212/0001-22	R\$ 5.263,09	R\$ 63.157,09	16/11/2016	15/11/2017	III - Prestação de serviços
014/2015	SGr	Prestação de serviços de manutenção das máquinas gráficas	Pregão	368/2015	MSE Tecnologia Digital Eireli - EPP	14.255.730/0001-48	R\$ 3.466,00	41592	09/12/2015	08/12/2016	III - Prestação de serviços
015/2015	SIn	Prestação de serviços com renovação de licenças e serviços de segurança lógica: antispam e antiphishing	Pregão	225/2015	Alerta Security Solutions Informática Ltda. - EPP	06.946.041/0001-51	R\$ 3.524,32	R\$ 42.291,83	16/12/2016	16/12/2017	III - Prestação de serviços
018/2012	SAA	Prestação de serviços de telefonia fixo-comutado	Pregão	550/2011	Telefônica do Brasil S.A.	02.558.157/0001-62	R\$ 20.682,40	248188,8	30/01/2016	29/01/2017	III - Prestação de serviços

Quadro 7.4.2 - Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
012/2016	SAA	Agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos não atendidos pelas companhias aéreas credenciadas, destinados aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal	Pregão	613/2016	TRIPS Passagens e Turismo Ltda. - EPP	00.013.698/0001-80	R\$ 17.705,84	R\$ 212.470,12	29/08/2016	28/08/2017	III - Prestação de serviços
023/2015	Sin	Prestação de serviços de Outsourcing de impressão, com impressoras monocromáticas e multifuncionais policromáticas	Pregão	480/2015	W P Sistemas Reprográficos e Impressão Ltda. - ME	03.951.766/0001-40	R\$ 10.501,08	126012,92	22/02/2016	21/02/2017	III - Prestação de serviços
002/2016	RBSO	Prestação de serviço técnico especializado de editoração sob demanda	Pregão	691/2015	Tikinet Edição Ltda. - EPP	15.267.097/0001-70	R\$ 5.995,00	R\$ 71.940,00	27/07/2016	26/07/2017	III - Prestação de serviços
004/2016	CHT	Prestação de serviços de manutenção do equipamento de espectrometria de plasma induzido acoplado a espectrômetro de massa - ICP-MS	Inexigibilidade e	530/2015	Agilent Technologies Brasil Ltda.	03.290.250/0001-00	R\$ 4.648,99	55787,88	05/04/2016	04/04/2017	III - Prestação de serviços
006/2016	CAAd	Prestação de serviços de frete e despacho aduaneiro	Pregão	348/2015	Sec Figueiredo Ltda. - EPP	43.448.117/0001-45	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00	05/04/2016	04/04/2017	III - Prestação de serviços
008/2014	SAA	Prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de abastecimento de combustíveis para a frota de veículos oficiais do CTN e Regionais	Pregão	532/2013	Trivale Administração Ltda.	00.604.122/0001-97	R\$ 10.025,00	120300	01/04/2016	31/03/2017	III - Prestação de serviços
011/2014	SAA	Prestação de serviços múltiplos e venda de produtos postais	Inexigibilidade e	689/2013	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	34.028.316/0031-29	R\$ 9.625,51	R\$ 115.506,12	30/04/2016	29/04/2017	III - Prestação de serviços
008/2016	SAA	Prestação de serviços de reprografia e impressão	Pregão	473/2015	Digital Jundiá Ltda. - ME	04.839.879/0001-10	R\$ 9.000,00	108000	01/04/2016	31/03/2017	III - Prestação de serviços
018/2016	CHT	Aquisição de sistema de pré-tratamento e ultrapurificação de água para o laboratório da CHT	Pregão	0201/2016	Seara Comercial Eireli - ME	17.016.188/0001-69	R\$ 43.200,00	R\$ 43.200,00	01/12/2016	30/11/2017	I - Fornecimento de bens

Quadro 7.4.2 - Contratos do CTN Acima de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
014/2016	SME	Manutenção preventiva do aparelho de raios-X do Serviço de Medicina.	Pregão	0774/2016	KON TATO COMERCIAL LTDA. - EPP	61.304.069/0001-01	R\$ 999,00	11928	17/11/2016	16/11/2017	III - Prestação de serviços
016/2016	SRI	Contratação de serviços de produção de vídeo institucional, criação e produção de programas de rádio web (podcast) e roteirização e locução para vídeos	Pregão	0309/2016	Carlos Raphael do Valle Eireli - ME	15.077.313/0001-15	R\$ 2.166,67	R\$ 26.000,00	07/12/2016	06/12/2017	III - Prestação de serviços
019/2016	SMO	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da cabine primária do CTN	Pregão	0734/2016	Empreiteira Grotto Ltda. - EPP	07.724.269/0001-60	R\$ 2.360,00	28320	06/12/2016	05/12/2017	III - Prestação de serviços
		Aquisição de Café torado e moído	Pregão	082/2017	Micron Gêneros Alimentícios	11.517.200/0001-32	R\$ 5.400,00				I - Fornecimento de bens
		Contratação de Serviços de calibração de dosímetro de ruído	Dispensa	155/2016	Almont do Brasil Com. Representação Ltda.	01.236.739/0001-60	R\$ 3.680,00				III - Prestação de serviços
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1035/2016	Multicompany Brasil Tecnol. E Sistemas Ltda	08.599.785/0001-72	R\$ 18.771,00				I - Fornecimento de bens
		Contratação de serviço avulso de manutenção preventiva no espectrômetro de absorção atômica	Dispensa	443/2016	PerkinElmer do Brasil Ltda	00.351.210/0001-24	R\$ 7.780,00				III - Prestação de serviços
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1032/2016	Cook Energia e Telecom., Com. e Ind. Ltda - ME	10.645.411/0001-98	R\$ 184,73				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1033/2016	BG Comércio e Materiais Eireli - ME	24.101.048/0001-14	R\$ 260,08				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1034/2016	DWL Com. Servs. De Informática Ltda - ME	13.347.993/0001-14	R\$ 960,00				I - Fornecimento de bens
		Serviço avulso de manutenção e qualificação das capelas COMTEC	Pregão	102/2016	F.F.Controle e Certificação Ltda.	03.089.876/0001-44	R\$ 3.694,00				III - Prestação de serviços
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1029/2016	Star Networks Com. Eletro Eletrôn.Ltda.-EPP	11.420.095/0001-19	R\$ 1.440,00				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1030/2016	Lan Tecnologia Redes Ltda	18.680.580/0001-70	R\$ 72,39				I - Fornecimento de bens
		Aquisição de materiais p/ infraestrutura da Central telefônica	Pregão	1031/2016	Solaris Teleinformática Ltda	11.099.588/0001-07	R\$ 7.412,90				I - Fornecimento de bens
013/2016	SIN	Aquisição de termômetros SNMP para monitoramento de temperatura, nível de umidade e detecção de fumaça	Pregão	0575/2015	MAXTRACK COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA AUTOMAÇÃO LTDA.	12.186.172/0001-80	R\$ 10.710,00		24/11/2016	23/11/2017	I - Fornecimento de bens

Quadro 7.4.3 - Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
007/2015	CEES	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	570/2014	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 5.058,23	R\$ 15.174,69	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CEES	Fornecimento de Energia Elétrica	Dispensa	007/2017-81	Espirito Santo Centrais Eletricas S.A.	28.152.650/0001-71	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00	02/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEES	Serviço de Telefonia Interurbana	Dispensa	005/2017-91	EMBRATEL	40.432.544/0001-47	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00	02/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEES	Serviço de Telefonia Fixo/Convencional	Dispensa	006/2017-36	OI/TELEMAR	33.000.118/0002-50	R\$ 850,00	R\$ 10.200,00	02/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEES	Locação de Equipamento Reprográfico	Dispensa	010/2017-02	Sudeste Suprimento de Materiais de Escritório	05.666.792/0001-51	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00	02/01/2017	29/12/2017	II - Locação
	CEES	Pagamento de Despesas com Condomínio Edifício Chamonix		004/2017-47	Condomínio Edifício Chamonix	02.501.250/0001-30	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00	02/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA		003/2017	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ	04.895.728/0001-80	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA		004/2017	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ	04.895.728/0001-80	R\$ 50,00	R\$ 600,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	FORNECIMENTO DE ÁGUA/ESGOTO		006/2017	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ	04.945.341/0001-90	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	Serviço Telefonia fixa	Dispensa	005/2017	Telemar Norte Leste S/A	33.000.118/0001-79	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	FORNECIMENTO DE ÁGUA/ESGOTO		006/2017	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ	04.945.341/0001-90	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços

Quadro 7.4.3 - Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
007/2015	CEPA	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	008/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 4.324,58	R\$ 12.973,74	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	REPROGRAFIA		010/2017	SYSTEMSCOPY LTDA. ME	05.352.726/0001-07	R\$ 350,00	R\$ 350,00	01/03/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CEPA	REPROGRAFIA - RENOVAÇÃO		013/2017	SYSTEMSCOPY LTDA. ME	05.352.726/0001-07	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00	01/03/2017	28/02/2018	III - Prestação de serviços
001/2016	CEPR	TELEFONIA FIXA	Pregão	021/2015	CLARO S.A.	40.432.544/0001-47	R\$ 755,90	R\$ 9.070,80	05/04/2016	04/04/2017	III - Prestação de serviços
001/2015	CEPR	SERVIÇOS POSTAIS(sedex, correspondências comerciais, encomendas)	Dispensa	011/2015	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0020-76	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00	04/11/2016	03/11/2017	III - Prestação de serviços
Contrato Adesão	CEPR	ENERGIA ELÉTRICA	Inexigibilidade e	045/2012	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	04.368.898/0001-06	R\$ 1.342,09	R\$ 16.105,08	01/01/2013	31/01/2020	III - Prestação de serviços
Nota Empenho	CEPR	AQUISIÇÃO DE ÁGUA(consumo humano) e GÁS de Cozinha	Dispensa	002/2017	MOURA & GUARIENTO LTDA-ME	05.845.093/0001-79	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00	01/01/2017	31/12/2017	I - Fornecimento de bens
002/2016	CEPR	LOCAÇÃO MÁQUINA REPROGRÁFICA	Pregão	020/2016	ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.	84.9688.874/0001-27	R\$ 340,00	R\$ 4.080,00	09/11/2016	08/11/2017	III - Prestação de serviços
002/2008	CEPR	TAXAS CONDOMINIAIS	Inexigibilidade e	035/2011	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SINDUSCON	06.106.933/0001-44	R\$ 7.783,54	R\$ 93.402,48	12/09/2011	31/01/2020	III - Prestação de serviços
Nota Empenho	CEPR	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS	Dispensa	018/2016	Posto Treze de Maio Eireli	81.697.294/0001-54	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00	03/05/2016	02/05/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	CEPR	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	570/2014	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 4.301,24	R\$ 12.903,72	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	CERJ	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	570/2014	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 3.155,21	R\$ 9.465,63	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
02/2015	CERJ	Serviço de locação de máquina reprográfica	Pregão	018/2014	Ka ique	01.513.667/0001-50	R\$ 570,46	R\$ 6.845,55	10/07/2016	09/07/2017	III - Prestação de serviços
01/2015	CERJ	Locação de Vagas de estacionamento	Dispensa	023/2014	Terminal Garagem Menezes Cortes	02.664.042/0001-52	R\$ 4.250,00	R\$ 51.000,00	15/03/2015	15/03/2017	II- Locação

Quadro 7.4.3 - Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
007/2015	CERS	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	318/2015	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 3.677,31	R\$ 11.031,93	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CERS	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (SEDE)	Inexigibilidade	011/2017	CEEE - COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA	08.467.115/0001-00	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	01/01/2017	01/12/2017	III - Prestação de serviços
	CERS	FORNECIMENTO DE ÁGUA CANALIZADA (TERRENO)	Inexigibilidade	005/2017	DMAE - DEP. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO	92.924.901/0001-98	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00	01/01/2017	01/12/2017	III - Prestação de serviços
	CERS	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (TERRENO)	Inexigibilidade	010/2017	CEEE - COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA	08.467.115/0001-00	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00	01/01/2017	01/12/2017	III - Prestação de serviços
	CERS	Serviço Telefonia fixa	Dispensa	012/2017	Telefonia Brasil S.A	03.420.826/0004-77	R\$ 1.800,00	R\$ 21.600,00	01/01/2017	01/12/2017	III - Prestação de serviços
001/2014	CERS	CONDOMÍNIO IMÓVEL	Dispensa	035/2016	LV ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA	09.659.083/0001-08	R\$ 4.100,00	R\$ 49.200,00	01/09/2014	31/08/2019	II - Locação
	CERS	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO (TERRENO)	Dispensa	007/2017	FREEBAN BANHEIROS QUÍMICOS LTDA	12.077.472/0001-25	R\$ 662,00	R\$ 7.944,00	01/01/2017	01/12/2017	III - Prestação de serviços
	CERS	LOCAÇÃO DE COPIADORAS	Dispensa	004/2017	SINI INFORMÁTICA	00.183.971/0001-14	R\$ 660,00	R\$ 7.920,00	01/01/2017	01/12/2017	III - Prestação de serviços
	CESC	SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO		001/2017	CASAN - ÁGUA E ESGOTO	82508433000117	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00			I - Fornecimento de bens
	CESC	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA		002/2017	CELESC - ENERGIA ELÉTRICA	8,33678E+12	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00	04/03/2009		III - Prestação de serviços
007/2015	CESC	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	005/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 6.407,90	R\$ 19.223,70	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CESC	SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA		007/2017	OI - TELEFONIA	7,65358E+13	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00			I - Fornecimento de bens
	CESC	TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS			PREFEITURA MUNICIPAL FLORIANÓPOLIS	82892282000143	R\$ 6.570,51	R\$ 6.570,51			III - Prestação de serviços
001/2012	CRBA	CORREIOS E TELEGRAFOS	Inexigibilidade	032/2012	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0005-37	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00	03/12/2016	02/12/2017	III - Prestação de serviços

Quadro 7.4.3 - Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00- Continuação

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
004/2016	CRBA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS VEICULOS	Pregão	050/2015	BAHIAFORTE LTDA ME.	14.896.856/0001-00	R\$ 2.000,00	R\$ 21.765,00	02/03/2016	01/03/2017	III - Prestação de serviços
	CRDF	Energia elétrica	Dispensa	003/2017	CEB DISTRIBUICAO S.A.	07.522.669/0001-92	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00			III - Prestação de serviços
	CRDF	Telefonia fixa	Dispensa	007/2017	OI S.A.	76.535.764/0326-90	R\$ 80,00	R\$ 960,00			III - Prestação de serviços
11/2014	CRDF	Serviços postais	Dispensa	004/2017	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0007-07	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00	06/06/2014	05/06/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	CRDF	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	006/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 7.300,00	R\$ 21.900,00	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CRDF	Telefonia fixa	Dispensa	005/2017	CLARO S.A.	40.432.544/0001-47	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00			III - Prestação de serviços
	CRMG	Fornecimento de água mineral	Dispensa	008/2017	Distribuidora de Águas Minerais BH Ltda	00.201.182/0001-69	R\$ 239,00	R\$ 2.868,00	16/01/2017	31/12/2017	I - Fornecimento de bens
	CRMG	Serviço de telefonia para o CRMG - interurbanos	Dispensa	009/2017	Claro S/A	40.432.544/0001-47	R\$ 267,71	R\$ 3.212,52	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CRMG	Fornecimento energia elétrica para sede do CRMG	Inexigibilidade e	010/2017	CEMIG Distribuição S/A	06.981.180/0001-16	R\$ 3.200,00	R\$ 38.400,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CRMG	Serviço Telefonia fixa	Dispensa	011/2017	Telemar Norte Leste S/A	33.000.118/0003-30	R\$ 1.052,38	R\$ 12.628,56	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	CRMG	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	012/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 7.261,31	R\$ 21.783,93	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CRMG	Taxa de condomínio do Ed. Clemente de Faria	Dispensa	004/2017	Condomínio do Ed. Clemente de Faria	20.446.746/0001-30	R\$ 6.698,69	R\$ 80.384,28	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	CRPE	Fornecimento de Energia Elétrica	Dispensa	014/2017	Companhia Energética de Pernambuco	10.835.932/0001-08	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00			III - Prestação de serviços
	CRPE	Fornecimento de Água Canalizada	Dispensa	012/2017	Companhia Pernambucana de Saneamento	09.769.035/0001-64	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00			III - Prestação de serviços
	CRPE	Serviço Telefonia fixa	Dispensa	015/2017	Telemar Norte Leste S/A	33.000.118/0001-79	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00			III - Prestação de serviços
	CRPE	Locação de Máquina Copiadora	Dispensa	001/2017	Solivetti Comércio e Serviços Ltda.	40.904.492/0001-64	R\$ 635,00	R\$ 7.620,00			II - Locação

Quadro 7.4.3 - Contratos das Unidades Descentralizadas Abaixo de R\$ 8.000,00- Continuação

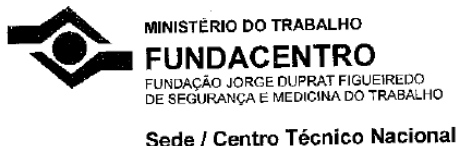
Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
007/2015	CRPE	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	017/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 4.270,40	R\$ 12.811,20	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	ERBS	Serviço de Abastecimento e Saneamento básico		1005/2016	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	43.776.517/0001-80	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00	11/09/2015		III - Prestação de serviços
	ERBS	Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica		1099/2016	Companhia Piratininga de Força e Luz	62.428.073/0016-12	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00	12/09/2015		III - Prestação de serviços
012/2015	ERBS	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	2070/2016	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 6.260,00	R\$ 18.780,00	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	ERBS	Serviço Telefonia fixa	Dispensa	3044/2016	Telefonia Brasil S.A	02.558.157/0001-62	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00	06/07/2016		III - Prestação de serviços
	ERBS	Remoção de lixo		208/2016	Prefeitura Municipal de Santos	58.200.015/0001-83	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00	12/01/2016		III - Prestação de serviços
004/2017	ERCA	Fornecimento de Água Mineral para consumo diário	Dispensa	004/2017	JULIO FERNANDES NETO - ME	01.986.162/0001-03	R\$ 70,00	R\$ 280,00	01/04/2016	01/04/2017	I - Fornecimento de bens
005/2017	ERCA	Fornecimento de Botijões de Gás de Cozinha P13 GLP	Dispensa	005/2017	LEANDRO BATISTA PASSAGNOLO - ME	10.318.323/0001-81	R\$ 110,00	R\$ 440,00	01/04/2016	01/04/2017	I - Fornecimento de bens
007/2015	ERCA	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	006/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 3.226,53	R\$ 9.679,59	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
001/2017	ERCA	Contrato de Fornecimento de Serviço de Energia Elétrica	Dispensa	001/2017	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - S/A	33.050.196/001-88	R\$ 585,00	R\$ 7.020,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
002/2017	ERCA	Fornecimento de Serviço de Água e Tratamento de Esgoto	Dispensa	002/2017	SOCIEDADE DE ABASTECIMNETO DE ÁGUA E SANEAMENTO - S/A	46.119.855/0001-37	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
003/2017	ERCA	Contrato de Fornecimneto de Serviço de Telefonia Fixa Comutada	Dispensa	003/2017	NET SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES S/A (CLARO S/A)	40.432.544/0001-47	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	ERMS	Vigilância Eletrônica	Dispensa	001/2017	CAMPO GRANDE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA	11.625.729/0001-70	R\$ 614,43	R\$ 7.373,16	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
	ERMS	Energia elétrica	Dispensa	003/2017	ENERSUL – EMPRESA ENERGÉTICA DE MS S.A.	15.413.826/0001-50	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00	Sem prazo		III - Prestação de serviços
	ERMS	Serviço de água e esgoto	Dispensa	004/2017	ÁGUAS GUARIROBA S.A.	04.089.570/0001-50	R\$ 170,00	R\$ 2.040,00	Sem prazo		III - Prestação de serviços
	ERMS	Telefonia Fixa	Dispensa	006/2017	NET - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A.	40.432.544/0445-19	R\$ 267,94	R\$ 3.215,28	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	ERMS	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	005/2017	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 2.699,07	R\$ 8.097,21	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços

Quadro 7.4.4 - Contratos das Unidades Descentralizadas Acima de R\$ 8.000,00-

Contrato	Área de Interesse	Objeto da contratação	Modalidade	Processo	Razão Social do Fornecedor	CNPJ / CPF do Fornecedor	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado	Vigência - Início	Vigência - Fim	Categoria
001/2011	CEES	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais	Dispensa	022/2011-33	Dirceu Carneiro	014.777.067-04	R\$ 20.629,00		01/04/2011	01/04/2021	II - Locação
012/2015	CEES	Prestação de vigilância e segurança patrimonial desarmada do CEES	Pregão	019/2015	TRANSEGUR - Segurança e Transportes de Valores	03.265.996/0001-55	R\$ 21.195,00	R\$ 127.170,00	03/01/2017	01/07/2017	III - Prestação de serviços
027/2014	CEPA	ALUGUEL DA SEDE DO CEPA	Dispensa	007/2017	Luiz Antônio Marques Cabral	604.849.342-87	R\$ 23.000,00	R\$ 138.000,00	02/01/2017	30/06/2017	II - Locação
003/2015	CEPA	VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DA SEDE DO CEPA	Pregão	029/2014	E. Santos Lima Vigilância e Segurança Ltda. - ME	03.257.467/0001-00	R\$ 19.161,88	R\$ 229.942,56	08/06/2016	07/06/2017	III - Prestação de serviços
002/2008	CEPR	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CEPR	Dispensa	018/2008	SINDICATO DA CONTRUÇÃO CIVIL DO PARANÁ - SINDUSCON/PR	76.695.709/0001-10	R\$ 33.189,99	R\$ 398.279,88	12/09/2008	31/01/2020	II - Locação
021/2014	CERS	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA DESARMADA 24H	Pregão	259/2014	LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA	10.364.152/0002-08	R\$ 21.004,92	R\$ 252.059,04	01/12/2016	30/11/2017	III - Prestação de serviços
001/2014	CERS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	Dispensa	035/2016	LV ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA	09.659.083/0001-08	R\$ 14.791,89	R\$ 177.502,68	01/09/2014	31/08/2019	II - Locação
016/2015	CESC	Prestação de serviços de vigilância desarmada para o CESC	Pregão	017/2015	Sul Brasil Segurança Privada Eireli	05.449.286/0001-00	R\$ 18.427,71	R\$ 221.132,52	03/11/2016	02/11/2017	III - Prestação de serviços
003/2016	CRBA	VIGILANCIA PATRIMONIAL	Pregão	042/2015	Única Segurança Patrimonial Ltda.	03.037.698/0001-08	R\$ 39.647,73	R\$ 237.886,38	12/01/2017	11/07/2017	III - Prestação de serviços
007/2015	CRBA	Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	Pregão	570/2016	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME.	13.682.207/0001-35	R\$ 12.169,69	R\$ 36.509,07	01/11/2016	28/02/2017	III - Prestação de serviços
	CRDF	Condomínio	Dispensa	001/2017	CONDOMINIO BOULEVARD CENTER	00.720.474/0001-08	R\$ 19.000,00	R\$ 228.000,00			III - Prestação de serviços
	CRMG	Taxa de condomínio do Ed. Mirafiori	Dispensa	003/2017	Condomínio do Edif. Mirafiori	20.970.646/0001-09	R\$ 17.278,06	R\$ 207.336,72	01/01/2017	31/12/2017	III - Prestação de serviços
005/2016	CRPE	Serviço de Vigilância	Pregão	019/2017	Liserve Vigilância e Transporte de Valores Ltda	08.165.946/0001-10	R\$ 16.123,11	R\$ 193.477,32	27/01/2017	25/07/2017	III - Prestação de serviços
025/2014	ERBS	Serviço de Vigilância e Segurança Desarmada	Pregão	1095/2016	Reak Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda.	10.928.126/0001-84	R\$ 18.874,86	R\$ 226.498,32	12/08/2016	11/08/2017	III - Prestação de serviços

9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.

9.1 Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registros dos Atos de Administração e Concessão.



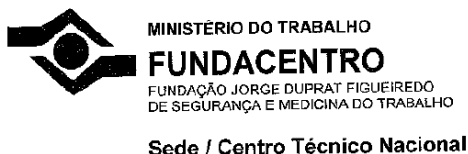
DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

São Paulo, 21 de março de 2018.

HEMERSON MOURA
Chefe Substituto do Serviço de Administração de Pessoal
CPF: 220.143.208-29
(Órgão: 57201 - Fundacentro)

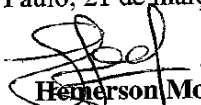
9.2 **Declaração de Cumprimentos das Disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto a entrega das Declarações de Bens e Renda - DBR.**



DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a este **Serviço de Administração de Pessoal** para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

São Paulo, 21 de março de 2018.



Hemerson Moura

Chefe Substituto do Serviço de Administração de Pessoal

CPF: 220.143.208-29

(Órgão: 57201 - Fundacentro)

9.3 Declaração de Integridade das Informações do Orçamento Federal Anual SIOP.



Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anuais exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

São Paulo, 19 de março de 2018.

Ricardo Felix
CPF 121.292.658-71
Diretor de Administração e Finanças
Fundacentro

9.4 Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa			Código do Órgão
Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Medicina e Segurança do Trabalho			37201
De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n. 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n. 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária financeira e patrimonial, EXCETO no tocante as ressalvas apresentadas abaixo. Ressalvas: a) Falta de controle sobre as contas de almoxarifado. b) Falta de avaliação sistemática das contas de bens móveis, imóveis e intangível. c) falta de controle dos bens intangíveis; d) Falta de sistema confiável de patrimônio para calculo de depreciação. e) falta de registro tempestivo dos contratos nas contas de controle que, em geral, são realizados pela tesouraria apenas no momento do pagamento; f) Saldos alongados de contratos, convênios folha de pagamento. g) falta de registro tempestivos das apropriações das diversas despesas pelas áreas liquidantes, sendo que essas apropriações são realizadas apenas no momento do pagamento pela tesouraria gerando registro em competência incorreta; Justificativa(s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2017. a) Não houve alteração dos fluxos dos processos; Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	São Paulo	Data	09/03/2018
Contador Responsável	Daniel de Freitas Bertolino	CRC	1SP304261

9.5 Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI.

Informações constantes na Declaração 9.4 deste relatório.

10. APENDICES.

10.1 Despacho da Presidência da Fundacentro sobre o acolhimento do Relatório de Gestão TCU-2016 e Nota sobre a não vistas do mesmo pelo Conselho Curador.



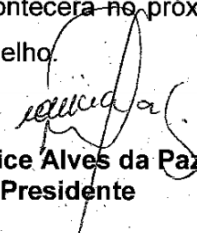
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
E PREVIDÊNCIA SOCIAL
FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

FOLHA DE DESPACHOS

Despacho nº /PRES
Documento de Referência: Relatório de Gestão – Exercício 2017
Data: 29 de março de 2018

Encaminhamos, após análise, o Relatório de Gestão do Exercício de 2017 e, ao encaminhá-lo, se fazem necessárias algumas considerações:

- Esta Presidência, conforme descrito em planilha à fl. 15 deste Relatório, respondeu pela instituição a partir do dia 28 de julho de 2017, sendo que efetivação no cargo se deu a partir de 17 de agosto de 2017. Dessa forma, está ciente de todos os atos relativos ao período de 28/07/2017 a 31/12/2017;
- Estamos cientes de que o referido relatório precisa passar pelo crivo do nosso Conselho Curador, órgão máximo de nossa Fundação, o que ocorrerá na próxima reunião ordinária, que acontecerá no próximo dia 24 de maio de 2018, nas dependências da Sala do Conselho.


Leonice Alves da Paz
Presidente

10.2 Parecer da Auditoria Interna sobre o Relatório de Gestão TCU - 2017

PARECER Nº 002/2018 DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO DA FUNDACENTRO - EXERCÍCIO DE 2017.

1. INTRODUÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho- Fundacentro, no cumprimento da atribuição estabelecida nos termos do parágrafo 6º, artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000, com as alterações procedidas pelo Decreto nº 4.304/ 2002, e Instrução Normativa – TCU nº 63/ 2010, Decisões Normativas – TCU nºs 161 e 163 de 2017, a Portaria TCU nº 65 de 2018, vem apresentar exame e parecer sobre o Relatório de Gestão da Instituição, exercício de 2017.

De acordo com o disposto no anexo I da Decisão Normativa nº 161 de 2017, do Tribunal de Contas da União - TCU, a Fundacentro vinculada ao Ministério do Trabalho, consta da relação de Unidades Jurisdicionadas cujos responsáveis não terão suas contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União TCU.

Para a elaboração do parecer, a Auditoria Interna seguiu a metodologia descrita nas orientações provenientes do TCU, que determina os conteúdos e a estrutura das informações que devem compor o parecer, além de incluir informações relevantes sobre as demonstrações contábeis da instituição e gestão.

O detalhamento das informações prestadas pela gestão deve seguir rigorosamente todas as orientações emitidas nas normativas, assim, as informações prestadas são de responsabilidade dos gestores da Fundacentro, as quais devem ser verídicas e refletir os atos e fatos da gestão da Instituição, no exercício de 2017.

Ressalva-se quanto ao detalhamento do conteúdo, considerando o escopo do parecer e o limite temporal para emissão do mesmo, a disponibilização do documento consolidado que ocorreu em 23/03/2018, assim a Auditoria Interna se manifestará em casos pontuais e levará em consideração os pontos frágeis detectados em auditoria ou acompanhamento dos mesmos.

Todas as peças do relatório de gestão deverão ser inseridas no sistema e-contas/TCU até o dia 31/03/2018, em decorrência do dia 30 ser feriado e o dia 31/03/2018 ser um sábado, portanto houve uma prorrogação até o dia 02/04/2018, por meio do comunicado pelo e-contas.

Com vistas a emitir opinião sobre aspectos relevantes da Gestão da Fundacentro, com base nos exames realizados nos trabalhos de auditoria efetuados no exercício em referência, as ações foram executadas nas Unidades Descentralizadas Centro Estadual do Espírito Santo – CEES, Centro Regional de Pernambuco - CRPE e Escritório de Representação de Campinas - ERCA, na área de Recursos Humanos da Sede (na concessão de Gratificação/Incentivo a Qualificação- GQ, Retribuição por Titulação- RT, abono de permanência, pensão e auxílio transporte), uso de veículos, fiscalização dos contratos, Patrimônio (furto, bens não localizados e desfazimentos) e monitoramento parcial. Considerando os escopos que orientaram as ações a unidade emitiu sua opinião a partir das evidências encontradas em cada assunto que geraram recomendações aos gestores, objetivando fortalecer e aprimorar os sistemas de controle.

2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Fundacentro está estruturalmente subordinada à Presidência da Instituição como órgão seccional. Sua finalidade básica é zelar pela regularidade e conformidade dos atos e fatos administrativos que permeiam as atividades da instituição e para tanto atua como parte integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, na forma determinada pelo Decreto n.º 3.931/2000.

A atuação da Auditoria Interna em 2017 fundamentou-se em três linhas de ação que foram:

- 1) Assessoramento aos órgãos superiores da Fundacentro (Presidência, Diretorias, áreas internas e Unidades Descentralizadas).
- 2) Interação e atendimento aos órgãos de controle (CGU, TCU).
- 3) Realização de auditorias nas Unidades Descentralizadas nas áreas de Controles da Gestão, Gestão Orçamentária, Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços e Gestão Operacional.

Entretanto, é imperioso reconhecer que ainda há muito a ser feito para alcançarmos a excelência no cumprimento de nossas competências e objetivos, mesmo porque, a natureza das atividades desenvolvidas pela Fundacentro requer constante atualização dos mecanismos de controle interno e, por conseguinte, ajustes do foco de atuação da Auditoria Interna.

Cabe ainda ressaltar que devido a enorme capilaridade de atuação da Fundacentro e as limitações de pessoal, a Auditoria Interna consegue avaliar apenas os controles internos inseridos no limite de um universo amostral, impossibilitando acompanhar de forma simultânea todos os atos e fatos praticados pelos gestores em seus diversos níveis de atuação.

Outro importante ponto a se destacar é que a Auditoria Interna da Fundacentro ainda não teve acesso a uma Matriz de Riscos da instituição, a qual inclusive serviria como base para a elaboração do PAINT para cada exercício, visto que tal ferramenta ainda não está devidamente formalizada e implementada.

Verificou-se, no RAIN/2017, que os trabalhos realizados pela Auditoria Interna em compatibilidade com o estabelecido no PAINT/2017, cumpriu com apenas de cerca de 55% do total das atividades previstas, percentual este em razão da perda de 50% da força de trabalho com a exoneração do comissionado Marcos Alexandre do Espírito Santo Teixeira e das demandas encaminhadas pela Presidência. Assim, os trabalhos elencados neste Relatório foram materializados sob a forma de pareceres e relatórios de cunho gerencial. Trabalhos esses que são encaminhados à alta Administração para conhecimento e providências das constatações e das recomendações exaradas pela Unidade de Auditoria Interna.

Os trabalhos mais relevantes realizados em 2017 constituem-se naqueles nos quais foram encontradas inconsistências. Porém, cabe destacar que todas as inconsistências e/ou deficiências apontadas durante a execução dos trabalhos foram comunicadas aos gestores responsáveis, que envidaram esforços no sentido de mitigá-las tempestivamente.

Em relação às constatações detectadas nos trabalhos de Auditoria que culminaram nos relatórios e pareceres à Administração da Fundacentro, algumas áreas já se posicionaram. Entretanto, não houve tempo hábil no exercício para apreciação da Auditoria.

No exercício de 2017 a Auditoria Interna não realizou o monitoramento dos resultados decorrentes do trabalho, por falta de recursos humanos. Para o exercício de 2018 será feito o acompanhamento dos resultados, por meio da Emissão do meio do Plano de Providência Permanente, pelo qual a área/unidades auditadas serão provocadas a demonstrar para auditoria interna as providências adotadas no sentido de sanar as eventuais inconsistências apontadas nos relatórios ou pareceres produzidos.

No que se refere às atividades tipicamente finalísticas da Fundacentro, estas apresentam especificidades de elevada complexidade técnica, para as quais o atual quadro de servidores da Auditoria Interna não possui expertise técnica suficiente para auditar, motivo pelo qual, não podemos inferir se os controles internos estabelecidos para estas áreas são suficientes para atestar a veracidade das informações constantes do Relatório de Gestão.

Constatamos ainda que por vários exercícios o orçamento disponibilizado para a área técnica foi gasto entre 40% a 50% para custear despesas administrativas, referente a contratos de terceirização (apoio administrativo).

3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA INSTITUIÇÃO

Entendemos que a avaliação dos controles internos deveria evidenciar a suficiente adequabilidade da força de trabalho da Fundacentro para a execução de suas ações administrativas e finalísticas, conforme prevê Instrução Normativa:

"Controle Interno é o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizados com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidas para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados (IN TCU nº 63/2010)."

A Fundacentro não possui ainda, um sistema de Controle Interno institucionalizado, ficando a cargo dos setores realizarem seus respectivos controles. Também não dispomos de indicadores para monitoramento e avaliação interna eficaz. Esses controles internos poderiam reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos, fornecendo segurança razoável para a administração quanto à consecução dos seus objetivos e de sua missão, além de melhorar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Uma importante medida, na Fundacentro, foi o suporte e fortalecimento da área de tecnologia da informação, na qual foram desenvolvidos diversos sistemas institucionais informatizados utilizados pelas áreas operacionais como: controle de pagamento, controle de recibo, gerenciador de contratos, gerenciador de pessoal, controle de cópias, patrimônio, protocolo, compras e requisição de veículo. Todos eles capazes de dar sustentação às diversas ações executadas pela Instituição, entretanto, durante nossos trabalhos detectamos que, as unidades não utilizam determinados sistemas de controle e quando utilizam não o fazem na sua plenitude. Além dos sistemas acima mencionados também se utiliza os sistemas do governo SIAFI, SIAPE, SIASG.

No entanto, não é possível afirmar que todos os controles internos estabelecidos sejam capazes de identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades. Contudo, podemos considerar que os controles internos existentes buscam minimizar alguns riscos relacionados a alguns processos.

Registramos que, a Fundacentro iniciou a implantação do Sistema de Eletrônico de Informações – SEI que, na visão da auditoria servirá de alicerce para uma modificação profunda no tocante à celeridade dos processos organizacionais.

Para análise sobre os controles internos da Fundacentro utilizou-se como base os trabalhos realizados no exercício de 2017 e o histórico de trabalhos de auditoria realizados em exercícios anteriores.

Para reforçar o nosso entendimento, ao fazermos a leitura no relatório no item 8.3 que trata do quadro 3.5 "Avaliação do Sistema de Controle Interno da Unidade", com a auto avaliação do gestor, verificou-se que grande parte dos itens foram

avaliados como "**parcialmente inválido**" (significando que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa).

Fica demonstrado que a Fundacentro absteve-se de realizar uma avaliação mais precisa de seus próprios controles internos, no que tange aos componentes: "ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle; informação/comunicação e monitoramento", representando uma avaliação insatisfatória dos mesmos, e o reconhecimento de que não são capazes de evitar impropriedades nos processos. Dessa forma, é necessário rever tais controles com o objetivo de buscar maior aderência à legislação sobre o assunto, deixando clara a necessidade de ações mais eficientes para diagnóstico e avaliação dos riscos envolvidos nos processos estratégicos e para monitoramento do controle interno.

A Fundacentro até a presente data não estruturou seus controles internos em nível de Instituição utilizando COSO (Ambiente de controle, Avaliação de risco, Atividades de controle, informação e comunicação e o Monitoramento), para atender a Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que estabelecia a sua implantação até maio de 2017, a qual servirá de base para elaborar gestão de riscos e controles internos de responsabilidade da gestão.

A Auditoria Interna ressalva a necessidade do aprimoramento e melhoramento contínuo dos controles internos administrativos da gestão, bem como a formalização e implantação da Política de Gestão de Riscos da Fundacentro, em âmbito institucional, devendo ser observada a Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, a qual dispõe sobre os controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.

4. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

O quadro de servidores de cargo efetivo existente na Instituição é insuficiente. Cada exercício acaba tendo um declínio no quantitativo de servidores comparados com exercícios anteriores e não há perspectiva de ingresso de novos servidores por meio de concurso público. Lembramos que quando ocorrer ingresso dos novos Servidores, será necessário ainda de capacitação para atingir o nível de competência ideal para a execução das atividades sob responsabilidade da Instituição.

Constatamos a existência de pagamento feito a maior ou indevido a servidores ou ex- servidores, em razões de exonerações. Esse valores não foram ressarcido aos cofres públicos ou foram parcelados no exercício de 2017, apesar de todos os esforços da área de recursos humanos. Apresentamos a seguir a situação dos processos:

Servidor	Valor	Procedimento
Proc. 496/2015	R\$ 10.023,85	A ex-servidora deverá ser notificada pela 5ª vez para manifestar-se sobre o débito conforme orientação Advocacia Geral da União – Procuradoria Geral Federal – Equipe Nacional de Cobrança – Setor de Inscrição em Dívida Ativa – Demais Instituições.
Proc. 301/2017	R\$ 4.854,57 (valor parcelado em 24 vezes)	O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Iniciou ressarcimento em setembro/2017.
Proc.103/2015	O valor foi atualizado – sem informação	Inscrição na Dívida Ativa Advocacia Geral da União – Procuradoria Geral Federal – Equipe Nacional de Cobrança – Setor de Inscrição em Dívida Ativa – Demais Instituições.
Proc. 433/2017	R\$ 15.393,69	Encaminhado ao ex-servidor proposta para ressarcimento do valor ao erário em 10 parcelas, sendo o valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Aguardando resposta do ex-servidor.
Proc. 670/2015	R\$ 524,32	O ex servidor foi notificado por cinco vezes, não havendo manifestação
Proc. 500/2015	O valor foi atualizado sem informação	Inscrição na Dívida Ativa Advocacia Geral da União – Procuradoria Geral Federal – Equipe Nacional de Cobrança – Setor de Inscrição em Dívida Ativa – Demais Instituições.
Proc. 365/2015 e Proc.053/2016	Sem informação	Não houve cobrança ao servidor. Instauração de Sindicância Investigativa Portaria nº 130 de 24/04/2017, referente ao primeiro processo. O segundo processo não foi localizado.

Verificaram-se, nos trabalhos de auditoria, fragilidades nos controles de frequência dos servidores. Para minimizar os riscos e produzir confiabilidade das informações, nos diversos trabalhos de auditoria que realizamos com recomendações, destacamos a necessidade da implantação do controle de frequência por meio de ponto eletrônico. Ressalte-se que o controle de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos federais está previsto no Decreto 1590/95, conforme descrito no “Art. 6º - O controle de assiduidade e pontualidade poderá ser exercido mediante: I - controle mecânico; II - controle eletrônico; III - folha de ponto”, até o término do exercício nossa recomendação não havia sido atendida. Entretanto, A Administração em 2017 iniciou procedimento para o atendimento conforme processo 222/2017, datado de 23/03/2017.

Também constatamos deficiências nas conclusões dos processos de sindicância ou PAD, considerando o fato dos trabalhos das Portarias de nºs 072/2017 (houve três portarias de prorrogações e três portarias de reconduções), nº 326/13 (três prorrogações e cinco reconduções), nº 272/2016 (cinco prorrogações e quatro reconduções), nº 361/2014 (oito prorrogações e nove reconduções), nº292/2016 (quatro prorrogações e quatro reconduções), nº332/2016 (três prorrogações e três reconduções) e nº372/2016 (três prorrogações e duas reconduções). Mediante este quadro, o que podemos extrair é a necessidade de promover ações de capacitação e treinamento aos servidores designados, evitando ao término do trabalho que o Presidente não acate a conclusão.

Além disso, para evitar a morosidade na conclusão da sindicância ou PAD, recomenda-se a passarmos a exigir da comissão justificativa fundamentada quando da solicitação de prorrogação.

Já no caso da necessidade da recondução, o presidente da comissão terá que fazer um breve relato posicionando o gestor sobre o andamento do processo e os futuros passos necessários para a conclusão, evitando assim que o processo se estenda.

Verificou-se ainda que o controle interno, mantido pelos fiscais de contratos, no que tange às obrigações contratuais da empresa não promoveu as retenções e recolhimentos dos encargos para Conta Vinculada, conforme previsto no edital e contrato. Também constatamos que, alguns fiscais deixaram de efetuar glosas em decorrência da falta ou saída antecipada de terceirizados sem a devida reposição.

5. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Na estrutura organizacional da Fundacentro, não existe setor específico para a gestão de bens imóveis e móveis. Entretanto, essa responsabilidade faz parte do rol de atribuições do chefe da área da Contabilidade.

Nos trabalhos realizados, em nossas visitas às Unidades Descentralizadas e no relatório do inventário patrimonial da Sede, contido no processo nº 990/2016, foram encontradas inconsistências, tais como: 1) bens que não constavam na listagem de controle, mas que constavam no local referido, 2) bens sem plaqueta de tombamento, 3) falta de controle dos bens específico por sala, 4) falta do inventário físico, sendo essa ação essencial para comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais do acervo de cada unidade existente em 31 de dezembro de cada exercício; 5) processo de desfazimento de bens muito demorado, 6) Termo de Responsabilidade desatualizado. Dessa forma, não houve observância das regras contidas na IN SEDAP nº 205/88.

A Gestão de Patrimônio da Fundacentro “Controle, Inventário, Guarda e Conservação de Bens” em decorrência do item acima permitiu concluirmos que os procedimentos relacionados ao controle e monitoramento dos bens patrimoniais permanentes na Fundacentro encontram-se insuficientes. Desse modo, algumas inconsistências constatadas são relevantes, principalmente, considerando que a amostra analisada reflete apenas uma parte da totalidade dos bens. Segundo informações dos gestores para o exercício de 2018 há previsão da implantação / contratação do Sistema Integrado de Administração de Serviços do Governo Federal- SIADS. Iniciado por meio do Contrato de Adesão - Processo 116/2017, datado em 21/02/2017.

A gestão informou que embora os imóveis sejam registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) com um Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) individualizado, não há reavaliação dos mesmos. Entretanto, na Unidade Descentralizada de Brasília houve lançamento na conta contábil 461110200- Reavaliação de bens imóveis. Cabe registrar que, de acordo com a Portaria Conjunta SPU-STN nº 703/2014, é de competência dos órgãos e instituições observar os procedimentos de cadastramento, mensuração, atualização e reavaliação estabelecidos nessa Portaria, bem como aqueles complementares expedidos pela SPU.

As Unidades Descentralizadas possuem vários bens móveis obsoletos, antieconômicos e em péssimo estado de conservação em processo de desfazimento. Reforçamos que, a morosidade ao finalizar a doação, especialmente em período eleitoral, acaba impossibilitando a doação e os bens continuam ocupando espaços e permanecendo no controle do patrimônio da Fundacentro.

Durante nosso trabalho de auditoria nas Unidades Descentralizadas de Campinas e Pernambuco, detectamos processos abertos em decorrência de bens que foram furtados.

Os processos do Centro Regional de Pernambuco - CRPE chegaram a realizar Termo Circunstanciado Administrativo - TCA. Extraímos do referido Termo que,

há indício de responsabilidade da empresa prestadora de serviços de vigilância. Em vista da peculiaridade dos casos em apuração, em que haveria de se proceder uma investigação mais criteriosa, algo incompatível com a própria dinâmica do instrumento ora discutido, já que este se caracteriza por ser uma forma de apuração simplificada. Recomendamos por tanto a imediata instauração de processo administrativo, com rígida observância da contraditória e ampla defesa.

Quanto ao furto dos bens na Unidade de Campinas, foi instaurada comissão “PAD” por meio da portaria nº14 datada em 24/01/2018, em andamento.

6. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Este item destina-se a sintetizar a situação do atendimento às recomendações e determinações de Órgãos de Controle externo Tribunal de Contas da União - TCU e Controladoria Geral da União - CGU, incluindo também a Auditoria Interna.

O controle dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União- TCU relativos à Fundacentro, publicados no Diário Oficial da União, são realizados diariamente no âmbito da Auditoria Interna, no intuito de identificar e acompanhar qualquer deliberação que se relacione à Fundacentro. Não encontramos pendências de determinações expedidas anteriormente e que não foram cumpridas.

Quanto às recomendações emitidas pela Controladoria Geral da União-CGU/SP, consideramos que 6 (seis) delas, mesmo havendo resposta, para a Controladoria Geral da União, permanecem pendentes de providência. Porém, podemos dizer que, houve diminuição da quantidade de recomendações pendentes.

A Auditoria Interna em decorrência de seus trabalhos emite recomendações às Unidades Descentralizadas e demais áreas da Fundacentro. Contudo, essas recomendações não foram objeto de acompanhamento por parte da Auditoria Interna no referido exercício, deixando de atender ao disposto no Art.17 da IN/nº24/2015.

7. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

A Fundacentro no exercício de 2017 efetuou pagamento a maior, para a empresa VIP Sul, contrato de natureza continua nº007/2015, de limpeza conservação e higienização. Até o término do exercício não havia ocorrido a devolução, considerando que a empresa possui crédito em decorrência da repactuação em virtude da majoração no salário pela convenção coletiva pendente. A Coordenação de Administração que cuida dos contratos fará um ajuste nos valores que a empresa tem direito, abatendo o referido valor pago a maior no exercício de 2018, conforme já acordado com a empresa.

Encontramos no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, saldo na conta de despesa nº 3.4.2.4.1.03.00 “multas indedutíveis” no valor de R\$ 91.555,49 (Noventa e um mil Quinhentos e cinquenta e cinco Reais e quarenta e nove centavos). Trata-se da liquidação de despesa referente á auto de infração da Secretaria da Receita Federal, por atraso na entrega da Guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social-GFIP. Foi instaurado um processo de sindicância, para apuração por meio da Portaria nº072/2017, datada de 17/03/2017. Não houve conclusão dos trabalhos, prejudicando a análise quanto à procedência de responsabilidade do servidor.

A partir de abril de 2017 ocorreu alteração de 2% para 3% na alíquota do Imposto Sobre Serviço- ISS para o município de Santos. Como a empresa prestadora do serviço de vigilância manteve a alíquota de 2% nas suas Notas Fiscais referentes aos serviços prestados nos meses subsequentes, a unidade descentralizada da Baixada Santista acabou fazendo o recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS), a menor, recolhimento esse de responsabilidade do tomador dos serviços, além da diferença de valor acarretará atualização com os devidos encargos (juros e multa), conforme previsto em lei.

Somente no exercício de 2018, a Unidade de Santos providenciará a regularização junto a Prefeitura de Santos. A empresa autorizou a Fundacentro a proceder as glosas nos valores das notas fiscais referentes aos meses de janeiro e fevereiro/2018.

Encontramos saldos na conta contábil nº 3.9.9.6.1.01.00 - “indenizações” nas unidades descentralizadas. Trata-se de reembolso de despesas a servidores, cujo procedimento somente ocorre porque a Unidade não possui o cartão corporativo ou a empresa pode estar com problema de regularização no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

A referida conta na Sede apresenta um valor significativo de R\$ 695.566,31 (Seiscentos e noventa e cinco mil Quinhentos e sessenta e seis Reais e trinta e um centavos). Ao analisarmos a conta encontramos vários lançamentos decorrentes da folha de pagamento do servidor sobre indenização de per capita (assistência médica) e de auxílio moradia, não sendo possível realizar uma conciliação em todos os lançamentos.

8. AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PEÇAS

A Prestação de Contas Anual é uma exigência legal, pela qual os atos de gestão são relatados de forma a garantir a transparência e atender aos órgãos de controle competentes.

A Auditoria Interna, realizou avaliação da conformidade das peças constantes do Relatório de Gestão em comparação com as exigências estabelecidas na

Portaria-TCU nº 65, de 17 de janeiro de 2018 que, dispõe sobre as orientações para elaboração e conteúdo do Relatório de Gestão, e concluiu que o processo está constituído com as peças exigidas pelo Tribunal de Contas da União- TCU. A única desconformidade é a ausência do Parecer do Conselho Curador da Fundacentro. Entretanto, deverá haver pronunciamento da Fundacentro sobre a ausência ou pelo descumprimento desses itens.

9. CONCLUSÃO

O Relatório de Gestão/Prestação de Contas Anual é uma exigência legal, que prima pela transparência das informações, dando conhecimento à sociedade dos atos de gestão praticados na Instituição, bem como, objetiva atender aos órgãos de controle.

Apesar das dificuldades encontradas no decorrer do exercício para executar todas as atividades que foram planejadas no PAINT/2017 e aprovadas pela Presidência da Fundacentro e ratificada pela Controladoria Geral da União – CGU/SP, a Auditoria Interna, buscou dar assistência sempre que necessário aos gestores, com o objetivo de fortalecer a gestão.

A Auditoria Interna busca constantemente aprimorar os trabalhos com bastante dedicação, esforço, contribuindo para minimizar as fragilidades encontradas para que resulte em melhoria nos controles internos na Fundacentro.

Com relação aos controles internos administrativos, a atuação da Auditoria Interna constatou que, as unidades auditadas no exercício de referência não possuem controles adequados ou suficientes para a gestão de riscos. Nesse sentido, para cada área auditada foram formuladas recomendações relacionadas à reestruturação e aperfeiçoamento dos controles, com objetivo de evitar, identificar e corrigir falhas e irregularidades e minimizar os riscos.

Quanto aos itens atribuídos, a Fundacentro no Sistema E-Contas, e as seções elencadas pela Decisão Normativa- TCU nº 156, de 30 de novembro de 2017, Anexo II, verificou-se que todos foram mencionados no Relatório de Gestão.

Diante do exposto, opinamos pela regularidade com ressalvas do Relatório de Gestão Anual da Fundacentro, relativo ao exercício de 2017, considerando que as inconsistências detectadas nesse exercício, revestiram-se de boa fé.

De modo geral, o não atendimento de parte das recomendações da CGU/SP, oriundas do relatório de exercícios anteriores, o não monitoramento, por parte da auditoria interna, das suas recomendações, valores a serem ressarcidos, pagamentos a maior em contrato, falta do inventário de bens, morosidade nos processos de PAD e Sindicância, furto de bens, fracionamento de despesas, ausência de conformidade de gestão, assuntos que foram relatados por meio dos

trabalhos de auditoria realizados no referido exercício, não foram detectados prejuízo ao Erário.

Com fundamento legal no §6º do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, e em consonância com a Instrução Normativa nº 63/2010/TCU, e com as Decisões Normativas nº 161/2016/TCU e nº 163/2016/TCU, esta Auditoria Interna apresenta seu parecer sobre o Relatório de Gestão da Fundacentro referente ao exercício de 2017.

Salientamos que, o referido relatório com o parecer da Auditoria Interna deva ser submetido à apreciação do Conselho Curador da Fundacentro na próxima reunião. Será ainda proposto e requerido ao órgão de Controle Externo CGU e TCU a possibilidade da inserção do parecer do Conselho Curador no Relatório de Gestão.

Atenciosamente,

Benedito Silva Guimarães Filho
Chefe da Auditoria Interna
SIAPE/ 0876726